



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JANEIRO DE 1980

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura

Alberto Marques Antunes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel Baeta Neves

SUMARIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 10 minutos.

No encerramento do debate do Programa do VI Governo Constitucional registaram-se intervenções finais, além da do Sr. Primeiro-Ministro (Francisco Sá Carneiro), dos Srs. Deputados Sousa Tavares (Indep.), Mário Tomé (UDP), José Tengarrinha (MDP/CDE), Gonçalo Ribeiro Teles (PPM), Lucas Pires (CDS), Álvaro Cunhal (PCP), Mário Soares (PS) e Carlos Macedo (PSD).

Usaram também da palavra, em protestos os Srs. Deputados Carlos Laje (PS), Rui Pena (CDS), Pedro Roseta (PSD), Carlos Brito (PCP), Ferreira do Amaral (PCP) e Sousa Tavares (Indep.).

Procedeu-se à votação das moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo PCP que a Assembleia rejeitou, formulando declaração de voto os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Luís Catarino (MDP/CDE), Ferreira do Amaral (PPM), Pedro Vasconcelos (CDS), Dias Lourenço (PCP), José Luis Nunes (PS) e Amândio de Azevedo.

Foi anunciada a apresentação pelo CDS do pedido de ratificação n.º 300/1, relativo ao Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de Dezembro.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 23 horas e 45 minutos.

NOTA. — No Diário da Assembleia da República I série, n.º 5, por lapsus as páginas a seguir à p. 158 foram numeradas erradamente. Assim, onde se lê: «191», «192» e «193», deve ler-se: «159», «160» e «161».

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 45 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.

Alcino Cabral Barreto.

Álvaro Barros M. de Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Alberto Correia Cabecinha.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Duante e Duante Chagas.

António José Ribeiro Carneiro.

António José dos Santos M. da Silva.

António Maria Pereira.

António Maria de O. Ourique Mendes.

Armando Adão e Silva.

Armando António Correia.

Carlos Encarnação.

Carlos Manuel Pereira de Pinho.

Carlos Matos Chaves de Macedo.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Afonso Ferreira Bastos.

Eleuterio Manuel Alves.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Fernando Monteiro do Amaral.

Fernando Raimundo Rodrigues.

Francisco José de Sousa Tavares.

Germano Lopes Cantinho.

Germano da Silva Domingos.

Henrique Alberto F. do N. Rodrigues.

Jaime Adalberto Simões Ramos.

João António Sousa Domingues.

João Aurélio Dias Mendes.

João Baptista Machado.

João Luís Malato Correia.

João Vasco da Luz Botelho de Paiva.

Joaquim Manuel Cabrita Neto.

Joaquim Marques Gaspar Mendes.
 Jorge Rook de Lima.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José da Assunção Marques.
 José Baptista Pires Nunes.
 José Bento Gonçalves.
 José Henrique Cardoso.
 José Manuel Cochofel da Silva.
 José Manuel Medeiros Ferreira.
 José Maria da Silva.
 José Theodoro da Silva.
 Júlio de Lemos de Castro Caldas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.
 Maria Helena do Rego da C. Salema Roseta.
 Maria Manuela Simões Saraiva.
 Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Martins Adegas.
 Miguel Camolas Pacheco.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pelágio E. de A. Matos Lopes de Madureira.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho de Jesus Domingues.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido de Miranda de Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Vieira de Freitas.
 António Manuel Maldonado Gonçalha.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Alves de Almeida Miranda.
 Francisco Cardoso P. de Oliveira.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo M. Cunto.

Frederico A. F. Handel de Oliveira.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Herculano Rocha.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Maximiano de A. Almeida Leitão.
 Luís Abílio Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Sáias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Joaquim de M. P. Tavares Santos.
 Manuel José Bragança Tender.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Raul de Assunção Pimenta Rego.
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.
 Victor Manuel Gomes Vasques.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.
 Ângelo Matos Mendes Veloso.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António Joaquim Gervásio.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. Saavedra de Aboim Inglez.
 Dinis Fernandes Miranda.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Fernando Freitas Rodrigues.
 Francisco Miguel Duarte.
 Helder Simão Pinheiro.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Joaquim Victor Baptista G. de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José António Veríssimo Silva.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel Aranha Figueiredo.
 José Manuel da Costa C. Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Mariano B. de Vasconcelos B. Vicente.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Ferreira Pereira de Melo.
 Artur Fernandes.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Domingos da Silva Pereira.
 Eduardo Leal Loureiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Gonçalves C. de Ferreira.
 Henrique José C. de Meneses P. Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Daniel Marques Mendes.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães F. Pulido de Almeida.
 João da Siva Mendes Morgado.
 Joaquim António F. Pinto de Castelo Branco.
 Joaquim Rocha dos Santos.
 José Eduardo Fernandes Sanches Osório.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.
 Luís Gomes Moreno.
 Manuel António de A. e Vasconcelos.
 Manuel Baeta Neves.
 Maria Tabita L. F. Mendes Soares.
 Pedro António J. B. Pestana Vasconcelos.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique José Barrilaro F. Ruas.

Movimento Democorrático Português

Helena Tâmega Cidade Moura.
 Luís Manuel A. de Campos Catarino.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 191 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Entretanto, tomaram lugar na bancada do Governo o Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pelo consenso estabelecido para a marcha dos trabalhos de hoje, recordo que os Srs. Deputados Independentes dispõem de um total de dez minutos, seguindo-se depois, pela ordem crescente da sua representação parlamentar, os restantes partidos com trinta minutos cada um.

Não há na Mesa, neste momento, qualquer inscrição dos Deputados Independentes. Algum dos Srs. Deputados Independentes deseja usar da palavra?

O Sr. Sousa Tavares (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Chegámos ao fim desta discussão do Programa do

Governo e hoje proceder-se-á à votação das moções de rejeição do Programa.

Nada nesta discussão influiu na posição inicialmente tomada pelos Deputados Reformadores, pois consideram que o Programa apresentado a esta Assembleia constitui uma séria esperança no Governo, num sentido positivo e realista que urge à sociedade portuguesa adoptar o mais depressa possível.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O conjunto de carências nacionais, o conjunto de insatisfações populares, o conjunto de esperanças até hoje malogradas, exigem de qualquer Governo com sentido nacional de responsabilidade resposta e soluções concretas.

Não podemos continuar a viver dominados pela ideologia — temos de passar a viver dominados pelas necessidades.

Penso que a maior lição que se pode tirar desta discussão do Programa do Governo não altera as lições que de outros anteriores já temos tirado: é que, em grande parte, elas são discussões inúteis, mas, devo dizer, são também uma amostra do amor português à oratória inútil, pois desde o princípio se sabe que o Governo vai governar — porque tem uma maioria parlamentar que o apoia —, e em todas as discussões de programas de Governo, até hoje, isto se tem passado.

Portanto, se há alguma coisa a rever nas leis que regem o funcionamento desta Assembleia, uma delas tem a ver com este assunto. Quanto a mim, devia haver uma supressão, pelo menos parcial, destas discussões perfeitamente inúteis e que, de certo modo, fazem descrever um pouco do sentido do funcionamento e da utilidade desta Assembleia.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, queria dizer que, se alguma coisa resultou desta discussão, foram duas lições fundamentais: a primeira é que a sociedade portuguesa continua dominada essencialmente por problemas de carácter ideológico de estrutura, e a segunda é que, pela primeira vez, um programa de Governo pretende fazer face — e é esse o nosso maior desejo e a nossa maior esperança — àquilo que poderíamos chamar de estruturas nacionais do abuso. E chamaríam estruturas nacionais do abuso a certas coisas que se instalaram na sociedade portuguesa, à sombra de ideologias ou em seu nome, e que têm constituído um peso extraordinariamente negativo na administração do País e que, de certo modo, tem sido a causa do malogro de todos os programas governativos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando ontem o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais revelou a esta Assembleia, com a crueldade e a crueza dos números, que cada português trabalhador pagava por ano 30 000\$ para a «merda» — desculpem-me a expressão — dos seguros sociais que nós temos, é evidente que isto levanta um problema nacional de primeira grandeza, e esta Assembleia dever-se-ia debruçar, com toda a seriedade, sobre o problema, em vez de continuar, dema-

gicamente, apenas a falar da insuficiência desses seguros sociais.

É fundamental que os seguros sociais de Portugal sejam uma coisa séria, como é fundamental também que todas as soluções do Governo sejam essencialmente sérias, e não é permissível que um país com a capacidade de produção que actualmente temos ocupe um quarto da sua renda nacional em benefícios ilusórios, que não são para a maior parte da sua população trabalhadora. Isto não é admissível, isto faz parte integrante daquilo que eu chamei de estruturas nacionais do abuso.

Ora, essas estruturas nacionais do abuso têm, absolutamente, de terminar! É em seu nome que se tem feito grande parte da política até aqui exercida depois da revolução e o povo nada tem ganho com isso, a Nação em nada tem beneficiado e é completamente inadmissível que isto continue. Nós exigimos um realismo político e, como exigimos um realismo político exigimos que se faça face às necessidades nacionais em matéria de educação, de doença e de seguros sociais, mas exigimos também que não se delapide o dinheiro da Nação em benefícios que, na sua maior parte, não existem, na multiplicação de uma burocracia e de um funcionalismo, no qual se está afundando a energia criadora e a potencialidade de trabalho, para dar origem à criação de uma nova classe e de uma nova casta que é a casta burocrática que domina o País.

Portanto, é em nome das realidades e das necessidades nacionais que entendemos dever acabar com aquilo a que chamei estruturas nacionais do abuso, que em tudo se manifestam, desde o prolongamento e continuação dos intermediários em todas as formas do comércio externo e interno, que em nada foi alterado. Aliás, basta dizer que quase todo o nosso comércio externo se continua a exercer através de monopólios que existem desde o tempo do fascismo, que esses monopólios continuam intocados e essas estruturas não foram alteradas e que, na maior parte das vezes, o comércio externo, sobretudo de importação, se exerce sem a necessária claridade e sem a necessária concorrência que o pode dignificar e que o pode tornar útil à Nação.

Da mesma maneira, a maior parte da produção agrícola é exercida através de monopólios que, se fossem revelados à luz do Sol, contariam a este povo muitas histórias pouco dignas, como a que se passa com o comércio da cortiça e das madeiras, em que grande parte da riqueza nacional é delapidada em termos perfeitamente inadmissíveis para um Governo digno.

Do mesmo modo essas estruturas nacionais do abuso se exercem, de alto a baixo, na Nação, em quase todas as situações, desde a aprovação dos planos de urbanização, em que as câmaras exercem um comércio, na maior parte das vezes, condenável, onde nada é claro e onde se estiola o esforço nacional de construção, para esbarrarmos permanentemente em peias burocráticas multiplicadas, que apenas são antecâmaras de negócios sujos ...

É absolutamente necessário que essas estruturas nacionais do abuso terminem! É absolutamente necessário que o Governo tenha o pulso, a coragem e a decisão de terminar com a exploração organizada

a que o povo português continua sujeito, seja em nome desta ou daquela ideologia!

Já é tempo de verificarmos que, hoje em dia, a cultura mundial começa a acusar conceitos consagrados e não podemos encontrar nenhum sentido revolucionário na ideia permanente e excessiva do colectivismo de Estado. Esta ideia deixou de ser uma ideia revolucionária e redentora para as classes trabalhadoras e, se, em Portugal, continuarmos a confundir o sentido de liberdade e justiça — que é o sentido que deve animar todo o homem de esquerda ou todo o homem com generosidade política — com a ideia do colectivismo de Estado, continuaremos a engordar o cordeiro gordo da confusão ideológica.

É absolutamente necessário que se clarifiquem esses conceitos, que se marche no sentido de uma política realista de bem-estar e realização de liberdade e de justiça concreta para cada um dos cidadãos portugueses.

É este o sentido do voto dos Reformadores e, como encontrámos na linguagem clara que este Governo até agora empregou e no sentido das realidades que mostrou, uma oportunidade para se começar a fazer, em Portugal, uma política de verdade, de palavras e conceitos que não seja permanentemente mascarada com intuições ideológicas mais ou menos disfarçados, nós, Reformadores, apoiamos, no momento actual, 100% este Governo considerando-o uma esperança nacional, esperança essa que amanhã reafirmaremos aquando da aprovação da moção de confiança ao Governo.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo português tem perante si um Programa que é a expressão dos interesses do grande capital e do imperialismo e um Governo que é o representante directo desses interesses.

Já lá vai o tempo em que coube ao Partido Socialista ser o garante desses interesses. Nessa altura, o PSD governou com o apoio e até com a participação da grande burguesia nacional e internacional. Era o tempo em que o grande capital não tinha forças para impor um Governo dos seus representantes directos e o PSD desempenhou essa missão com eficiência, sendo então o ponta de lança dos ataques às grandes conquistas de Abril.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Hoje, o grande capital pensa ter chegado a altura de passar ao ataque e, então, o PSD, que no passado lhes serviu às mil maravilhas, é hoje tratado como coisa inútil. No fundo, é esse o destino histórico de todos aqueles que, governando em nome de uma política progressista, em nome do socialismo, nos actos praticam uma política reaccionária e capitalista. É este o destino do PSD.

Risos do PSD.

Este Governo tem objectivos muito claros e vai ser implacável na sua aplicação prática. Vestindo uma capa de eficiência, de honestidade e de democracia,

este é um Governo repressivo, incompetente e vai seguir uma política corrupta.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Este Governo quer aparecer como uma inovação aos olhos dos Portugueses. Mas a UDP afirma: este Governo, pela sua política, pelos seus métodos e pela sua composição, é já velho de cinquenta anos.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — É um Governo que vai aplicar a política marcelista. É um Governo que tem como principais responsáveis Sá Carneiro e Freitas do Amaral, dois homens do regime fascista, dois cílfinos do marcelismo.

Protestos da maioria parlamentar, batendo com as mãos nas bancadas.

Não pensem que enganam o povo com o verniz democrático.

O Sr. Sousa Tavares (Indep.): — O senhor era adjunto do Kaúlza!

O Orador: — Vocês governaram este país durante cinquenta anos e fizeram de Portugal um país repudiado no mundo inteiro.

O Sr. Sousa Tavares (Indep.): — O senhor é que governou este país!

O Orador: — Um país atrasado política, cultural e economicamente. Um país que era um campo de concentração onde as polícias e as prisões eram a única área onde havia desenvolvimento.

Protestos da maioria parlamentar.

Este Governo apresenta objectivos muito claros para a sua efémera governação: a entrada de Portugal na Europa dos monopólios e uma maior subordinação do nosso país à NATO.

Vozes do PSD: — Muito bem! ...

O Orador: — Para isso, este Governo pretende destruir tudo o que lembre Abril e que seja empecilho à concretização dos seus objectivos.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — É patente o ódio que suscitam ao Governo e às bancadas que o apoiam as grandes conquistas que as massas populares alcançaram com 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — É histórico o revanchismo da grande burguesia portuguesa para com o povo do seu país, como também é histórica a falta de uma mínima verticalidade perante os interesses estrangeiros.

O Governo, aproveitando-se da sua efémera maioria, prepara uma autêntica contra-revolução legisla-

tiva e institucional, tendo em atenção os objectivos a que se propôs.

Assim, o Governo pretende alterar a Constituição através da sua revisão fraudulenta, porque a Constituição é um empecilho aos seus designios antipopulares e antinacionais.

A destruição da Reforma Agrária é uma das condições para a entrada na CEE que este Governo tem que cumprir — isto porque é um mau exemplo para os povos da Europa e a grande burguesia não pode tolerar esta afronta, que põe em causa os seus interesses políticos e económicos.

Acabar com o sector nacionalizado e entregar o seu domínio à rapina e à exploração desenfreada dos monopólios internacionais e nacionais é outra medida que este Governo levará gostosamente à prática se tiver condições para isso. Roubar a terra aos pequenos e médios camponeses é outra das exigências da Europa dos monopólios.

Controlar e embrutecer o povo através de uma informação centralizada pelo Poder adquire uma grande importância para este Governo. É por isso que a comunicação social fica sob a dependência directa de Sá Carneiro. É por isso que já se anunciam pessoas incompetentes e corruptas, mas fiéis e obedientes servidores do grande capital, como Proença de Carvalho e Humberto Lopes, para lugares importantes na comunicação social.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Outra grande tarefa deste Governo é fazer das forças armadas um instrumento ainda mais dócil nas mãos dos generais da NATO, para que elas funcionem como reserva agressiva do imperialismo norte-americano e como instrumento de repressão das massas populares portuguesas.

Vozes da maioria parlamentar: — Não apoiado!

O Orador: — Entregar as rédeas da economia às cem famílias monopolistas, submeter ainda mais o nosso país à política agressiva da NATO e do FMI, integrar Portugal na selva da concorrência e da exploração desenfreada da Europa dos grandes capitalistas, destruir todas as conquistas de Abril e os interesses das massas populares, eis, em suma, os frios objectivos deste Governo.

Mas a AD engana-se ao pensar que o terreno está preparado para a sua revanchista ofensiva!

Foi em nome de mudanças que muitos portugueses, sobretudo camponeses pobres e médios, pequenos e médios industriais e comerciantes, lhe deram o seu voto.

Mas era uma mudança favorável a estas classes que a AD prometia satisfazer na sua demagogia eleitoral. O programa do Governo é a contradição, mais completa com estas demagógicas promessas.

O Sr. João Morgado (CDS): — Não diga asneiras!

O Orador: — Onde está o combate ao desemprego, à falta de habitação, à falta de condições sanitárias?

Onde está a defesa da pequena e média indústria e comércio?

Que é feito do prometido apoio aos trabalhadores do campo?

Foram frases bonitas para a campanha eleitoral. A AD vai procurar cumprir aquilo que disse quando colocou no centro da sua campanha a questão da mudança. Mas a mudança que procurará levar à prática é uma mudança de miséria e repressão sobre as massas populares e de enriquecimento dos parasitas nacionais e internacionais.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Olha quem fala!

O Orador: — É prematura, pois, por parte do Governo e seus apoiantes, a fanfarronada triunfalista a que neste debate assistimos. Este Governo é um Governo minoritário a nível do País, apesar dos malabarismos de retórica que aqui se têm feito para esconder este facto importante. Mas mais minoritário será quando os trabalhadores, sobretudo aqueles que votaram na AD, sentirem na carne os efeitos da política levada a cabo pela equipa Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Então, a AD será minoritária no País e no Parlamento e os saudostas do passado terão de encolher de novo as suas garras.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Querias!

Risos do PSD e CDS.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo vai seguir, pois, uma política de confronto com o movimento popular e com os interesses nacionais. A UDP nunca baixou as suas bandeiras de luta perante os Governos que não serviam os interesses do povo, e mais uma vez assim sucederá.

Não nos atemorizam os objectivos políticos antipopulares deste Governo nem os seus métodos salazarrentos. Sabemos que o combate vai ser duro, sabemos que este Governo vai encetar uma brutal ofensiva contra tudo aquilo que signifique Abril e interesse nacional.

Não nos encontrarão na expectativa ou de braços cruzados! Como não somos revolucionários dos momentos fáceis...

O Sr. José Manuel Casqueiro (CDS): — Muito bem!...

O Orador: — ... no povo e na sua luta encontraremos a força e a coragem para resistir e vencer.

E é o povo, até grande parte do povo que votou AD, que se vai levantar em luta para defender Abril, as liberdades, a Constituição, para lutar pelos seus direitos. Apesar de toda a arrogância do Governo e dos seus apoiantes, com a luta popular a sua política será derrotada e a arrogância triunfalista será reduzida a cinzas.

Risos do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na sequência do que sempre afirmámos na campanha eleitoral, a UDP continua a basear as suas posições, na certeza de que o País dispõe de todos os meios para sair do pesadelo da crise económica e assegurar a todos os portugueses uma vida digna.

A solução das dificuldades do País não se encontra, pois, na via preconizada pelo governo da AD: no endividamento do País ao estrangeiro, na aceitação de todas as exigências impostas pelo monopólios da

CEE e da NATO, no apoio à reconstituição, em Portugal, dos grandes monopólios que sempre prosperaram à custa das dificuldades dos trabalhadores.

O Sr. João Morgado (CDS): — Outra vez?!

O Orador: — Esse caminho, reclamado pela AD, em coro com a finança internacional, só pode trazer como resultado a desorganização económica total, sacrifícios terríveis para os trabalhadores e, por fim, a instauração de uma ordem económica e de um regime político em tudo contrários ao 25 de Abril.

A solução dos problemas com que o nosso país se debate está no caminho oposto: uma política de desenvolvimento económico virada para o mercado interno e para a satisfação das necessidades vitais do povo, uma política que tome como eixos fundamentais o sector nacionalizado, a Reforma Agrária, a pequena produção campesina, e que coloque o sector capitalista privado no lugar secundário que efectivamente lhe foi destinado pelas transformações de Abril.

É por isso que a UDP reclama uma política que ataque decididamente a acumulação de capital, que tem vindo a fazer-se de novo, nas mãos de uns poucos, que agrave os impostos sobre as fortunas, que impeça a hemorragia de capitais para os bancos estrangeiros, que obrigue o patronato a pagar os milhões de contos à Previdência.

Para que a crise económica fosse vencida, seria necessário que se atacassem os privilégios, a corrupção, que se rompesse a teia de interesses inconfessáveis instalados no aparelho de Estado.

Seria, acima de tudo, necessário que se pusesse termo à humilhante tutela dos bancos estrangeiros sobre a nossa economia, e se cortasse com a afrontosa e intolerável pressão militar estrangeira, que se faz sentir em todos os sectores da vida nacional através da NATO.

A UDP afirma: o caminho do desenvolvimento económico, do bem-estar social, da justiça e do progresso está indissoluvelmente ligado à defesa da independência nacional.

Da mesma forma, ao contrário do que afirma a AD, a via para o progresso e o bem-estar dos trabalhadores não passa pela revisão da Constituição e pela instauração de um regime político autoritário e repressivo.

Pelo contrário, só um governo que respeite integralmente a Constituição e dê as mais amplas liberdades aos trabalhadores e à intervenção dos seus órgãos de classe nos mais variados aspectos da vida nacional, será capaz de aplicar as medidas enérgicas que permitam retirar o País do pesadelo da crise.

Por tudo isto, a UDP votará contra o Programa deste Governo, e apelamos a que os trabalhadores e o movimento popular, pela firmeza da sua luta, ergam uma oposição consequente à sua política.

Na realidade é na energia com que as massas trabalhadoras souberem lutar em defesa dos seus interesses, que se poderá encontrar a solução dos graves problemas económicos e políticos que pesam sobre o nosso país.

A luta dos trabalhadores portugueses desenrola-se hoje numa conquista política mais difícil.

Apesar das contradições que os separam e opõem, os diferentes partidos de direita apareceram unidos pela primeira vez em torno de um projecto político

próprio materializado na AD. A custa dessa aliança, e da demagogia utilizada durante as eleições, conseguiram a maioria de mandatos nestá Câmara e as condições necessárias para formar Governo.

O Governo que hoje temos é um governo directamente ligado aos interesses dos grandes monopólios nacionais e à finança internacional. É um Governo que pretende destruir todas as conquistas democráticas e revolucionárias do 25 de Abril, que pretende enfraquecer e dividir o movimento sindical e as organizações de classe dos trabalhadores.

É sem dúvida, o mais reaccionário dos Governos que tivemos após o 25 de Novembro, e só comparável ao Governo Mota Pinto.

No entanto, as próprias eleições mostraram que há forças suficientes para impedir a aplicação da sua política reaccionária. A maioria dos trabalhadores votaram contra a direita e importantes sectores das massas populares deslocaram o seu voto para a esquerda, mostrando claramente a vontade de mudar o rumo seguido pela vida política nacional durante estes quatro anos.

Durante a vigência deste Governo, muitos dos que votaram na AD serão desiludidos na sua esperança de que algo mude no nosso país, a favor da maioria do povo português.

Há, pois, condições para que engrosse uma corrente popular e democrática, disposta a derrotar este Governo nas próximas eleições, e a impedir desde já a sua política antipopular e antinacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na vigência da anterior Assembleia da República, muitos trabalhadores portugueses acreditaram que a chamada maioria de esquerda resolvesse nesta Câmara os graves problemas económicos e sociais que os afligia. Porém, o caminho seguido foi inverso daquele que o povo esperava. O custo de vida aumentou, os direitos de quem trabalha continuaram a ser espezinhados, a direita reaccionária infiltrou-se por todo o lado no aparelho de Estado e dia a dia abria caminho para chegar a ter a maioria nesta Assembleia, que hoje tem garantida. Foi a incapacidade e a impotência da chamada maioria de esquerda que permitiu a vitória da direita e que, em muitas circunstâncias, desarmou os trabalhadores nas suas lutas contra o patronato e contra a escalada reaccionária.

Hoje não é possível alimentar tais ilusões. O povo sabe que hoje conta com uma Assembleia da República constituída maioritariamente pelos representantes da grande burguesia e do grande capital nacional e estrangeiro. O programa do Governo agora em debate expõe claramente as opções antipopulares e antinacionais que esta maioria defende e o sentimento revanchista que a anima. Hoje ninguém pode esperar com esta Assembleia, este Governo e este programa qualquer lei ou resolução que favoreça o povo e que vá contra os interesses dos monopolistas e agrários. Por isso os trabalhadores passarão a ver que apenas podem contar com as suas próprias forças e não tardarão a fazer ouvir a sua voz nas empresas, nos campos e nas ruas. O Governo e a maioria da Assembleia que o apoia não poderá contar da parte do povo e dos trabalhadores com uma atitude diferente daquela que foi dada ao Governo Mota Pinto, de triste memória. O povo defenderá o 25 de Abril, os

direitos e conquistas que lhe andam associadas e que o Governo pretende esmagar.

É nesta luta que a UDP e as massas populares se empenharão com redobrados esforços, não dando quaisquer tréguas a este Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A experiência passada demonstra que no Portugal democrático e da Constituição em vigor, nenhum executivo se manterá por muito tempo, se pautar a sua conduta governativa por opções contrárias ao interesse popular.

Os trabalhadores não deixarão de fazer ouvir a sua voz em defesa da Constituição que o governo da AD já está a liquidar e responderão às tentativas de limitar os seus direitos democráticos e manietar a acção dos órgãos populares.

A Reforma Agrária e as nacionalizações serão defendidas dos ataques que as esperam, com mais firmeza ainda, do que foram no passado. Os camponeiros do Norte e Centro de Portugal unir-se-ão na defesa dos direitos que já conquistaram e em defesa da terra.

Os democratas e patriotas não deixarão que, no seio das massas populares, esmoreça o vivo sentimento contra as ingerências do imperialismo e reclamarão a defesa da independência nacional.

Os trabalhadores, o povo português, não deixarão que o caminho de liberdade, bem-estar, progresso e independência, aberto pelo 25 de Abril, seja destruído.

Hoje, mais do que nunca, a unidade do povo, de todos os democratas é uma necessidade vital para defender o 25 de Abril.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Que grande democrata!

O Orador: — O desenvolvimento da acção de massas contra este Governo tem que ter por base a ampla unidade de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas simpatias ou filiações partidárias. A UDP esforçar-se-á por chamar à acção comum, com base em propostas concretas, os militantes do PS e do PC, os autarcas de esquerda e todos os antifascistas, de modo a reforçarmos a acção unitária dos órgãos de massas, tais como as comissões de trabalhadores, comissões e associações de moradores, o movimento sindical unitário, que constituem as alavancas essenciais da luta contra a direita instalada no Poder. A par deste esforço e a ele ligado a UDP conjuntamente com outras forças e personalidades de esquerda está empenhada em criar as condições necessárias à apresentação de uma candidatura unitária às eleições deste ano, capaz de unir a maioria dos trabalhadores e derrotar a direita.

É este o caminho que a UDP aponta. Com firmeza, com confiança e unidade o povo derrotará a política da direita.

O Sr. Manuel Maria Moreira (PSD): — Já chega!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Acabou tão cedo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE.

O Sr. José Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Apresentou-se o Governo a esta Assembleia numa cómoda e fácil

posição, assente na garantia segura de que o seu Programa não seria rejeitado pela maioria dos Deputados. E se é certo que essa situação tirou toda a expectativa quanto ao desfecho da votação e ao destino do Governo, não deixou de ter igualmente, marcada influência nas características que o debate tomou.

O próprio Programa parece ter-se ressentido com isso. De outra forma dificilmente compreenderíamos o seu tom geral descuidado, a falta de sistematização que apresenta, as desconexões e contradições frequentes, as numerosas e graves omissões — aspectos que tivemos ocasião de assinalar concretamente no decorrer das nossas intervenções. Fazemos a justiça de admitir que não será esse o único índice para avaliação da competência do executivo, mas já é um mau começo.

Por nossa parte confiámos, à partida, em que o diálogo com o Governo nos pudesse lançar sobre o Programa a luz indispensável para a sua perfeita compreensão. Infelizmente, fazendo agora o balanço final, cremos ter sido pequeno o avanço.

Para isso, é certo, também fortemente contribuiu o comportamento de alguns Deputados da maioria que, substituindo-se fogosamente às respostas do Governo, deram um tom revanchista e intolerante que foi contrário à imagem que o executivo parecia querer criar de si próprio. Não serviram, assim da melhor maneira o Governo que queriam defender.

Quanto ao Governo, ocupou a maior parte do seu tempo em declarações individuais de alguns Ministros que — com excepção do caso do Ministro dos Negócios Estrangeiros — nada ou muito pouco avançaram sobre o Programa já conhecido, mantendo-se no mesmo plano vago e geral. Em relação às perguntas que lhe foram colocadas, o Governo ou não deu qualquer resposta (e foi a grande parte) ou respondeu da mesma forma geral e ambígua, quase sempre.

Por nossa parte, no desejo de vermos esclarecidas importantes questões ocultas, omissas ou vagas do Programa, colocámos mais de 50 perguntas concretas, principalmente nos domínios da política geral e da administração pública, da educação, da economia, da administração da justiça, da qualidade de vida e da comunicação social. Apenas obtivemos quatro ou cinco respostas claras.

Disse o Primeiro-Ministro que não fazia programa para contentar a oposição, nem fazia concessões à oposição. Mas o Governo não pode reduzir as suas relações com a oposição ao cumprimento de contactos formais e delicados, de tempos a tempos. Quando colocado perante a oposição como aqui foi — e como será de futuro em variadas situações — o Governo deverá esclarecer as suas intenções, justificar a sua actuação com afirmações claras, precisas, concretas. Exactamente o contrário do que aqui foi feito.

Agora se comprehende melhor por que os Deputados da maioria começaram por pedir uma redução do tempo dos debates; o que significava uma subalternização da sua importância. Agora se comprehende melhor um certo tom displicente com que o Governo se apresentou, como que para cumprir uma mera formalidade e não para esclarecer concretamente a oposição e, eventualmente, enriquecer-se com os pontos de vista contrários. Registemos, pois a tendência

mônologante e não dialogante do Governo neste primeiro episódio da sua existência.

Analisemos, agora, mais detalhadamente, alguns dos mais importantes sectores da vida nacional na tripla perspectiva do que o Governo propôs, ou nós pensamos que propôs, dos elementos trazidos pelo debate e das posições próprias do MDP/CDE.

A necessidade de expansão da economia portuguesa é reconhecida actualmente por todas as formações políticas e é colocada como objectivo a que o Governo atribui elevada prioridade.

Questão prévia, aferidora de uma verdadeira intenção de se prosseguir uma real política de expansão económica, é pois a posição que se defina em relação à revisão dos acordos com o Fundo Monetário Internacional. O Governo não fez a mínima referência a tal matéria na apresentação do seu Programa.

O MDP/CDE entende que os acordos com o FMI têm de ser revistos de modo a não atenuar, mas a facilitar o desenvolvimento das actividades produtivas que contribuam para melhorar a posição económica externa e o fomento do emprego, que aumentem a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional e alarguem o mercado consumidor interno, que limitem as importações supérfulas e de luxo e de produtos que a produção nacional possa assegurar, que reduzam o endividamento externo e que não imponham restrições à diversificação das nossas relações económicas externas.

O MDP/CDE condena a posição ideológica assumida pelo Governo em relação à questão da integração europeia. Em primeiro lugar, porque o Governo, em vez de uma análise rigorosa da realidade e dos interesses nacionais fundamentadora das suas opções perfilha uma posição de cega e apressada integração na Comunidade Económica Europeia por objectivos de alteração do regime económico-social vigente, com clara ofensa dos preceitos constitucionais. Em segundo lugar, porque o Governo apresenta uma visão mística da adesão à CEE, sobrevalorizando os seus aspectos eventualmente positivos e subavaliando as inúmeras consequências gravosas que de tal integração resultam para a nossa economia. Em terceiro lugar porque, na sua ânsia de alterar o regime existente, o Governo afirma intenções de revisões institucionais que as regras da comunidade não pressupõem.

O processo de negociações com a CEE não pode ser um trabalho de gabinete, como aliás já afirmaram responsáveis do Governo. O MDP/CDE entende que sobre tão importante matéria há que promover um amplo debate nacional, desprovido de carga ideológica e imunizado contra métodos de manipulação da opinião pública, que coloque a questão da integração europeia no quadro do respeito pelas linhas básicas da expansão da economia, pela soberania nacional e pela ordem constitucional.

Uma política de expansão económica pressupõe definição dos grandes objectivos da economia nacional e o seu desenvolvimento através do planeamento económico e social. O MDP/CDE entende, porém, que a este Governo, com o horizonte temporal limitado que tem, compete-nos a fixação de objectivos eminentemente pragmáticos de imediata concretização, assente na capacidade de intervenção do Estado através do sector público empresarial.

Este, pelo seu peso no conjunto da economia, pelas interligações com outros sectores de actividade, pelo facto de incluir os sectores de base, constitui um elemento fundamental ao serviço da política de desenvolvimento. E, como já aqui foi salientado em anterior intervenção, a dinamização do sector público da economia é sempre determinante de um funcionamento equilibrado do sector privado.

O MDP/CDE entende, assim, contrariamente ao espírito que ressalta do Programa do Governo, que urge dinamizar as empresas do Estado e aquelas em que o Estado tem poder de decisão, como instrumento fundamental do desenvolvimento económico, e, ao mesmo tempo, que urge racionalizar a actividade de tais empresas e confiar a sua gestão a pessoas competentes, empenhadas no êxito do seu papel na economia nacional.

Alargar a concessão de crédito em ordem à expansão da economia e à superação do retrairo das operações bancárias activas é medida que o MDP/CDE reputa indispensável e de concretização imediata. Entendemos que a concessão do crédito tem de ser facilitada, independentemente do estatuto jurídico do beneficiário, através da avaliação do interesse económico das operações a financiar, reduzindo-se o peso dos critérios do lucro e de segurança na respectiva apreciação e procurando-se assegurar o controlo efectivo, pela banca, da aplicação de crédito concedido.

Preconizamos a redução selectiva das actuais taxas de juro, asfixiadoras da pequena e média iniciativa privada, e o desenvolvimento dos mecanismos de bonificações, no espírito das últimas medidas preconizadas pelo Banco de Portugal, para todos os empreendimentos que só deste modo possam contribuir eficazmente para a estratégia do desenvolvimento e aumento do emprego.

Contrariamente ao Governo, que neste debate demonstrou que o seu apego à iniciativa privada é no sentido da acumulação e concentração capitalistas e, consequentemente, na reconstituição das grandes fortunas, o MDP/CDE sublinha a importância para a economia nacional do amplo campo das pequenas e médias empresas, particularmente das industriais, relativamente às quais insiste na necessidade de desenvolver e aperfeiçoar esquemas de apoio técnico, financeiro, de formação profissional, no abastecimento de matérias-primas essenciais, no escoamento das produções e na cooperação interempresas. Numa perspectiva de política social e de apoio económico a tais empresas, o MDP/CDE defende o desenvolvimento progressivo de sistemas de salários indirectos, numa base regional e local e a cargo do Estado e das autarquias locais, que compensem os melhores níveis salariais em geral praticados pelas pequenas e médias empresas.

Num mesmo sentido de justiça social e de apoio às pequenas actividades, que têm o legítimo direito de ser protegidas — aspecto que não parece constar das preocupações governamentais —, o MDP/CDE defende a regulamentação da actividade dos centros comerciais e supermercados, conciliando-as as necessidades de abastecimento público com a defesa dos pequenos comerciantes e retalhistas e com os direitos dos trabalhadores do sector.

Nesta área, consideramos ainda urgente promover uma decisiva acção disciplinadora dos circuitos de comércio interno que reduza progressivamente a intervenção dos grandes intermediários e combata eficazmente à especulação, simultaneamente protegendo e estimulando todas as formas de cooperativismo e de associativismo dos pequenos e médios comerciantes.

O MDP/CDE defende que é imperioso dever governamental proteger e estimular o sector cooperativo da economia, quase ignorado no Programa do Governo, e a sua articulação com o sector público e privado, definindo uma política de crédito, de apoio técnico e de enquadramento jurídico que o fortaleça.

Na aleatória perspectiva de maior dinamização do investimento por essa via, o Governo apronta-se para a aceleração do pagamento das indemnizações e para o alargamento do direito de mobilização das indemnizações de das pelo Estado, nomeadamente por troca com participações do sector empresarial do Estado, em termos que apontam para uma violação do artigo 83.º da Constituição da República.

O MDP/CDE considera vantajoso regularizar rapidamente a situação dos ex-proprietários de bens nacionalizados, até como forma de consolidar a efectividade da posse pelo Estado dos bens nacionalizados, mas na perspectiva da atenção prioritária aos titulares das pequenas poupanças e do impedimento da reconstituição das grandes fortunas.

Sem nos determos em aspectos de política económica sectorial, onde se evidenciariam acentuadas divergências com as propostas governamentais, não queremos deixar de realçar a nossa divergência de fundo com a política económica geral apresentada neste debate pelo VI Governo: preconizamos o respeito pelos objectivos definidos constitucionalmente, identificamo-nos com os interesses nacionais e os das camadas sociais mais desfavorecidas, acreditamos nas potencialidades do nosso país e na capacidade criadora e de trabalho do povo português.

Pelo contrário, o Governo vive na miragem da CEE; em vez de considerar a nova realidade do Portugal de Abril, parte de modelos e de finalidades que vêm de fora, não assenta as suas opções nos interesses das largas camadas da população, mas nos de uma minoria que pretende reconquistar os privilégios que justamente Abril liquidou. São profundas as divergências do MDP/CDE no campo de política externa relativamente às posições defendidas pelo VI Governo.

Mais do que no Programa do Governo, onde naturalmente foi necessário conciliar posições não concordantes entre as forças políticas da maioria parlamentar, a intervenção do Vice-Primeiro-Ministro nesta Assembleia marcou uma ruptura com o texto constitucional e fez recordar o estilo dos velhos tempos.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — A afirmação aqui proferida de opção a uma política claramente europeia e ocidental, veio, para além do seu carácter de vazio científico, associada à afirmação de que tal política não teria qualquer laivo de terceiro-mundismo ou de não alinhamento, esta última de manifesto teor inconstitucional.

Em vez de uma política de agressividade, de estímulo à guerra fria, de submissão inferiorizada à

NATO, que pelo Governo foi patenteada neste debate, preconizamos uma política externa que contribua activamente para a defesa da paz, para o desarmamento geral e progressivo, simultâneo e controlado e subsequente extinção dos blocos militares com gradual redução do empenhamento operacional e financeiro de Portugal na NATO.

Em vez de uma política de cego enfeudamento à CEE, defendemos uma política de diversificação das relações, económicas e culturais, privilegiando os países de língua portuguesa, e sempre com a preocupação da defesa intransigente da independência nacional.

Ao nível da organização do Estado democrático, as nossas divergências com o Programa do Governo situam-se, mesmo, no plano das formulações mais gerais.

Há coincidências quanto à necessidade de desconcentrar e descentralizar a Administração Pública e aos propósitos de combate à corrupção, à incompetência e à ineficiência dos serviços. Podemos mesmo dizer que algumas das medidas legislativas que o Governo se propõe pôr em prática apontam neste sentido, se tomadas à letra.

Mas o Programa do Governo é inteiramente omisso no que respeita a algumas grandes orientações que para nós são fundamentais, aliás de harmonia com os preceitos da Constituição da República.

Assim, o MDP/CDE entende e afirma que é impossível a existência de um Estado democrático sem democratizar o Poder e isso passa necessariamente pela intervenção permanente das populações na vida pública e pelo combate a todas as formas e métodos repressivos e autoritários e ao recurso à violência.

Infelizmente, por todo o capítulo do Programa do Governo relativo à organização do Estado perpassa uma perspectiva burocrática autoritária, o que faz pôr em causa, inclusivamente, o sentido democrático e progressista que virá a ter a concretização de intenções que o Governo tem no domínio das formulações gerais em que, à primeira vista, há coincidência.

O MDP/CDE entende que descentralizar e desconcentrar a administração implica não só racionalizar e aumentar a eficácia dos serviços mas também aproximar os serviços das populações e dos seus órgãos representativos, aliás na base dos preceitos constitucionais nesta matéria, criando condições legais e de prática administrativa que protejam e estimulem a democracia participativa, através das organizações populares de base.

Esse é apenas um aspecto, mas de importância decisiva, para a verdadeira democratização da vida pública.

É pedra-de-toque das verdadeiras intenções democráticas de qualquer Governo!

É preciso também caminhar rapidamente no sentido da preparação da legislação que substitua integralmente o Código Administrativo, criando condições legais e de prática administrativa que garantam a efectiva autonomia das autarquias e o seu poder de decisão, no âmbito das respectivas atribuições e competências.

Em especial — matéria decisiva neste campo — assegurar a aplicação integral da Lei das Finanças Locais — o que não se conseguirá atingir sem a

regulamentação urgente, que o Governo não anuncia, da capacidade de os municípios contraírem empréstimos junto das entidades financiadoras, fora dos condicionalismos actuais.

Ao contrário da visão restritiva que o Governo anuncia no campo da justiça, onde a falta de juízes é apresentada como única fonte de crise existente, é preciso surpreender as verdadeiras causas político-sociais dessa crise, como já o fizemos em intervenção anterior, e democratizar o aparelho judicial, integrando-o na ordem democrática e dotando-o de meios adequados ao seu funcionamento rápido e eficiente.

Sem dúvida que é preciso dotar as forças de segurança dos meios necessários. Mas não é menos importante — e, infelizmente, experiências bem recentes atestam-no dramaticamente — democratizá-las por forma que, em termos da Constituição, no exercício das suas funções de defesa dos direitos dos cidadãos, as medidas de polícia sejam utilizadas estritamente dentro da legalidade democrática.

Melhorar as condições de vida do povo português é também objectivo genérico que se propõe o Governo no seu Programa, objectivo com o qual o MDP/CDE se identifica.

Quem pode deixar, de boa ou má fé, de programar?

O MDP/CDE preconiza orientações gerais conducentes a esse objectivo — reduzir o desemprego, aumentar o poder de compra, melhorar as condições de habitação, saúde e segurança social, com especial atenção aos problemas da terceira idade e da juventude —, que o Governo certamente não negará.

A questão é que não encontramos no Programa do Governo as medidas práticas e concretas que preconizamos, de forma realista, tendo em conta o horizonte temporal limitado que o Governo tem à sua frente. Assim, para combater — e desde já — o desemprego, preconizamos que se estabeleçam imediatamente — e isso é possível — normas de efectivo e ponderado combate aos despedimentos e se promova urgentemente uma política que reduza o desemprego dos jovens, lançando iniciativas rápidas e parcelares no domínio da satisfação das necessidades básicas da população.

É preciso não restabelecer o tecto salarial.

É preciso impedir as limitações à contratação colectiva e é preciso rever periodicamente o salário mínimo nacional.

No plano do aligeiramento dos impostos que o Governo promete de forma vaga, o MDP/CDE entende que, no plano dos impostos pessoais, eles têm de ser reduzidos, mas na dupla perspectiva de aliviar os rendimentos reais baixos e rever periodicamente os escalões dos impostos, tendo em conta a desvalorização da moeda.

Para evitar pronunciar-se sobre estes problemas concretos, o Programa do Governo refugia-se numa referência inócuia à simplificação do sistema tributário e à implementação do imposto único, medida que poderá comportar toda a espécie de injustiças sociais.

O MDP/CDE aponta, igualmente, medidas muito concretas e realizáveis a curto prazo na defesa dos interesses da mulher e da família, que o Programa do Governo situa em nível «filosofante».

É preciso implementar progressivamente, mas desde já, o Serviço Nacional de Saúde, em íntima articulação com as populações, anulando as reduções de benefícios ultimamente introduzidas.

O problema de segurança social é introduzido pelo Governo em termos de alto pendor tecnocrático e orientação difusa.

Mas coisas muito concretas se devem fazer desde já e o MDP/CDE preconiza a cobrança imediata das dívidas à Previdência, bonificando os juros dos financiamentos bancários e impedindo qualquer prática de transferência de verbas da Previdência para o Orçamento Geral do Estado.

A equacionação do problema da habitação pelo Governo já foi comentada pelo nosso grupo parlamentar.

Finalmente, é preciso e é urgente revogar a legislação Mota Pinto sobre o regime das rendas de casa e substituí-la por outra que tenha em conta os rendimentos familiares e as pequenas poupanças investidas.

O MDP/CDE põe como objectivo prioritário de qualquer governo democrático o desenvolvimento da cultura.

Claro que o Programa do Governo não aparece despreocupado desta tarefa do Estado.

Mas neste campo, como noutras — e já o referimos também em intervenção anterior — percorre-se um deserto de intenções onde as acções não estão explícitas, mas onde se revela um verdadeiro obstáculo entre o Governo e o povo português, em matéria de tão generalizado interesse e tão larga participação social como é a educação.

A intenção de promover o direito à educação, princípio constitucional que o Programa do Governo refere, como se concretizará?

O MDP/CDE preconiza orientações gerais muito claras nesta matéria, que não poderão, no entanto, ser postas em prática sem larga e fecunda participação popular.

Orientações gerais estas que passam, em nosso entender, por tarefas exequíveis, que um Governo realmente empenhado em fazer aquilo que pode, no tempo que tem, deveria chamar a si.

O MDP/CDE preconiza a mobilização das estruturas do Poder Central e Local, as organizações populares de base e as forças sociais para o combate ao analfabetismo, a promoção do ensino básico de adultos e da instrução pré-primária, bem como criar condições para o efectivo funcionamento da escolaridade obrigatória.

É orientação do MDP/CDE combater qualquer via formal de ensino profissional e melhorar a componente da educação tecnológica inserida na via formal do ensino, privilegiando o desenvolvimento psicomotor, o equilíbrio da objectividade do aluno e a sua projecção no mundo do trabalho.

O MDP/CDE entende, igualmente, que é necessário rever as condições de acesso ao ensino superior, valorizar os graus intermédios e reduzir os efeitos da selecção económica e social, bem como organizar o sistema nacional de investigação científica e tecnológica de forma articulada com o sistema de ensino e voltado prioritariamente para as necessidades do desenvolvimento.

É necessário proteger e estimular o funcionamento e actividade das bibliotecas, museus, centros de cultura, grupos corais e de dança e colectividades populares, no sentido de generalizar a função da cultura e a criação culturais.

Estimular o desenvolvimento da cultura física e a prática desportiva, no quadro da mobilização das estruturas do Poder Central e Local e das associações e colectividades desportivas e das organizações populares de base.

Situaremos sem dificuldade neste domínio o problema da comunicação social a que já dedicámos atenção especial neste debate.

Não desenvolveremos aqui de novo o tema. As nossas questões ficaram sem resposta.

A garantia de isenção e apartidarismo dos órgãos de comunicação social estatizados e da prossecução do seu papel relevante na formação de uma opinião pública esclarecida e responsável não foi dada por este Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Ministros: Para finalizar, ainda algumas considerações, em jeito de conclusão.

Diz o Primeiro-Ministro que o horizonte temporal restrito não tira força ao Governo. Mas, pelo menos, admite Sr. Primeiro-Ministro que lhe tira tempo. Ora, a verdade é que o Programa oferece em concreto muito pouco que seja imediatamente realizável e enfuma-se em perspectivas a médio e longo prazo, como se fosse o Programa do Governo que tomará posse após as eleições de 1980 para o quadriénio seguinte. É um Programa que não cabe nos limites temporais do seu mandato.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Porém, essa perspectiva ambiciosa só se comprehende quando relacionada com o objectivo de alterar a ordem constitucional — em contradição com a afirmação, repetidamente feita, de que actuará sempre com respeito pela Constituição. Tentará alterar, mais tarde, o texto fundamental pelo uso inconstitucional do referendo e, desde já, procura alterá-lo na prática através da modificação de aspectos fundamentais da nossa sociedade democrática que estão consagrados na Constituição.

A verificarem-se tais alterações, assistir-se-ia a uma autêntica ruptura na sociedade democrática. Afirma o Governo respeitar os princípios gerais da justiça, levando a guerra contra a pobreza na primeira linha das suas preocupações.

Mas como, se a política económica que defende vai inevitavelmente conduzir a uma maior desigualdade na repartição da riqueza?

E perante este previsível agravamento das condições de vida de largas camadas da população qual o papel reconhecido das forças sociais? Diz o Primeiro-Ministro que não as identifica com as forças políticas. Sem dúvida. Mas não pode ignorar que a Constituição lhes reconhece um papel extremamente importante na sustentação da sociedade democrática e lhe reconhece diversas formas de intervenção na vida portuguesa.

Poderemos desde já entrever aqui uma contradição entre o que o Governo afirma serem duas linhas fun-

damentais da sua actuação: moderação e mudança. Porque tal mudança que preconiza se não for feita em espírito de conciliação e diálogo com as forças sociais dificilmente poderá ser executada com moderação.

Por outro lado, o estilo pragmático que o Governo diz querer imprimir à sua actuação é uma tentativa de desideologização que mascara as autênticas opções de fundo. Aprende-se nas ciências sociais que a desideologização das atitudes esconde sempre uma ainda maior carga ideológica. E assim foi também agora. Porque não foram as questões técnicas que, acima de tudo, estiveram aqui em confronto. Quando o debate se tornou mais rico e esclarecedor sobre as diversas posições foi precisamente quando, frente a frente, claramente, se colocaram opções de fundo sobre modelos de sociedade, sobre sistemas económicos-sociais diferentes, como no debate sobre o sector público e o sector privado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, sem prejuízo do seu tempo, pedia-lhe o favor de abreviar a intervenção.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Embora o Primeiro-Ministro tenha afirmado, no seu discurso de abertura, recusar-se a governar em clima de campanha eleitoral, a verdade é que este Programa é o primeiro acto eleitoral da campanha de 1980.

A proclamada mudança, nunca clarificada na campanha eleitoral, começa agora a tomar contornos mais definidos. E uma parte do eleitorado que agora votou na AD terá depois ocasião de dizer se era esta a mudança por que aspirava. As palavras e as intenções vão-se esfumando. Dentro de nove meses serão os factos, os actos do Governo que o povo julgará.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro Teles.

O Sr. Ribeiro Teles (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As minhas primeiras palavras nesta Assembleia são de saudação para V. Ex.^a Sr. Presidente, e para todos os Srs. Deputados representantes legítimos do povo português. Mas esta saudação envolve todos aqueles que desde as primeiras assembleias com a participação popular a partir de 1254, reforçadas pela Revolução de 1383, transformadas nas Cortes e parlamento da monarquia e da república são a nossa ligação à História. Esta minha homenagem estende-se, assim, à democracia e ao Parlamento e constitui uma firme disposição de realizar aqui um trabalho honesto ao serviço do povo português.

Aplausos da maioria parlamentar.

Vou começar por proceder a uma breve análise da situação do País, chamando, assim, a atenção para a enorme responsabilidade que cabe nesta hora ao VI Governo, à maioria parlamentar que o apoio e às oposições que o criticam.

Para além das conclusões que se podem e devem tirar da análise dos números e índices económicos e

sociais, os Portugueses começam já hoje a compreender que não são só o equilíbrio da balança de pagamentos, a inflação ou outros indicadores do mesmo tipo que determinam as condições de vida degradantes da população, a falta de esperança que se instalou na casa de muitos portugueses.

É também a inutilidade social e real do muito que se produz e se consome; é também a crise cultural e de identidade nacional que afecta as comunidades; é também o caos territorial que vai destruindo o suporte biológico e físico do País.

Em vastas regiões do mundo rural faltam ainda hoje as condições mínimas para uma vida digna, para um pouco de segurança social e estabilidade económica. Não existe assistência na doença e, na actividade agrícola, o trabalho não tem remuneração justa que deveria compensar um esforço árduo e constante. Esforço que conseguiu a construção de um país — impossível em termos economicamente convencionais.

Estamos, infelizmente, bem perto das condições focadas, em análise brilhante, pelo Sr. Bispo do Porto, quando há anos, antes do 25 de Abril, tão incisivamente apontava, na conferência a que chamou «A Miséria Imerecida do Mundo Rural», as causas que ainda hoje subsistem, afectando populações marginalizadas pelo crescimento economicista.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Nos últimos vinte anos, desencadeou-se uma política de desenvolvimento, baseada exclusivamente no crescimento económico irracional, sujeitando muitas das nossas potencialidades produtivas e muitos dos recursos de que dispomos a uma constante delapidação e exploração, visando apenas a especulação financeira e o crescimento pelo crescimento. Retirar o máximo rendimento no intervalo de tempo mais curto possível, sem atender à indispensável manutenção da capacidade de renovação dos recursos renováveis e aos restantes custos sociais, eram os objectivos desta política.

Por este motivo verifica-se a destruição dos solos mais aptos para neles se realizar uma agricultura intensiva necessária para a obtenção dos alimentos de maior valor nutritivo. Realiza-se hoje esta destruição sistematicamente, sem que a legislação consiga obstar à catástrofe. No Norte, por não serem aplicadas as mais elementares regras de ordenamento rural, muitos cbs dinheiros que os emigrantes remetem para Portugal são esbanjados na construção de casas insalubres, que ocupam os solos mais férteis das várzeas, comprometendo definitivamente a sua utilização agrícola e prejudicando o necessário abastecimento regional e nacional. Isto não diz a Balança de Pagamentos.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Também uma política errada quanto à localização dos parques industriais, política que, desprezando os mais elementares preceitos de ordenamento e desconhecendo mesmo a lei vigente, tem promovido a destruição de áreas importantes dos melhores vales, comprometendo a sua utilização agrícola a montante e jusante. Tudo isto se processa nos 15 % a 20 % de solos de alta aptidão agrícola

que o País possui, solos que têm de fornecer a alimentação de hoje e garantir o Portugal de amanhã.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — No Sul de Portugal, especialmente na zona de intervenção da Reforma Agrária, os sistemas de exploração da terra utilizados são inadequados. Sistemas ainda assentes numa certa diversificação cultural vão-se simplificando até se conseguir um sistema exclusivamente baseado na monocultura extensiva. Estes sistemas conduziram e conduzem à degradação dos solos e de todo o espaço agrícola, ao arranque sistemático dos montados a azinho e sobro, à destruição dos sistemas naturais de drenagem, e, por fim, são a principal causa do despovoamento dos campos e da baixa de produção. Esses sistemas foram de facto fomentados e ampliados na ditadura, com a Campanha do Trigo de 1936; e são agora continuados pela acção perniciosa dos técnicos e dos controleiros políticos do chamado processo da Reforma Agrária, que abusam assim da boa fé e da ignorância de muitos trabalhadores.

Aplausos da maioria parlamentar.

Também a política florestal tem sido orientada no interesse exclusivo do crescimento da indústria da celulose, o que tem provocado uma grave diminuição da fertilidade do solo e a ampliação dos espaços ocupados por uma única cultura degradante. Este facto tem provocado grave prejuízo para a economia de muitas populações serranas, como, por exemplo, as da serra de Ossa.

Quanto mais lucros se obtiver pela exportação da pasta de papel, tanto mais alimentos teremos de continuar a importar, e tantos menos portugueses podem viver em Portugal.

Aplausos do PSD e do PPM.

O êxodo rural para o estrangeiro e para os grandes centros urbanos é, portanto, consequência de uma política que vem despovoando os campos e concentrando as gentes em dois ou três dos chamados pólos de desenvolvimento.

Consequência, pois, destas políticas erradas de desenvolvimento económico é a macrocefalia do País, cancro que corrói o território e compromete a vida dos Portugueses, doença de que Portugal vai sofrendo cada vez mais e que tem provocado o agravamento dos problemas que mais nos afectam, tanto no espaço rural como no espaço urbano, incluindo ainda a inflação e a crise económica.

No espaço rural verifica-se mais concretamente: o despovoamento das aldeias e dos campos em situações ecologicamente mais marginais, em virtude da falta de rentabilidade do trabalho na agricultura; o abandono de recursos naturais, que representam um potencial produtivo muito elevado, tais como pastagens, matos, montados, bouças, etc.; de destruição da imagem histórica das cidades, consistindo esse facto num desastre cultural irremediável; falta de habitações em quantidade e qualidade; falta de espaços livres complementares destas habitações; excessiva concentração demográfica devido à construção em altura resultante da especulação com o solo urbano

e de uma visão exclusivamente financeira do problema habitacional; acumulação de lixos e desperdícios com as implicações de toda a ordem que daí advêm; finalmente, a destruição psicosomática do Homem.

A própria destruição da nossa cultura processa-se das mais diversas formas: devastações em arquivos mal instalados; documentos de muito interesse para a História vendidos para o estrangeiro ou destruídos pelo fogo; roubos constantes nas capelas, igrejas e museus; sistemática destruição de paisagens e valores naturais; Lisboa, copiada pelas cidades e vilas da província, tem sido um mau exemplo no que diz respeito à defesa e valorização cultural da sua imagem histórica e arquitectónica.

O desaparecimento progressivo da cultura rural, da chamada «ruralidade», constitui também um processo que afecta a própria existência da Nação como pátria com identidade cultural própria. A ruralidade, só subsiste quando a agricultura se processa de harmonia com os limites que a Natureza lhe impõe. Qualquer política de desenvolvimento tem, pois, de garantir a perenidade da actividade agrícola, promovendo um povoamento racional do território, melhor dizendo, promovendo a humanização do espaço biofísico em que a Humanidade tem de viver e desenvolver-se.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não tem sido também eficaz a defesa da estabilidade física do território. O processo de destruição do litoral tem prosseguido. São os aterros nos estuários; é a contínua recolha de areia nas praias e nas dunas; são as construções de edifícios altos sobre as falésias e as dunas. Todo este processo, continuando a verificar-se, irá implicar a construção caríssima de espingões, nem sempre eficazes, para tentar evitar a destruição da costa pelo mar, que provocará devastações imprevisíveis e a degradação de recursos, como o peixe, mariscos e ostras, de que vivem muitos Portugueses.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Há a acrescentar a esta complexa dinâmica de acções descontroladas que destroem as comunidades históricas e as relações entre elas e delas com a terra e o mar, a grave crise que atravessa a administração pública em Portugal, divorciada da realidade quotidiana dos Portugueses e das necessidades e progresso das comunidades em que estes se integram.

A administração pública não constitui, portanto, o instrumento eficaz que deveria possibilitar a segurança dos Portugueses. Constitui, sim, uma organização pesadíssima, com pessoal a mais, por vezes sem a preparação necessária. O excesso de burocracia e a centralização dos serviços compromete a eficácia e a rapidez do andamento dos processos, pelo que os custos são muito elevados e a rentabilidade muito baixa.

O pretenso planeamento centralizado e tecnocrático pretende organizar as populações em função de um plano de crescimento económico cuja efectivação promoverá a massificação das pessoas e a proletari-

zação dos Portugueses. Para isso, pretende-se, em primeiro lugar, destruir as raízes históricas e a cultura do povo português.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É preciso mudar Portugal!

A mudança radical desta política de desenvolvimento tem de ser encarada pelo VI Governo como condição indispensável de realizar o Programa que apresenta a esta Assembleia. Insistimos! Por mais voltas que se dêem aos problemas que afectam a agricultura, estes só poderão ser resolvidos se se verificar uma mudança radical na política de desenvolvimento. O Programa do VI Governo, no que diz respeito à política de crédito, seguro e preços agrícolas, encaixinha-se num sentido positivo que permitirá o saneamento e a dinamização dos respectivos sectores e, portanto, trará nova esperança para os agricultores e a possibilidade de melhor abastecimento dos mercados regionais e nacional.

No Norte e Centro do País é necessário praticar, portanto, uma política de crédito, de seguros e de preços estabelecidos à partida, de implatação de infra-estruturas, especialmente estradas rurais, que devem estar à frente das auto-estradas...

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — ..., de equipamento social e de redimensionamento das folhas de cultura nos solos de maior aptidão agrícola, para que o conjunto destas medidas possibilite uma maior rentabilidade do trabalho agrícola. Sem a transformação da agricultura do Centro e Norte numa actividade viável em termos de rentabilidade do trabalho, não haverá melhoria económica do nosso país.

Na zona de intervenção da Reforma Agrária e no resto do Sul do País é necessário, pelo contrário, proceder à concretização, o mais rapidamente possível, do ordenamento agrário, travar a destruição dos montados de sobre e azinheira levada a cabo pela agricultura extensiva das UCPs e pela florestação industrial destinada à celulose e proceder à gradual substituição dos actuais sistemas de produção extensivos, constituindo-se unidades de exploração viáveis, de expressão familiar e/ou comunitária, assentes na zonagem e no ordenamento previamente estabelecidos.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — A constituição das reservas, a distribuição de terras, ou melhor, de unidades de exploração por trabalhadores ou agricultores, bem como a recuperação de montes e aldeias abandonados, reconstituindo comunidades rurais, deverão ser objectivo do VI Governo. O tempo de concessão do uso das terras deverá ser sempre superior a trinta anos e não exceder noventa e nove.

Só assim se evitara a situação patronal do Estado e a atitude de simples rendeiros daqueles a quem compete a transformação da paisagem rural.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — No sector da habitação há que, em primeiro lugar, fazer um enorme esforço na recuperação do parque habitacional existente, quer nas grandes cidades, quer nas vilas, quer nas aldeias.

Deixar cair casas, demolir edifícios para justificar a especulação urbana e a construção de outros não ajuda a resolver o grave problema.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Mas há, evidentemente, que construir mais casas, mas construí-las nas áreas mais aptas para a instalação das populações, não comprometendo o desenvolvimento indispensável da agricultura intensiva e não prejudicando a saúde dos futuros habitantes. Há que construir casas dimensionadas, tendo em atenção a dignificação da família, e não caixotes. Há que construir bairros com as áreas livres e os equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento da comunidade. É ainda absolutamente indispensável proceder no espaço rural a uma política de aglomeração habitacional, especialmente no Norte do País, a fim de pôr cobro à proliferação das casas dispersas ao longo das estradas e, a maior parte das vezes, situadas nas melhores terras de cultura.

A aquisição obrigatória por municipalização de terrenos para construção pelos municípios é indispensável para que se promova uma sã expansão urbana, garantindo as melhores condições de habitabilidade, a mais fácil e económica instalação de infra-estruturas de saneamento básico e de energia e ainda a existência dos indispensáveis equipamentos sociais e espaços livres e verdes.

O Sr. Aquilino Ribeiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Esta política deverá ser uma preocupação constante do VI Governo, a fim de enfrentar integralmente o problema da habitação e obstar à degradação ecológica paisagística e à destruição dos melhores solos agrícolas que a actual anarquia neste campo vêm provocando com irremediáveis consequências no futuro dos Portugueses.

No entanto, e mais uma vez, afirmamos que sem uma política de ordenamento do território não é possível atingir as metas de desenvolvimento económico e social propostas pelo VI Governo. Estas metas exigem a caracterização das seguintes zonas e a intransigente defesa da sua vocação:

1 — Áreas destinadas a uma agricultura intensiva, das quais dependerá a produção dos alimentos de maior valor nutritivo de que os Portugueses necessitam. Constituem uma zona que deverá ser protegida e defendida por uma lei que possibilite a melhor aplicação do espírito do Decreto-Lei n.º 356/75, de 8 de Julho, criando a reserva agrícola nacional ...

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Onde?

O Orador: — ... 2 — Áreas destinadas a uma agricultura menos intensiva, mas produzindo bens de exportação e complementares das necessidades mais prementes, ou seja, de agricultura complementar. Nesta zona deverão ser conservadas as paisagens equilibradas e históricas e manter-se a vida silvestre;

3 — Áreas onde apenas se pode realizar uma agricultura de recursos, a silvo-pastorícia, ou que são ocupadas pela mata. Têm estas zonas um papel fundamental no equilíbrio regional e no desenvolvimento da cultura e do turismo. Fazer agricultura apropriada para a zona indicada em primeiro lugar é um crime para a continuação de Portugal;

4 — Áreas onde será possível a localização da indústria regional;

5 — Áreas onde se deverá verificar a expansão urbana.

Só assim poderá terminar o caos em que vivemos, só assim poderemos endireitar e ordenar este País.

Sem este ordenamento nunca será também possível qualquer política sectorial que se pretenda executar. A elaboração obrigatória de planos concelhios de ordenamento constitui a maneira mais eficaz de concretizar o ordenamento.

A estrutura do VI Governo apresenta uma Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente na directa dependência do Primeiro-Ministro, dando possibilidade de lançamento de uma política concreta de ordenamento do território, o que nos apraz registar, até porque pode abrir a possibilidade de ser o embrião do futuro Ministério do Ordenamento, Ambiente e Cultura.

A reforma profunda da administração pública, com a indispensável reestruturação do Estado, deverá orientar-se pelo conceito de que os serviços de Administração Central se destinam a servir o povo. E deverá proceder-se à renovação das técnicas e dos procedimentos: à efectiva promoção dos trabalhadores do Estado; à criação de condições reais de diálogo entre eles e a Administração, em termos de não prejudicar os utentes dos serviços públicos; à limitação do poder do Estado e dos serviços públicos centrais, em face das autoridades locais e das comunitárias a estas equiparadas.

Para além destes aspectos, uma reforma eficaz da administração pública deverá assentar numa nova divisão política administrativa do País. A actual máquina administrativa foi principalmente criada para cobrar impostos, organizar o voto e proceder ao recrutamento militar. É uma máquina ao serviço do Poder Central e as populações mais afastadas ou segregadas, especialmente as rurais, acabam por só poder contar consigo próprias.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Convirá ter presente que nos últimos vinte anos se procurou criar, a partir de um planeamento centralizado e tecnocrático, um país em que as populações se concentrariam mais em função da política de crescimento económico prevista naquele planeamento do que pelas suas raízes históricas, culturais e razões geográficas. A reforma da administração pública começa, portanto, pela reforma da Administração Local e esta exige uma nova divisão política e administrativa baseada no ordenamento do território, projecto que se tem de iniciar nestes próximos oito meses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os problemas que o Grupo Parlamentar do PPM focou durante este debate não são problemas técnicos, mas fundamentalmente políticos. É nosso profundo convencimento

que sem o enquadramento que defendemos dificilmente será possível pensar Portugal numa perspectiva concreta do seu desenvolvimento.

Não é possível, no final deste século, falar-se em evitar a crise da energia, a proletarização e massificação dos povos e procurar-se caminhar para a sociedade pós-industrial mais justa, mais livre, mais limpa e mais próspera sem ter em atenção os pontos que focámos.

Durante o debate foi patente que a oposição não tem projecto nem no seu conjunto nem individualmente.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De facto, as maiores críticas que foram feitas por parte da oposição ao Programa do Governo foram quase sempre lamentações por, por vezes, não estarem expressas neste Programa as ideias que o programa eleitoral da Aliança apresentou ao povo português em 2 de Dezembro. Mas ele é para se cumprir e para mudar Portugal, exige-o a vontade democrática dos Portugueses que votaram na Aliança Democrática.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro: A posição do PPM, partido que se coligou com lealdade, esperança e patriotismo na Aliança Democrática é clara.

O PPM acredita no Governo a que V. Ex.^a preside, o PPM dá ao Governo o leal apoio e a plena confiança no momento actual. Tem a certeza de que esta é, no momento actual, a boa causa.

O PPM votará contra as moções de rejeição, votará pelo começo da reconstrução de Portugal.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: A Aliança Democrática, como se sabe, ganhou as eleições de 2 de Dezembro. Mas num processo político o significado das eleições não é o mesmo do que num regime estabilizado. É por isso que posso considerar que a vitória da Aliança Democrática, a de 2 de Dezembro, é verdadeiramente a abertura do novo ciclo na história contemporânea portuguesa. Houve, de facto, neste processo político uma primeira fase de ascendente comunista que terminou com o 25 de Novembro, fase de ascendente revolucionário, houve uma segunda fase de ascendente socialista que foi caracterizada ainda pelo domínio da ideologia e de um certo lastro revolucionário, abriu-se, agora no dia 2 de Dezembro um nova fase do processo político que se podia genericamente designar como a fase democrática do processo político aberto com o 25 de Abril.

O dia 2 de Dezembro apresenta-se assim como a razão do 25 de Abril. A razão vem sempre tarde... Houve primeiro a hora da violência, houve depois a hora da ilusão sentimental, chega agora a hora da razão metódica e convicta. Apesar da acumulação das contradições e peias foi possível a toda uma socie-

dade emancipar-se do poder e do *establishement* socialista instalados. Foi possível a emancipação de uma sociedade entendida como valor quantitativo, como força activa, como conjunto dos que produzem, pensam e trabalham por si.

Demonstrou-se que as eleições não são um modo de perpetuar o poder. Argumento que tem um significado profundo e histórico em termos de manutenção da democracia em Portugal.

As eleições revelaram-se contra a parte espúria da Constituição, as eleições que vêm na Constituição permitiram, justamente, afastar aquilo que nela não é quadro do poder, mas meio de poder de certas forças interessadas em dominar e asfixiar a democracia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto não aconteceu por acaso. É uma vitória conquistada a pulso. E aqueles que aqui nesta tribuna durante três anos se souberam identificar com a oposição, saberão agora, mais do que todos, identificar-se com o novo Governo. Por isso peço para o Dr. Sá Carneiro, para o Dr. Freitas do Amaral, para o Dr. Medeiros Ferreira e para o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles os aplausos da maioria.

Aplausos da maioria parlamentar.

O debate até agora aqui ocorrido é um debate curioso.

Normalmente a política para os Governos é a «arte do possível» e para a oposição a «arte do desejável». O que se tem passado até aqui é justamente o contrário. A política tem-se mostrado para o Governo «a arte do desejável» e para a oposição apenas «a arte do possível».

É da oposição que têm vindo os lamentos cépticos e os lamentos cautelosos, é a oposição que se tem comportado como a reacção, que entende que o Governo vai depressa de mais e que ameaça fazer tropeçá-lo. É da oposição que vêm os argumentos do petróleo contra os argumentos da justiça por parte do Governo. É do lado da oposição que falam os economistas contra os políticos que falam do lado do Governo. É do lado e das bancadas da oposição que falam os diplomatas, contra aqueles que falam em nome da resistência do lado da maioria e do lado do Governo. Afinal aqueles que invocam a nova ordem económica internacional, estão a falar de uma ordem do petróleo ou estão a falar de uma ordem da justiça; a final aqueles que defenderam, como nós sabemos, a instauração da democracia na Nicarágua e no Irão são aqueles que parecem querer proteger muitas vezes as ditaduras imperialistas como as da União Soviética.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Chamo, sobretudo, a atenção para o Partido Socialista, que parece muitas vezes comportar-se segundo o princípio hipócrita de que as pequenas ditaduras se combatem e as grandes ditaduras se respeitam.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Para nós, pequenas e grandes ditaduras são todas ditaduras e são ambas para combater.

Aplausos da maioria parlamentar.

É espantoso e tenho algumas saudades do próprio jacobinismo do Partido Socialista que vem agora aqui falar através de economistas em vez de falar através de políticos...

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ..., embora transportando todos aos ombros a estátua monumental do partido que é o Dr. Mário Soares. São agora os tecnocratas que vêm transportar essa estátua.

Risos.

Os tecnocratas em nome dos interesses adquiridos do sistema e contra a vontade de transformação política do povo português. É contra esses interesses adquiridos do sistema que nós nos batemos e nos continuaremos a bater em nome de uma justiça, se for necessário, contra os interesses do petróleo. É espantoso que o Partido Socialista apareça mais governativo na oposição do que foi no Governo. É espantoso que o Dr. Vítor Constâncio, envergonhado da sua velha maioria e da sua actual minoria, venha aqui falar de um novo poder político e de uma nova maioria. Apetece perguntar: trata-se apenas de plágio? Com quem vai fazer essa nova maioria e esse novo poder político?

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Com o povo!

O Orador: — Será que o Partido Socialista não acredita em si? Já não está bem com a sua solidão? Será que o Partido Socialista reconhece tardiamente que a Aliança Democrática tem razão? Será que o Partido Socialista aposta no divisionismo, em vez de prosseguir o caminho de uma posição autoconfiante, firme e coesa? Será que o Partido Socialista já só se pode acolher à sombra de poderes político-militares, também eles, tarde e a más horas, numa corrida à novidade anunciantes do último, do novíssimo poder político e da novíssima maioria?

É por isso que talvez seja de prevenir o Partido Socialista dos riscos da pura engenharia política e das construções abstractas sobre o novo poder político e a nova maioria. A nova maioria que existe não é uma construção abstracta, não é um produto de engenharia e da prancheta política.

O Sr. Raul Rego (PS): — É da reacção!

O Orador: — Todos nós sabemos, desde o fracasso do último Governo, quais são os destinos a que está condenada em Portugal toda a engenharia política.

O Partido Socialista veio também aqui dizer durante este debate que sabia ao fim de cinco anos de governação como é que se resolviam os problemas concretos de Portugal. Isto seria uma ironia ridícula e amarga se não fosse, de facto, qualquer coisa de absurdo. O PS na oposição só pode mostrar como é que não se resolvem os problemas, não pode nem tem autoridade, ao fim de cinco anos de má governação, de vir aqui dizer como é que se resolvem os problemas.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Partido Socialista, que veio aqui falar pela boca dos tecnocratas e dos economistas de uma política de números, dá bastante a ideia de ter perdido a sua alma e de ter perdido o seu corpo. Dá, afinal, a ideia que, tal qual como o PC ficou com os tanques da União Soviética apenas, também o Partido Socialista ficou apenas com os livros de Karl Marx. Para uns tanques de Lénine para outros os livros de Karl Marx.

Risos.

O marxismo é um depósito e nada mais.

Aplausos do CDS.

Dá ideia, afinal, que a esquerda portuguesa, depois de ter perdido o corpo e depois de ter perdido a alma, é apenas uma cabeça analítica de tecnocratas, uma dessas cabeças autodecapitadas e lívidas que ficam contemplando a História, mas já não têm poder para intervir sobre ela.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Normalmente é o Governo que tem as posições cínicas e a oposição que tem as posições morais. Aliás, dizia Oliveira Martins que a oposição, normalmente, tem as mãos puras, as mãos limpas, mas desta vez aqui foi a oposição que veio proteger a posição do partido do estrangeiro e a posição das grandes potências, foi a oposição que se encarregou das posições cínicas, foi ela que veio tentar vender ao povo português o discurso da resignação que não é senão um sucedâneo do discurso da ditadura.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo e a maioria vieram aqui, pelo contrário, em nome de um discurso moral, que é o discurso da vontade, que é o discurso do interesse nacional e que nada tem a ver com o mero puzzle dos interesses internos e externos que condicionam a vida política portuguesa e a afirmação dos Portugueses como um problema próprio e independente no mundo. É isso que queremos continuar a afirmar.

A esquerda, ou o Partido Socialista e o Partido Comunista, falaram aqui muito de *contrôle* político do poder económico, mas a verdade é que foi em nome do *contrôle* político do poder económico que o estalinismo e o corporativismo e todas as ditaduras se instalaram. Afinal, é ou não verdade que o poder político foi sempre pior de todos os poderes, que o poder político foi sempre pior que o poder económico? É ou não verdade que as eleições são um critério bastante de *contrôle* de todos os poderes económicos? Quem é que não confia na democracia como um meio de *contrôle* do poder económico em Portugal? Esses que confessem se não confiam suficientemente na democracia. Tem de haver sim um equilíbrio entre poder político e o poder económico e é esse equilíbrio que nós defendemos e que nós propomos.

O Partido Socialista, e o socialismo em geral, sem alma e sem corpo já não é afinal um humanismo é, quando muito e apenas, um resíduo de algum humanitarismo piegas e um resíduo e um cúmulo de desilusões acumuladas. Afinal gerir um modelo de tran-

sição sem direcção e sem vontade política é a contradição nos termos. Parar a História em movimento é fazer areia movediça. Um modelo de transição é dinâmico por natureza. Dinâmico ou instável, lição que a própria Aliança Democrática não pode deixar de recolher. Num mundo em crise são as próprias instituições e as próprias doutrinas, não a mera política conjuntural, que têm de ser interrogadas. E, afinal, o falhanço do Partido Socialista foi o de se ter querido limitar a liberalizar o projecto do Partido Comunista; foi o de ter querido ser o Partido Comunista mais a liberdade ou o Partido Comunista menos a Sibéria. A diferença foi apenas quantitativa e o drama foi de não ter descoberto essa terceira via. É necessário descobrir essa terceira via, essa é a via das classes médias, essa é a via do miolo da sociedade portuguesa, essa é a via da essência nacional. Nós não somos por uma contravia, mas por uma terceira via, por um modelo moderado, também ele, mas que está por descobrir e que será aquele sobre o qual se pode fundar a ressurreição do próprio País. Mas para isso temos de lutar contra as abstracções daqueles que como o PC falam das classes, contra as abstracções daqueles que como falam da agricultura, da indústria da economia, mas não falam nem dos agricultores, nem dos operários, nem dos empresários, nem das pessoas concretas, nem dos problemas concretos. Temos de lutar contra a incoerência daqueles que quiseram fazer uma agricultura com Lopes Cardoso, com António Barreto e com Luís Saias ao mesmo tempo, daqueles que tomaram posições diferentes em relação a Governos tão iguais, tão parecidos, tão independentes como os de Nobre da Costa, de Mota Pinto ou os de Lurdes Pintasilgo.

Temos, portanto, que lutar contra a incoerência, porque a nossa política não é decidida em cada manhã depois de tomarmos o pequeno-almoço e de lermos os jornais. A nossa política deve ser a de um país que quer viver sólido, próspero, esperançado durante mais trinta ou quarenta anos.

Não podemos suportar a incoerência de um partido como o Partido Comunista que a seguir ao 11 de Março dizia querer a revolução, mas que a seguir ao 25 de Novembro dizia que não tinha havido nenhuma revolução em Portugal, que não havia nenhuma revolução a fazer e que era preciso apenas defender as conquistas já feitas; contra um partido como o Partido Comunista Português que antes das últimas eleições dizia que era preciso defender a maioria da esquerda e agora diz que já não há maioria de esquerda e que esta já não é objectivo nenhum; contra um partido como o Partido Comunista Português que veio aqui falar de delírio anticomunista. Mas pergunto, em todo o caso, qual é o maior delírio? É o delírio comunista, que é o delírio total, ou o delírio anticomunista? É o delírio comunista, que é um delírio tão total que anda sempre à beira da catástrofe, que anda sempre à beira da guerra, da revolução e da crise ou é, apesar de tudo, uma reacção salutar contra formas de imperialismo estrangeiro, veiculadas directamente do Kremlin. O maquiavelismo radical é louco, ou acaba louco, como prova Raspoutine.

O PCP já tinha provado aos Portugueses que o terror era a sua política interna. Ontem provou aqui que o terror é a sua política externa. Se o Partido

Socialista é um erro, o Partido Comunista é uma ofensa à independência e à dignidade nacionais.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O debate de ontem que aqui ocorreu leva-nos a pôr ao Partido Comunista Português uma pergunta dramática, porque se nós estávamos ansiosos, antes da resposta dada pelo Sr. Deputado Aboim Inglês, para saber qual seria essa resposta, agora estamos ansiosos para perguntar ao Sr. Deputado Aboim Inglês e à bancada do PCP o seguinte: o que fará o PCP se a União Soviética invadir Portugal?

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Este está mais louco do que parecia!

O Orador: — Será por isso que o PCP quer a NATO de cá para fora? Será por isso e para meter medo que um ex-recente Ministro dos Negócios Estrangeiros chegou a recomendar que se falasse de OTAN, em vez de se falar de NATO, para que o PCP não tivesse tantos problemas?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Será por isso que o PCP não nos quer na CEE? O PCP quando quer meter medo, fala em nome da União Soviética. Mas, afinal, a nova ordem económica internacional será apenas a conquista e a protecção das conquistas irreversíveis da União Soviética? Afinal o neutralismo nacional será apenas uma forma de protecção disfarçada da entrega anterior dos nossos interesses vitais à União Soviética?

O Sr. Deputado Aboim Inglês apresentou-se ontem nesta Assembleia com uma mão-cheia de ameaças. A União Soviética, porém, sempre manteve relações comerciais com a ditadura salazarista, apesar de nessa altura não existirem relações diplomáticas com a União Soviética. A União sempre comprou directamente a cortiça a Portugal. Após o 25 de Abril, as relações comerciais com os países do Leste sempre foram favoráveis a esses países, isto é, sempre importámos mais do que exportámos. Só quem conhece a sofreguidão desses países por divisas estrangeiras poderá avaliar até que ponto os países da órbita soviética são capazes de esquecer os problemas políticos para exportarem alguns dos seus produtos.

Talvez as coisas se passem diferentemente no petróleo. Mas também aí Portugal há-de passar sem o petróleo soviético, se tal for necessário. As boas relações que temos com a COPPEI, na Venezuela, e com a Arábia Saudita e os emiratos, em geral, há-de representar uma solução de recurso sempre utilizável para um país tão pequeno como o nosso.

Muito se tem dito nesta Assembleia da República sobre o facto de o poder político dever controlar o poder económico. Não poderá agora o PCP fazer-nos crer que para as pouco significativas questões económicas devem sobrepor-se à vontade política de fundo do povo português?

Então em que ficamos? Deve ser a vontade política do povo português a sobrepor-se ao poder económico da União Soviética, ou deve ser a vontade política do povo português a vergar-se ao poder económico da

União Soviética? Aliás, se a Reforma Agrária produzisse mais trigo, talvez acabássemos por poder vender à União Soviética o «ouro verde» e trocá-lo pelo «ouro negro».

O problema que apui foi discutido permite-nos, porém, pôr uma pergunta concreta ao Governo: Será que rever as relações com a União Soviética implica também, na ordem interna, o rever as relações com as conquistas irreversíveis feitas pelo PCP em Portugal? Será que não se trata de uma pura operação de política externa, mas de um concreto acto de política interna? Nós sabemos e temos a certeza de que o sentido da história não estará nunca na ponta dos canhões. A história não foi nem nunca será feita dessa maneira; em suma, não será nunca uma história reaccionária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há apenas problemas políticos e económicos em Portugal. É preciso resolver também problemas institucionais da democracia portuguesa. Precisamente este exame de admissão do Governo mostra a superioridade da Assembleia sobre o Governo. Houve em Portugal uma fase de superioridade do Conselho da Revolução e dos Governos, outra fase de superioridade dos Presidentes. Agora há uma fase de superioridade da maioria. Esta é agora o eixo à volta do qual roda toda a vida política portuguesa.

A vida política portuguesa tem agora uma vertebração natural, o que afinal tem qualquer coisa de providencial. Esta maioria chega quando todas as instituições já sofriam um desgaste enorme. O Conselho da Revolução e o próprio Presidente. Agora, em vez de um redopio que volta sempre ao começo, há condições para ir em frente.

Dizer que este Governo é inconstitucional, como pretende o PCP, é o primeiro passo para dizer que as eleições são inconstitucionais. De resto, não seria a primeira vez que o PCP tentaria dizer isso.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não nos podemos esquecer de que a vitória da AD representa o apogeu daquilo que o PCP chamaria a vitória da democracia burguesa, conceito que, como se sabe, o Dr. Álvaro Cunhal não muito aprecia. Para ele, porventura, as eleições são só um *intermezzo*, enquanto os tanques soviéticos não chegam. Para ele, porventura, aqueles que acreditam nas eleições são passíveis de, a longo prazo, ser internados como doentes do foro psiquiátrico.

Risos da maioria parlamentar.

Portanto, temos de resistir, pois não somos nós que queremos a ruptura, não somos nós que queremos os tanques, não somos nós que queremos os canhões. Queremos apenas uma viragem salutar na vida política portuguesa, porque para nós a Constituição não é um decálogo revelado no meio da névoa revolucionária. A Constituição ou é a vontade do povo ou não é nada. A Constituição não se sustenta de vigilantes e de fidelidades, mas de votos. O Conselho da Revolução pode vigiar a Constituição. Só não pode vigiar o voto, mesmo que ele se dirija para forças que querem outra Constituição. O Conselho da Revolução e a Constituição passarão, a maioria não passará e o

povo português não passará. Esses continuarão e é nesses que está a mão do futuro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que esta maioria sabe que uma vitória democrática tem obrigação de se opor a tudo o que não tem origem democrática. O referendo é, por isso, o primeiro pacto com o povo contra todos os pactos que deixaram o povo de luto.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — A Constituição fala em participação directa e activa dos cidadãos, no seu artigo 112.º, de poder popular, de participação popular, de justiça popular. Pergunto: porque é que o popular há-de ser na Constituição apenas um adjetivo? Porque é que o povo não há-de ser na Constituição um substantivo? Porque é que o povo não há-de intervir como fonte originária de soberania, para pôr termo a todos os resíduos espúrios que continuam a sobreviver nesta Constituição?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não existe em Portugal um sistema educativo, como o disse o Sr. Ministro da Educação e Ciência. Não existe em Portugal um sistema económico, como o disse o Sr. Ministro da Economia. Não existe em Portugal um sistema político, não existe em Portugal um sistema jurídico — lembro-me de o Sr. Ministro da Educação e Ciência dizer que há escolas extintas por lei que foram reabertas por despacho —, não existe em Portugal um sistema administrativo — ainda há pouco um Secretário de Estado me dizia que, tendo chegado à sua Secretaria de Estado, pediu um organograma que levou oito dias a fazer. Cada pessoa que entra para um serviço público tende a criar para ela própria um instituto. Em suma, não existe nem o sistema nem o espírito do sistema. Vive-se, pois, num estado de letargia vegetativa e é com este estado que é preciso terminar.

Quanto aos objectivos a médio prazo, a Aliança Democrática não pode deixar de valorizar certos objectivos económicos. Nós, os que não temos dinheiro na Suíça ...

O Sr. Herculano Pires (PCP): — Provocador!

Risos do PS e do PCP.

O Orador: — ..., nem reforma na União Soviética, precisamos de assegurar o nosso futuro e o futuro das novas gerações.

O que se fez em Portugal foi criar um gigantesco sector público ao lado de um íntimo sector privado, de um pequeníssimo e medianíssimo sector privado. É como aquelas bicicletas antigas, que só há nos museus, que têm uma roda enorme, que neste caso é o sector público, e uma roda pequeníssima, que, porém, tem de fazer de roda motora no nosso caso económico.

Risos.

Como se isso não chegasse, como se a irracionalidade e o gigantismo do sistema não fossem suficientes, há agora uma roda enorme, que é o sector público,

junto a outra grande roda — que apareceu com o PS —, que são as multinacionais, e no meio há uma roda pequenina, que é o sector privado; quer dizer, agora o nosso sistema económico já não é uma bicicleta dessas dos museus, mas uma cadeira de paráligos.

Aplausos da maioria parlamentar.

Temos, afinal, uma economia dita socialista, mas que tem todos os defeitos assacados, nos manuais, às piores economias, isto é, inflação, monopólios e desemprego. Temos uma economia que tem um carácter anti-humano, porque uma economia que fala da imortalidade das conquistas só pode ser uma economia divina e não uma economia humana.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É uma economia que tem carácter antinacional, porque uma economia que sacrifica todo o capital português e diviniza todo o capital estrangeiro não pode ser uma economia nacional. É uma economia antieconómica, porque uma economia que não penaliza os prejuízos e onde estes se transformaram num fenómeno saudável e fisiológico não pode ser uma economia económica.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É uma economia antidemocrática, porque a Reforma Agrária não é senão o partido único da agricultura, o Serviço Nacional de Saúde não é senão o partido único da medicina. Não há democracias de partidos únicos.

A nossa economia é, do mesmo modo, anti-igualitária, porque nunca foi tanta a distância entre Lisboa e Bragança, entre o interior e o litoral, entre a juventude e aqueles que estão instalados na vida, entre a agricultura e a indústria e entre os trabalhadores das várias classes profissionais.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que economicamente temos de definir um novo modelo de intervenção, uma espécie de acordo de viabilização do País, que, embora passe por um período de tréguas e de arrumação que será conduzido por este Governo, há-de assentar em três pilares principais: o primeiro visando acções de saneamento e de coerência de sistema na política conjuntural imediata; o segundo definindo medidas de enquadramento do sistema, medidas institucionais da economia, e o terceiro definindo novos objectivos a médio prazo.

Ser-me-ia fácil definir tudo isto, mas julgo que de momento, num discurso político, posso deixar passar este aspecto em claro.

É preciso também, em termos de política externa, alterar o condicionalismo existente. O discurso do Prof. Freitas do Amaral é um discurso histórico. A partir desse momento nós não somos mais um satélite que gira à volta do «sol da terra», somos um problema próprio, e não um problema dos outros.

Aplausos da maioria parlamentar.

Somos um problema português. Portugal não é apenas o resto do mundo, nem apenas um problema internacional. Portugal tem de fazer a sua política externa de dentro para fora e não de fora para dentro, como se fazia até aqui, prolongando uma estranha vocação turística. Portugal não é um problema dos outros, Portugal é um problema nosso.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Interessa-nos mais o respeito dos outros do que a sua simpatia. Somos um país com direito à dignidade nacional, que é necessário restaurar. Vermo-nos no espelho do mundo pode ser muito caro a uma espécie de vaidade feminina.

Mas mais importante do que isso é resolvemos os nossos problemas internos. Portugal não pode ser, como diria o major Melo Antunes, um modesto peão no jogo estratégico do mundo. Não podemos viver de uma diplomacia de recados e ser uma espécie de terreiro onde se encontram agentes internacionais de todas as procedências.

Temos, além disso, de nos aproximar das nossas comunidades, porque Portugal é cada vez mais um país de pessoas, agora que deixou de ser totalmente um país de territórios. Os nossos embaixadores têm de ser quase uma espécie de governadores civis das nossas comunidades dispersas pelo mundo. O dia 10 de Junho tem de ser o dia da Comunidade Portuguesa, da nação portuguesa, da sociedade portuguesa, e não um protetor para existência do Conselho da Revolução.

Aplausos da maioria parlamentar.

A hora da Aliança Democrática é a hora da esperança contra o ressentimento, da unidade contra os feudos, do humanismo contra o dirigismo, é a procura do acordo mais profundo possível com o próprio país, com o país real. É a abertura de uma sociedade com futuro para as novas gerações, de uma sociedade com substância, com miolo, com classes médias, com família, onde tudo isto seja respeitado, e não onde as famílias sejam entaladas e todo o miolo da sociedade seja entalado, um estatismo crescente e um basísmo anárquico.

É justamente por isso que a classe política tem de ser uma classe dirigente e que este Governo não pode ser uma pura e uma mera administração. É por isso que este Governo não se limitará a substituir o Partido Socialista no seu papel. Este Governo tem de fazer outro papel. Na verdade, há os que aceitam heranças e há os que fazem heranças e herdeiros; nós queremos estar no segundo papel. Queremos deixar heranças e herdeiros, não queremos aceitar e administrar apenas as heranças dos outros. Esse é o nosso espírito.

Só temos as eleições por nós. Temos, portanto, de tirar delas toda a lição possível, todo o significado possível, toda a lição que elas comportam. Se assim fizermos, daqui a nove meses ganharemos de novo e mais folgadamente.

O vento da história portuguesa, ao contrário do que ontem aqui disse o Sr. Deputado Aboim Inglês, está do nosso lado. Nós sabemos que tem um largo lastro... Tem um lastro muito grande.

Por isso, desejamos, confiamos e esperamos que este Governo e esta maioria respondam vitoriosamente ao desafio que lhe foi posto.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Peço a palavra para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Carlos Lage, com a ressalva de que o tempo que vai ocupar se descontará naquele que está previsto o PS utilizar no fim da discussão.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente: A distribuição de tempo pelos partidos não suprime o artigo do Regimento que permite fazer protesto quando um partido ou um Deputado se sintam injuriados. É este o caso, pois o Partido Socialista sente-se injuriado e, como tal, pede o uso da palavra para formular um protesto contra a intervenção do Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS protesta veementemente contra o discurso do Sr. Deputado Lucas Pires. Este discurso é de uma tal violência e sectarismo contra o PS e outros partidos que parece recusar-nos não só o direito à oposição como também o direito à existência.

Aplausos do PS.

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Este discurso insere-se na lógica do partido único.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — É extremamente grave e preocupante se este discurso, pelos aplausos que recebeu de todas as bancadas da AD, é o discurso representativo da Aliança Democrática.

No discurso do Sr. Deputado Lucas Pires perpassa o saudosismo do partido único.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — É conveniente que a maioria e os partidos da Aliança Democrática marquem posição face a este discurso, porque, se ele é significativo das suas posições político-ideológicas, prenuncia algo de grave para o nosso país.

Aplausos do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Lage e o Partido Socialista não só não entenderam o discurso do represen-

tante do Grupo Parlamentar do CDS como não entendem sequer a vitória esmagadora...

O Sr. Herculano Pires (PS): — Não diga asneiras!

O Orador: — ... que a Aliança Democrática alcançou no passado dia 2 de Dezembro, ou, melhor, o Partido Socialista e o Sr. Deputado Carlos Lage não aceitam ser oposição ou, ainda melhor, não sabem ser oposição. Foi isso o que acabou de ser demonstrado neste momento.

Aplausos do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Lage, quando lhe concedi a palavra chamei-lhe a atenção para o facto de que o tempo que usasse seria descontado no tempo previsto para uso da palavra por parte do PS. Acontece que as coisas se dispuseram de tal maneira que o CDS, que já tinha usado do seu tempo, voltou a usar da palavra para um contraprotesto.

Sem necessidade de maiores considerações e apenas por um mero sentido de equilíbrio entre os direitos dos partidos, não descontarei o tempo utilizado no seu protesto ao tempo disponível do PS.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, como eu disse logo no início, o Sr. Presidente não poderia descontar o tempo que eu iria utilizar, pois invoquei o artigo 96.º do Regimento, segundo o qual «o Deputado que pedir a palavra para reclamações, recursos ou protestos [...]». Ora, ficou combinado na reunião dos vários grupos parlamentares que, no caso de um partido ou um Deputado se sentir injuriado, o tempo que utilizasse no protesto não seria descontado no tempo que lhe cabia na distribuição que então se fez.

O Sr. Presidente: — Apenas quis fazer sentir ao Sr. Deputado que, além das razões regimentais que oportunamente invocou, havia ainda aquela outra, que para mim é muito mais revelante, para uma normalidade ética na condução dos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Cunhal.

O Sr. Álvaro Cunhal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Terminou o debate sobre o Programa do Governo. Muitos portugueses, que ouviram pela rádio ou que acompanharam pelas notícias dos jornais o turbilhão de palavras de um tão longo debate, não ficarão talvez com uma ideia suficientemente clara do alcance da política que este Governo se propõe realizar.

A histeria anticomunista das bancadas de apoio ao Governo, os insultos que nós, os comunistas, muito bem conhecemos do tempo do fascismo, que ouvimos dos acusadores dos tribunais especiais e dos plenários salazaristas, mas não esperávamos vir a ouvir no Parlamento do Portugal democrático, não é resposta aos problemas nacionais nem justificação da política de um governo.

Quando muito é a revelação das ideias e intenções de fundo, que a tangencial, frágil e circunstancial maioria desta Assembleia ainda procura provisoriamente encobrir, intitulando-se de Aliança Democrática.

Do Programa do Governo e das intervenções feitas resulta com toda a nitidez o projecto do Governo e da conjuntural maioria desta Assembleia: liquidar o regime democrático e as suas grandes transformações e conquistas, restaurar o poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários, instaurar um novo sistema político evoluindo mais ou menos rapidamente para uma ditadura.

O que a AD pretende é pôr em andamento um golpe mascarado contra a democracia que, num processo mais ou menos rápido, conduza à liquidação do Portugal de Abril.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Por muito que desagrade às forças do passado, a Constituição é a lei fundamental do País. Está em vigor. O seu cumprimento é obrigatório, não só para os cidadãos como para os Órgãos de Sobrenânia, incluindo naturalmente a Assembleia da República e o Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E não basta respeitar a Constituição em palavras. É de exigir que seja respeitada nos actos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foi por vezes aqui sublinhado que o Governo se limitará ao quadro constitucional, acatará a lei constitucional, mas de princípio a fim, toda a política definida em termos gerais, as medidas indicadas, a legislação anunciada, o esquema de revisão constitucional pretendido, violam frontalmente os princípios constitucionais.

Inconstitucional o propósito do Governo de pretender «gerir» não a economia portuguesa com as suas actuais estruturas consagradas na Constituição, mas (como afirma o Primeiro-Ministro) «um novo modelo económico».

O Governo anuncia assim o propósito de se antecipar, na acção governativa, à revisão constitucional o que viola manifestamente a legalidade democrática e o tão apregoado «Estado de direito».

A linha mestra do Programa do Governo é a política de restauração efectiva do poder do grande capital e dos latifundiários.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — O Governo pretende restaurar a dinâmica da acumulação, da centralização e da concentração capitalista à custa do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores.

O Programa do Governo anuncia, apesar das suas tiradas demagógicas, um agravamento rápido das condições de vida dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, das camadas mais desfavorecidas, nos reformados e deficientes, da população em geral.

Será esse o resultado da maior liberalização de preços, da subida de preços constante do «cabaz de compras» que decorre necessariamente da redução das receitas do Fundo de Abastecimento, da camu-

flada mas real contenção salarial, nomeadamente para as empresas públicas, da intensificação da exploração dos trabalhadores através dos apelos a uma maior produtividade, da impotência para dar verdadeiro combate à inflação, pois os factores que mais contribuíram para ela no nosso país — elevadas taxas de juro, desvalorização do escudo, altas de preços nos mercados externos e aumentos de lucros — mantêm-se, da falta de medidas reais para combater o desemprego.

Não serão apenas os trabalhadores a pagar durante uma tal política.

A revisão da Lei do Arrendamento Rural visa colocar de novo os rendeiros à mercê das extorsões dos senhorios ricos. A nova lei dos baldios, tal como no tempo da ditadura, por aquilo que se disse nesta Assembleia visa arrancar os baldios aos povos e entregá-los aos ricos caciques locais reaccionários.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Às autarquias!

O Orador: — A política de acumulação, centralização e concentração capitalistas, que a integração no Mercado Comum mais acentuará, atirará para a ruína e falência milhares de pequenas e médias empresas.

A anunciada pretensão do Governo de gerir «um novo modelo económico» põe abertamente o Governo em confronto com as realidades sócio-económicas expressamente consagradas na Constituição e transparece no carácter anticonstitucional não só da política geral como das políticas sectoriais.

Inconstitucional a política relativa às nacionalizações.

A Constituição é expressa. Por força do artigo 83.º, «todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril são irreversíveis».

O Programa do Governo e as intervenções dos seus Ministros e Deputados mostram com evidência que o Governo se propõe violar ostensivamente este preceito entretanto obrigatório.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É falso!

O Orador: — O Governo propõe-se manifestamente estrangular financeiramente as empresas públicas, através da redução ou eliminação dos subsídios e da limitação do financiamento interno, condicionado pelas necessidades do financiamento privado. O Governo propõe-se abrir ao capital privado sectores nacionalizados, incluindo a banca e os seguros.

O Programa do Governo atinge o nível do escândalo quando anuncia «a mobilização dos direitos de indemnização por troca com participações do Estado ou do sector público empresarial, nomeadamente nas empresas indirectamente nacionalizadas».

O Governo anuncia assim, friamente, a intenção de desrespeitar também nesta matéria a Constituição, uma vez que, segundo a Lei Fundamental em vigor, quanto às empresas indirectamente nacionalizadas, apenas poderão — e «a título excepcional» — ser integradas no sector privado aquelas que preencham simultaneamente três condições: serem pequenas ou médias empresas, situarem-se fora dos sectores básicos da economia e não terem os trabalhadores optado pelo regime da outorgestão ou de cooperativa.

Nós defendemos e defenderemos as nacionalizações, como parte integrante do regime democrático e con-

dição para a sua vida e desenvolvimento. Somos nós, comunistas, que defendendo as nacionalizações nos situamos no quadro institucional, constitucional e legal, que o Governo se propõe desrespeitar.

Inconstitucional também a política referente à Reforma Agrária, que constitui uma necessidade histórica e uma das mais belas conquistas da revolução portuguesa.

Os partidos do Governo não gostam de ouvir falar na revolução portuguesa porque sempre agiram contra ela. Mas queiram ou não queiram, ela deu-se pela luta e pela obra do nosso povo e das forças armadas. Graças à Revolução de Abril foi derrubado o Governo fascista, foram conquistadas as liberdades e foram realizadas grandes transformações democráticas nas estruturas sócio-económicas. Entre elas a Reforma Agrária.

Numa vasta zona do País, a Reforma Agrária pôs fim, embora parcialmente, aos latifúndios e à correspondente situação de haver, por um lado, terras imensas e abandonadas pertencentes a umas escassas centenas de famílias de grande proprietários absentistas e, por outro lado, massas de trabalhadores desempregados grande parte do ano e condenados a uma negra miséria.

A Reforma Agrária transformou radicalmente a vida dos trabalhadores, dos seus familiares e dos seus filhos. E, apesar de sofrerem enormes e brutais ofensivas, apesar das ilegalidades e violências dos Governos os trabalhadores da Reforma Agrária deram uma notável contribuição para a economia nacional e para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O Governo anuncia o propósito de levar ainda mais longe a ofensiva inconstitucional e ilegal contra a Reforma Agrária.

Como para a completa restauração dos latifúndios não chega a Lei n.º 77/77, propõe-se fazer uma nova lei. Estabelece como linha de orientação fundamental de estruturação fundiária «a formação de explorações familiares», o que, sendo para aplicar no Alentejo e grande parte do Ribatejo, revela não só o propósito de medidas de desestabilização e violência, como uma profunda ignorância das estruturas agrárias, da composição de classe da população agrícola activa, das características da agricultura e pecuária da zona e também um completo desprezo pela vontade e pela determinação dos trabalhadores e das populações interessadas.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Não apoiado!

O Orador: — Lembramos que os Deputados comunistas que se encontram eleitos pelos círculos da Reforma Agrária se encontram aqui com o voto da maioria absoluta, não apenas dos trabalhadores, mas da população da zona.

A Reforma Agrária, parte integrante e inalienável do regime democrático, é a causa da maioria do povo, que saberá lutar em sua defesa.

Nós, Deputados comunistas, aqui na Assembleia da República e desta tribuna confirmamos que seremos fiéis ao compromisso que tomámos perante os eleitores de que defendemos e defenderemos firmemente a Reforma Agrária. Lutaremos por ela até à sua completa realização.

Aplausos do PCP.

Propondo-se desencadear uma nova ofensiva contra a Reforma Agrária, é o Governo que entra no caminho da ilegalidade e da subversão. E defendendo a Reforma Agrária, somos nós, comunistas, que nos situamos no quadro institucional, constitucional e legal.

Também no que respeita à política externa, a intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros não se acomoda com os princípios constitucionais relativos às relações internacionais do Estado democrático português.

Não é servindo de peão de brega aos círculos mais agressivos do imperialismo que Portugal se dignifica e pode resolver os seus problemas. Não é tornando o anti-sovietismo mais primário o eixo da política externa de Portugal que se asseguram os interesses do País e a independência nacional.

Portugal está interessado, não em ser um porta-voz da guerra fria que o condenaria a um progressivo isolamento, mas sim em manter e desenvolver relações de amizade e cooperação com todos os Estados, independentemente do seu sistema social, na base da igualdade, respeito pelos interesses mútuos e não ingerência nos assuntos internos.

Em vez de coléricas e primárias tiradas anti-soviéticas, melhor teria sido se o Sr. Ministro procurasse uma informação exacta acerca das ingerências e intervenções armadas do imperialismo contra o regime democrático do Afeganistão, ingerências e intervenções armadas em que o imperialismo, e particularmente o imperialismo norte-americano, é useiro e vezeiro.

Risos do PSD e do CDS.

Por muito que pese ao imperialismo, o povo afgão saberá defender a sua revolução que pôs fim a uma monarquia feudal e encaminhou o Afeganistão para uma nova vida de liberdade, independência e progresso social.

Risos da maioria parlamentar.

Podem rir-se à vontade, pois o último a rir é quem rirá mais...

Isso já tem acontecido muitas vezes na história e também em Portugal virá a acontecer.

Aplausos do PCP.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Voltamos à entrevista da Oriana Fallaci, com ameaças que já não metem medo a ninguém?

O Orador: — Ainda sobre política externa. O Governo afirma que a integração, o mais rápido possível, de Portugal no Mercado Comum é «a prioridade das prioridades da política externa portuguesa».

O Governo e as forças que o apoiam confessam agora aquilo que o PCP sempre afirmou e que eles sempre contestaram: que a integração no Mercado Comum não era tanto uma decisão ditada por razões económicas como uma grande operação política visando a destruição das conquistas de Abril.

O que o Governo pretende não é o desenvolvimento económico nacional, mas as «alterações estruturais» que restaurem monopólios e latifúndios e que reconduzam Portugal ao capitalismo monopolista de Estado.

Trata-se também não só de uma política que poderá trazer gravíssimos prejuízos à economia nacional provocar a ruína e a falência de milhares de pequenas e médias empresas, submeter efectivamente o País ao imperialismo estrangeiro, como de uma política que visa uma revisão de facto e ilegal da Constituição antes da sua revisão formal.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — Com que instrumentos se propõe o Governo levar a cabo uma tal política?

O Governo sabe bem que a política que anuncia defronta e confronta directamente a nova realidade democrática criada pelo 25 de Abril e defrontará também a opinião, a vontade e a determinação dos trabalhadores e do povo português que, no uso das liberdades e direitos que a Constituição lhes confere, se oponham a uma tal política, no quadro do regime que o Governo quer destruir, mas que é o regime em que todos vivemos.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — É porque o sabe, porque sabe que a política que anuncia não poderá ser plenamente realizada no quadro democrático existente, que o Governo se propõe limitar as liberdades e direitos dos cidadãos.

O que significam e o que se pretende com polícias especiais e tribunais especiais? O que se pretende com uma lei referente aos partidos políticos? O seu objectivo particular será apenas obrigar a apresentar as contas anuais? Isso até estaria bem, porque, segundo parece, o PCP é o único que tem as contas em dia, e é o único que paga à Previdência, ao contrário do que sucede com os partidos governamentais.

Risos da maioria parlamentar.

O Sr. Mário Soares (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Mas certamente não é só isso. E não podemos deixar de recordar que o actual Primeiro-Ministro, quando membro do I Governo Provisório, apresentou também um projecto de lei sobre os partidos políticos, projecto de lei digno dos processos do McCarthyismo de triste memória. E o que se pretende com a «normalização» da justiça? E com a criação de um conselho restrito do Conselho Superior da Magistratura? O que se pretende com um serviço de informações?

No texto do Programa, na linguagem usada nas intervenções do Governo e, ainda mais claramente, nas intervenções carregadas de intolerância dos porta-vozes concorrentiais dos partidos do Governo, repassa o propósito do Governo de recorrer sistematicamente a métodos autoritários e repressivos.

Não é caminho da democracia e do «Estado de direito». É um caminho apontado para a destruição das liberdades e da democracia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O real perigo não é só de uma política de direita no quadro do regime democrático. O real perigo é de uma política que visa liquidar o regime democrático.

Apesar de negá-lo repetidamente, o Governo e a sua maioria pretendem de facto a ruptura institucional, na imediata actuação governativa, na acção legislativa e no propósito de revisão inconstitucional da Constituição. Isso é transparente em muitos pontos do Programa, como acabamos de ver.

Mas aparece como uma finalidade global em três operações políticas anunciadas pelo Governo e para caracterizar as quais não encontramos outra palavra que não seja subversão.

De facto, três grandes operações subversivas contra o regime democrático são lançadas pelo Governo e pelos partidos que o apoiam na Assembleia.

A primeira é a aprovação de uma nova lei eleitoral que viole os princípios constitucionais.

O Sr. Primeiro-Ministro afirmou que o Governo «não teme» as eleições. É, porém porque as teme, é porque não confia na democracia, que o Governo pretende fazer aprovar uma nova lei eleitoral que, violando os princípios constitucionais e os mais elementares princípios democráticos, possa garantir de novo a maioria na Assembleia aos partidos que constituem actualmente a AD, mesmo que baixe significativamente, como é de esperar, o número e a percentagem de votos nesses partidos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os expedientes técnicos já detectáveis são fundamentalmente dois.

Primeiro, uma nova divisão dos círculos eleitorais.

Os círculos eleitorais deixariam de ser os distritos e passariam a ser agrupamentos de concelhos ou outros, imaginados de tal modo que, em violação do princípio constitucional da proporcionalidade, os partidos da direita vissem reforçada a sua representação parlamentar.

É certo que a Assembleia da República tem competência para fixar os círculos eleitorais. Mas essa fixação será inconstitucional na medida em que pela reduzida dimensão dos círculos não fique assegurado o princípio da proporcionalidade.

É necessário insistir em que o princípio da proporcionalidade significa fundamentalmente proporcionalidade do número de Deputados de cada formação política em relação ao número de votos recebidos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O princípio da proporcionalidade não admite círculos em que seja eleito um só Deputado, como seria o caso se fosse criado o círculo eleitoral de Macau, anunciado pelo Governo.

O exemplo de Macau mostra as reais intenções do Governo de subverter um princípio fundamental do sistema eleitoral inerente ao regime.

Outro expediente técnico seria a atribuição aos emigrantes de um número mais elevado de Deputados.

Nada de admirar que o pasquim *O Diabo* veicule uma proposta de um Deputado desta Assembleia no sentido da criação, contra os preceitos constitucionais, de sete círculos no estrangeiro para a eleição de um total de nove Deputados, sendo cinco desses círculos uninominais.

A segunda grande operação subversiva para a destruição do regime democrático é a tentativa da instuição inconstitucional do referendo.

A Constituição é absolutamente expressa nesta matéria. O artigo 3.º estabelece que «a soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição».

E o artigo 111.º estabelece que «o poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição».

O «referendo» não está admitido na Constituição e a tentativa da sua introdução por lei ordinária é manifestamente inconstitucional, por muito que tentem argumentar juristas que interpretam as leis ao sabor da conveniência dos seus partidos e por muito que se pretendam sobrepor práticas estrangeiras à Lei Fundamental da República Portuguesa.

Para poder alterar a Constituição não basta proclamar que, como pedra-de-toque de um regime democrático, o que não é proibido é consentido. Se um tal princípio se aplicasse à acção dos Órgãos de Soberania teríamos a ilegalidade, o arbitrio e o despotismo.

Estamos absolutamente certos de que, se houvesse um Governo do PCP e uma maioria comunista na Assembleia da República ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nunca!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Deus nos livre!

O Orador: — ..., o actual Primeiro-Ministro afirma (e com razão) que tal governo e tal Assembleia deveriam confinar a sua acção àquilo que lhes era permitido pela Constituição.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Como o PCP é totalitário, é lógico!

O Orador: — Em termos dos Órgãos de Soberania a legitimidade democrática dos seus actos vem da Lei Fundamental do País e não das elocubrações subjetivistas de um ou outro Primeiro-Ministro conjuntural.

A terceira grande operação subversiva para a destruição do regime democrático é a revisão inconstitucional da Constituição.

O Governo pretende desrespeitar os limites materiais da revisão constitucional estabelecidos no artigo 290.º, que obrigam quaisquer leis de revisão constitucional a respeitar, entre outros princípios constitucionais — cito apenas alguns —, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais, a eliminação dos monopólios e dos latifúndios, o sistema de representação proporcional, a autonomia das autarquias locais.

O Governo pretende também desrespeitar o princípio segundo o qual as alterações da Constituição terão de ser aprovadas por maioria de dois terços.

Tudo isto mostra que o Governo e a sua frágil maioria parlamentar pretendem governar e legislar contra a legalidade constitucional, que é a suprema legalidade democrática existente.

No quadro estrito das instituições e do regime e no uso das liberdades e direitos que a Constituição lhe confere, o PCP e com ele, estamos certos, um

número crescente de portugueses e portuguesas oportuna-se à firmemente ao Governo e ao seu Programa.

Vozes da maioria parlamentar: — Querias, querias!...

O Orador: — É uma evidência que o Governo e aqueles que o apoiam sobreestimam as suas próprias forças.

Querem fazer esquecer que, se têm conjunturalmente a tangencial maioria dos Deputados, não têm a maioria dos portugueses que, como se sabe, votou nos partidos democráticos.

Querem fazer esquecer que muitos dos votos que obtiveram foram obtidos, sobretudo em algumas regiões, não através da decisão livre dos cidadãos, mas das mais diversas formas de coacção física, económica, social, ideológica e até religiosa.

Aplausos do PCP.

Vozes da maioria parlamentar: — Não apoiado!

O Orador: — Querem fazer esquecer que os votos que obtiveram não correspondem a uma estável base social de apoio, pelo que, num prazo curto de tempo, perante a real política do Governo, muitos dos que votaram na AD compreenderão o logro em que caíram.

Querem até fazer esquecer que a invocada maioria «estável e coerente» é menos estável e coerente do que pretendem os seus arautos, além do mais porque fazemos a justiça de pensar que nessa maioria nem todos pretendem que a política do Governo actual conduza à instauração de uma nova ditadura.

Repetindo a fraseologia dos tempos do fascismo, acerca da «União Nacional» e da «ANP», pregoeiros dos partidos governamentais dizem que a AD não é do PPD, nem do CDS, mas dos Portugueses.

Julgando ter já assegurada a sua continuação e perpetuação no Poder, através de eleições antidemocráticas e da revisão inconstitucional da Constituição, os partidos governamentais afirmam que as eleições intercalares de 2 de Dezembro para a Assembleia da República foram «um marco», um marco histórico, o marco da marcha «imparável» da AD.

É excessivo este optimismo. Continuamos a confiar em que os trabalhadores e as forças democráticas, cuja unidade e acção comum se tornam cada vez mais urgentes, saberão defender Portugal de Abril e as suas conquistas.

Continuamos a confiar em que as instituições e as forças democráticas estão em condições de impedir uma nova lei eleitoral anticonstitucional ou a instituição inconstitucional do referendo.

Continuamos a confiar em que realizando-se as próximas eleições para a Assembleia da República dentro de oito meses em condições democráticas, o novo «marco» da AD não será uma vitória, mas uma derrota eleitoral que lhe fará perder a frágil maioria na Assembleia de que actualmente dispõe, obrigando consequentemente à queda do actual Governo, se chegar até lá.

Uma voz do PSD: — Se chegar até lá?!

O Orador: — A Revolução de Abril está viva e bem viva no coração, nos sentimentos e na vontade do povo português, que saberá defender o Portugal de Abril, Portugal libertado do fascismo, Portugal livre, democrático e independente.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, não posso deixar de, em nome da minha bancada, protestar contra a intolerável afirmação feita no início do discurso que acabámos de ouvir, e repetida posteriormente, de que queremos destruir a democracia portuguesa. Eu quero dizer aqui com a serenidade que não exclui a firmeza que nós não recebemos nenhuma ou qualquer lição total ou sequer parcial de democracia de um partido e sobretudo de um homem que afirmou que em Portugal não haveria uma democracia parlamentar e que confessou ter por modelo um tal «sol da terra» que democrático tem, como todos sabem, os campos de concentração, a opressão, a supressão de todas as liberdades.

Aplausos da maioria parlamentar.

Este deputado é ainda, além disso, o secretário-geral de um partido político que, de acordo com relatórios oficiais, no ano de 1975, participou em Portugal em actos semelhantes àqueles que ele próprio e muitos outros sofreram. Há provas e testemunhas, talvez mesmo nesta Sala, e há vítimas de assaltos abusivos a meio da noite, de prisões por longos meses sem culpa formada e sem mandato de captura ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E de torturas!

O Orador: — ... e de torturas também. Há identificações que nos permitem afirmar que diversos militantes do Partido Comunista Português nelas participaram.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Não têm autoridade para dar lições de democracia.

Aplausos da maioria parlamentar.

Não aceitamos também que fale agora de Estado de direito o secretário-geral de um partido que criticou — leiam-se as páginas do *Diário da Assembleia Constituinte* — violentamente e votou contra a introdução desta qualificação na Constituição da República Portuguesa em 1975.

Achamos também, por outro lado, inacreditável que se fale em descida do nível de vida dos Portugueses a propósito de um Governo que agora começa e não se diga que outros, que não nós, que governos de inspiração comunista, de inspiração socialista e de inspiração presidencial presidiram aos destinos do País e que eles, sim, contribuíram para a descida do nível e da qualidade de vida dos Portugueses, acrescento eu.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Consideramos, finalmente, ridículos que o Partido Comunista Português afirme *ex catedra*, como se fosse o detentor da verdade absoluta, o que é o que não é constitucional. Não tem autoridade para o dizer, não só pelo que já atrás afirmei, mas porque não tem competência para o fazer. Há órgãos próprios na Constituição para examinarem da constitucionalidade dos diplomas aprovados por esta Assembleia e pelo Governo. E volto a recordar-lhes que o Partido Comunista Português já aprovou leis que foram declaradas inconstitucionais algumas das quais violavam princípios fundamentais da democracia.

O Sr. Amândio de Azevedo: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, o Partido Comunista Português continua a confundir uma pretensa histeria anticomunista com as críticas à União Soviética e à sua própria política. Ele que quer domina tudo, que quer pôr no seu bojo, ao que parece, todos os comunistas do mundo, esquecendo que, como se tem confirmado, há obviamente muitas diferenças — e não me quero meter nesse campo — entre as suas atitudes e a de outros partidos comunistas ocidentais ou de outros países do mundo.

O Sr. Octávio Pato (PCP): — O que é isto, Sr. Presidente?!

O Orador: — Mas vai dizendo que somos pião de brega do imperialismo americano e protesta revelando uma duplicidade e uma hipocrisia imorais quando dizemos que ele vem aqui trazer as opiniões da União Soviética. Nós não podemos tolerar esta duplicidade, esta hipocrisia.

Essa do anticomunismo já é velha, meus amigos, chame-se-lhe primário ou não. Essa do anticomunismo é a capa com que os partidos totalitários querem evitar as críticas que merecem.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, isto é um protesto?

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com toda a calma, mas com toda a firmeza, repudiamos as ameaças que o Sr. Deputado aqui fez. Nós queremos apenas defender a democracia portuguesa e respeitar a vontade do povo português. Não tememos ninguém e queremos afirmar claramente que a soberania do povo é o nosso único e exclusivo guia.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, queria saber ao abrigo de que norma regimental é que o Sr. Deputado Pedro Roseta fez esta longa intervenção que acabámos de ouvir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, no consenso estabelecido pelos grupos parlamentares em que se fixou o programa e a distribuição de tempos desta sessão e nesta fase de encerramento do debate do Programa de Governo, como salientou o Sr. Deputado Carlos

Laje, ficou assente que seriam respeitados os tempos, mas que haveria a possibilidade de se fazer protestos e contraprotestos. Este foi o consenso estabelecido e creio que realmente fixado nessa reunião. Desde que o Sr. Deputado Carlos Laje, há pouco, invocou essa circunstância para fazer um protesto eu darei a todos os outros partidos igual direito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Com toda a certeza.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, só que esta intervenção do Sr. Deputado Pedro Roseta não foi propriamente um protesto, foi uma longa intervenção política...

Vozes do PSD: — Foi um protesto!

O Orador: — Também os protestos que estão previstos nos consensos que sucessivamente se têm estabelecido na conferência dos grupos parlamentares a propósito destes debates, invoca-se apenas uma razão: a de ofensa a um Deputado ou de grave ofensa a um partido político.

Vozes da maioria parlamentar: — E foi! E foi!

O Orador: — E é esse o consenso que tem vigorado até agora.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não cabe à Mesa determinar o critério pelo qual cada grupo parlamentar se deve ou não, em cada momento, sentir mais ou menos atingido em termos de eu poder considerar uma ofensa. Desde que se estabeleceu este critério a Mesa respeita-lo-á num critério perfeitamente igualitário e imparcial.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Pretendia formular um protesto, porque o partido que represento considera-se igualmente ofendido por um ligeiro aparte que o Sr. Deputado Álvaro Cunhal formulou quando largou o papel, e em que eu julguei ver — e julgo que a Câmara também — uma ameaça aos partidos que se estavam a rir.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que medo!

O Orador: — Pois bem, se o Partido Comunista, não contente com proibir muitas outras liberdades que — como toda a gente sabe — preconiza que se proíbam, pretende também dos Portugueses que tenham a proibição de se rirem quando o Sr. Deputado Álvaro Cunhal faz aquelas afirmações, eu direi: ainda bem que os Portugueses com certeza não perderão o sentido de humor e que hão-de rir-se destas afirmações do Sr. Deputado Álvaro Cunhal.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não seja ridículo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Grupo Parlamentar do CDS quer protestar contra a frieza, a duplicitade e a hipocrisia com que o Sr. Deputado Álvaro Cunhal defendeu perante todos nós, perante a Assembleia da República, os valores universais da democracia, o valor essencial, para nós, da Constituição e ousou falar em nome do povo português. Da democracia, mas que democracia, Sr. Deputado Álvaro Cunhal? Aquela do 11 de Março, aquela das novas prisões, aquela dos saneamentos, aquela que permitiu a conquista do Alentejo? Sr. Deputado, de que Constituição? Daquela que V. Ex.^a pretendeu fazer abortar quando como precursor do novo *Ayatollah* fez o sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que infame!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Cale-se!

O Orador: — Em nome de que povo português? Do povo português, das populações que no Alentejo andam acorrentadas, escravizadas, à roda do Partido Comunista Português, que dele recebem os salários fruto do rendimento de todos nós que é o rendimento da cortiça do Alentejo, designadamente?

Vozes do CDS: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Num ponto me regozijo pela fala do Sr. Deputado Álvaro Cunhal. Felicito-me por ele ter dito aqui, de forma insofismável, claramente, que apoiava a invasão do Afeganistão pelas forças imperialistas da União Soviética. Creio que a resistência do povo afgão saberá responder com honra e galhardia a esta tomada de posição anti-humanitária. Mais uma vez — tal como ontem sublinhou, e muito bem, um Sr. Deputado da bancada socialista —, neste momento, os votos da bancada do CDS vão para as vítimas da invasão perfida da União Soviética contra o povo afgão.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (Indep.): — Queria fazer um pequeno protesto...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Também se sentiu atingido!...

O Orador: — ...não contra as ideias pelo Sr. Deputado Álvaro Cunhal, que tem toda a liberdade de as ter, mas contra a afirmação do Dr. Álvaro Cunhal de que os Deputados e as forças políticas que integravam esta maioria figuravam um partido único...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ninguém disse isso!

O Orador: — ...e constituíam uma ameaça à democracia.

Penso que o Dr. Álvaro Cunhal não tem o direito de dizer isso e gostaria inclusivamente que retirasse essas palavras.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É uma questão de ouvir!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Cunhal.

O Sr. Álvaro Cunhal (PCP): — As intervenções dos Srs. Deputados dos partidos governamentais confirmam as opiniões do Partido Comunista: é que nem sequer sabem ouvir! Por exemplo, o último Deputado que pediu a palavra atribuiu-me uma afirmação que não fiz, pois nem sequer falei em partido único.

Vozes do PSD: — Falou, falou!

O Orador: — Além do mais, até tive a justiça de afirmar que nesta maioria que quer liquidar a democracia portuguesa haverá homens que não querem liquidar, que não querem que este processo, iniciado com o Governo actual, vá até à instauração de uma nova ditadura.

Nas intervenções dos Srs. Deputados houve também uma confirmação da sua intolerância...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Olha quem fala!...

O Orador: — ...por exemplo, quando um Deputado da maioria governamental entende que um partido político não tem o direito de se pronunciar acerca da constitucionalidade de uma acção governativa ou das leis em projecto e disse que isso seria apenas para órgãos de soberania e que os partidos políticos não poderiam ter opinião nessa matéria.

Quanto à autoridade do Partido Comunista para falar em democracia, essa autoridade não vem de uma adesão de meses ou poucos anos aos ideais da democracia.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Quando muitos da maioria actual, nesta Assembleia, exerciam cargos ou funções no Estado da ditadura fascista, quando muitos faziam a propaganda do ideário fascista, quando muitos apoavam a política seguida pelo Governo que nos oprimiu durante 50 anos, os comunistas e outros democratas arriscavam a sua liberdade e a sua vida para que o povo português se libertasse finalmente da ditadura fascista!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Estão muitos sentados também aqui!

O Orador: — A autoridade do Partido Comunista para falar e para defender a democracia, vem do facto de que a história deste partido é a história de muitos homens e mulheres que viveram longos anos na clandestinidade, que foram torturados, que foram condenados, que morreram nas prisões ou sob as torturas da PIDE para defenderem a libertação do povo por-

tuguês, para conseguirem finalmente contribuir para que terminasse a ditadura fascista e os senhores estivessem aqui, nesta Assembleia, como Deputados eleitos em sufrágio universal de um sistema democrático português, actual.

Aplausos do PCP.

Quer isto dizer que se este Governo é formado no Portugal democrático também o deve à luta dos comunistas contra a ditadura fascista, também o deve à luta dos comunistas. O processo democrático português, a vida democrática que actualmente temos a possibilidade de ter em Portugal, deve-se à luta dos partidos democráticos e não certamente à acção daqueles que durante muitos anos estavam estreitamente ligados ao regime anterior. E temos exemplos desses não apenas nas bancadas, como sabem, mas até na formação do próprio Governo actual, em que muitas pessoas estiveram intimamente ligados ao regime anterior e a pessoas altamente responsáveis do regime anterior. Se aqui isto é citado não é porque entenda que é o ataque pessoal que interessa na discussão de um Programa de Governo, mas porque os Srs. Deputados das bancadas dos partidos governamentais entenderam substituir a discussão política pelos ataques de carácter pessoal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à autoridade do Partido Comunista para falar em democracia, o nosso povo bem a conhece...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Por isso é que só tem 18 %!

O Orador: — ... e para dar lições de democracia àqueles que só muito recentemente se afirmam democratas e afirmam-se muitos deles democratas com intenção de destruir o regime democrático português — o nosso povo bem os conhece!

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Vá dizer isso aos italianos!

O Orador: — Finalmente e em relação ao anticomunismo: o anticomunismo é a melhor capa para ocultar o propósito de forças reaccionárias que não pretendem apenas lutar contra os comunistas, mas pretendem destruir o regime democrático. O anticomunismo sempre foi a capa dos fascistas e das forças reaccionárias, com que pretendem desenvolver uma acção política e ganhar o apoio social e o apoio político para destruir as liberdades e para justificarem não apenas a repressão contra os comunistas, mas a repressão contra todas as forças democráticas.

E nós esperamos bem que o nosso povo saiba defender a democracia portuguesa. Mal iria se não a defendesse! Mas estamos também convencidos de que não passará muito tempo em que, de uma maneira ou de outra, as palavras que aqui dizemos tenham confirmação na vida.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, são 18 horas, e a reunião fica interrompida por 30 minutos.

Peço aos Srs. representantes dos grupos parlamentares o favor de passarem imediatamente pelo meu gabinete, para uma troca de impressões sobre os trabalhos de amanhã.

Eram 18 horas.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a reunião.

Eram 18 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. Mário Soares (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: No começo deste debate o Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolveu apresentar à Assembleia uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Fê-lo para que, desde o início, as posições ficassem claras. O Governo dispõe nesta Saia de uma maioria parlamentar apoiante, embora escassa. Em nome dessa maioria — e do compromisso político precário que ela representa — entende governar, como é seu direito. O Partido Socialista não contesta esse direito, respeitando em absoluto o veredito popular.

Contudo, o Programa do Governo não aponta só para uma simples alternância do poder, expressa numa mera mudança de política, normal em qualquer regime democrático. A sua ambição revela-se a outro nível. Para além de uma certa moderação aparente de linguagem, insere-se numa lógica de ruptura institucional, claramente insinuada em determinadas intenções legislativas que se entendeu conveniente desde logo anunciar. Ora, estas intenções são, a nosso ver, menos legítimas. O Governo disporá da maioria de mandatos desta Câmara. Ninguém o pretende negar. Mas não dispõe, como se sabe, da maioria absoluta dos votos expressos nas últimas eleições. É um ponto que igualmente não pode ser esquecido. Acresce que as eleições de 2 de Dezembro foram intercalares, ou seja, realizadas na perspectiva de novas eleições legislativas, a nove meses de vista. Essas, sim, para eleger uma Assembleia com poderes constituintes.

Assim, se não é de excluir que as intenções legislativas anunciadas — e que pressupõem uma vontade, a prazo, de confronto institucional — o sejam tão-só para acalmar as mais insofridas impaciências dos chamados «falcões» da coligação governamental. Um partido claramente de oposição, como o Partido Socialista, está obrigado a ater-se à letra do discurso expresso. Em tais condições, não é razoável esperar dele o benefício da dúvida relativamente ao Programa do Governo.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — A actual maioria, na fase eufórica em que ainda se encontra, consequente aos resultados

eleitorais, poderá ter tendência a pensar que a posição do Partido Socialista relativamente às questões institucionais levantadas não tem qualquer importância.

Pois que tem maioria, que peso poderão ter os reparos críticos de um partido de oposição? Com alguma experiência do que é a fragilidade de uma maioria governamental e de quão contíguas são as coligações governamentais maioritárias em período de crise económica grave, aconselharia nessa matéria alguma prudência, na hipótese, que felizmente se não verifica, de tal conselho me ser pedido. Não é, obviamente, o caso, e, do meu ponto de vista, ainda bem.

Disse a esta Câmara o Primeiro-Ministro que este Governo «tem um horizonte temporal restrito» porque «muito cedo terá de se submeter à prova eleitoral». É verdade. Disse também que «espera confiadamente que nas eleições legislativas de 1980 o povo português o julgue pela obra realizada». É uma boa declaração. E disse ainda que está inteiramente disposto a não deixar que os termos ideológicos ou doutrinários do processo político se sobreponham ao confrontamento claro e sem ambiguidades das questões que, no dia-a-dia, mais preocupam a maioria dos portugueses! Damos-lhe razão.

Com invejável optimismo, o Sr. Ministro das Finanças declarou igualmente que «o Governo está consciente das dificuldades que enfrenta, mas que aceita o desafio».

Pois bem, se é no campo das realizações práticas que o Governo espera ser julgado — e de todos os modos o será, nos próximos actos eleitorais —, se por outro lado, diz estar animado da disposição de atacar os problemas concretos, sem perda de tempo, com que finalidade se anunciam, desde já, intenções legislativas que não só implicam necessariamente um certo confronto institucional, inoportuno, como o farão correr o risco de se desviar da resolução dos problemas imediatos?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Durante a campanha eleitoral, a actual maioria AD lançou para o ar muitas promessas. Algumas delas, pela sua ambiguidade, terão feito crer a muita gente que se visava fazer tábua rasa do 25 de Abril. Alguns eleitores poderão ter votado AD nessa perspectiva. Não creio, contudo, que esse tenha sido o objectivo das cúpulas da AD, onde há gente com responsabilidades conhecidas no pós 25 de Abril, nos Governos Provisórios, no Conselho de Estado, na elaboração e aprovação da Constituição em 1976, em muita da legislação mais significativa que se lhe seguiu, como: a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, a Lei de Separação dos Sectores Público e Privado, a Lei das Indemnizações e até em alguns dos anteriores Governos Constitucionais.

Por outro lado, é incontestável que se gerou uma expectativa de mudança, em parte considerável, do eleitorado, de contornos mal definidos e seguramente com motivações, desígnios e esperanças perfeitamente contraditórias entre si. Como irá proceder-se à decantação de tudo isso? Qual a relação de forças que se vai fixar, finalmente, no interior da AD? Eis duas questões que este debate deixou claramente em aberto.

Seja porém como for — e o Partido Socialista está longe de desejar intrometer-se nesses meandros — o Programa do Governo é deliberadamente vago, decente para tornear as dificuldades maiores entre os seus apoiantes, com concepções, ideologias e interesses claramente distintos. Mesmo assim — e apesar de vago — proclama objectivos difficilmente conciliáveis.

No plano da política económica pretende, ao mesmo tempo, acelerar o ritmo da expansão, diminuir drasticamente o desemprego (na campanha prometeram-se bolsas para os jovens em busca do primeiro emprego, mas disso parece ter-se desistido) e reduzir a inflação. Serão tais objectivos conciliáveis? Há todas as razões para duvidar. Durante a campanha houve vozes autorizadas, mas decerto imprudentes, que criaram expectativas muito ousadas em matéria da restrição drástica da inflação. O Sr. Ministro das Finanças falou-nos em conter a inflação ao nível de 20 %. É bastante mais prudente. Contudo, dentro de alguns meses, lembrar-lhe-emos a promessa bem como outras: a redução sensível dos impostos, o aumento de investimento, o pagamento das indemnizações. E quando discutirmos o Orçamento — que decerto aqui nos vai apresentar dentro em breve, como é da lei, falaremos de outra promessa da campanha — a redução do deficit orçamental. E dessa outra condição do reequilíbrio financeiro — que agora para o Governo parece ser coisa de somenos —, o não agravamento excessivo do deficit da balança de pagamentos.

O Governo não ignora que o teste da sua credibilidade face ao País — e da sua tão longamente propagandeada competência, que agora será finalmente posta à prova — vai consistir na resposta convincente que puder dar a estas questões. Não precisará de conseguir o milagre da «multiplicação dos pães». Basta que actue efectivamente em vista a resolver, como prometeu, alguns dos problemas que se põem aflitivamente à gente da nossa terra. Não lhe pediremos o impossível, baseado na letra das suas promessas eleitorais demagógicas. Sabemos que não é fácil construir as casas que prometeu nem ultrapassar, de um dia para o outro, a tentacular burocratização e desmoralização do aparelho administrativo. Mas esperamos que seja capaz de evitar a degradação do poder de compra das populações e minorar as suas dificuldades mais gritantes, visto haver agora condições financeiras para o conseguir.

Esperamos, sobretudo, que dê sinal de que trabalha para o bem comum e não para servir determinadas clientelas políticas e financeiras ou interesses particulares. Se assim acontecer, não seremos nós a regatear-lhe os louvores, como aqui prometeu com perfeita boa fé o Deputado Almeida Santos.

Porém, não foi esse empenhamento que julgámos ver no Programa do Governo nem nas palavras aqui pronunciadas por alguns Srs. Ministros. Verificou-se neste debate como que uma preocupação geral de os responsáveis se «sangrarem em saúde», se me é permitido usar esta expressão popular. Notou-se a tentativa subtil para apagar ou esbater as promessas voluntariamente feitas durante a campanha eleitoral com perfeito conhecimento, aliás, da situação existente. Surgiu mesmo o alibi da pseudo-herança — para utilizar uma expressão cara ao porta-voz da maioria — dos Governos anteriores, todos metidos no mesmo saco, esquecendo, aliás, que deles transitaram alguns Ministros para o actual Governo. Sobretudo,

parece evidenciar-se o propósito de fugir para a frente, buscando no confronto institucional, que deliberadamente alguns procuram, a justificação para não cumprir as tarefas de acção imediata que o eleitorado aguarda com impaciência.

Explicar-me-ei melhor quanto a este ponto, acerca do qual são, aliás, claramente discerníveis — e desde já — dissonâncias e reticências entre os diversos componentes partidários e ideológicos da nova maioria. Nova maioria — que já nos prometeu a revisão da lei de partidos —, mas ainda não se assumiu legalmente como coligação de partidos. Com efeito, extinta a coligação eleitoral, uma vez conhecidos os resultados eleitorais, nos termos da lei, a AD não procurou institucionalizar-se, visto que não indicou o seu âmbito e finalidades específicas ao Supremo Tribunal de Justiça, apesar de ter já, ao que parece, um «conselho permanente» e um coordenador-geral, na pessoa de um dos seus mais brilhantes (e controversos) ideólogos. Por que razão o não fez?

Entretanto, o Governo anunciou propósitos legislativos que visam a modificação dos próprios fundamentos do sistema político, económico e social vigente. Terá legitimidade para o fazer? Pensamos sinceramente que não tem pelas razões acima referidas e ainda porque se constitui, facto natural em democracia, a periódica mudança de Governo, as instituições que são o seu suporte não podem ser postas em causa de cada vez que ocorre uma mudança de Governo. Se assim não fosse, estaria demonstrada a inviabilidade da democracia porque um País não pode viver nem prosperar sem o mínimo de estabilidade institucional, a qual consiste essencialmente no respeito pela Constituição democraticamente votada e pelas regras de revisão que ela própria prevê.

Aplausos do PS.

Vem isto a propósito da lei quadro do referendo, que o Governo se propõe fazer aprovar nesta Assembleia, das anunciadas alterações à Lei Eleitoral e ainda daquelas medidas, legislativas ou não, que visam a alteração substantiva do sistema económico social vigente.

A propósito do referendo disse o Sr. Primeiro-Ministro que aquilo que a Constituição não proíbe expressamente haverá de considerar-se como permitido. Não creio que tal doutrina possa ter acolhimento em direito público. Não foi, de resto, essa a posição defendida no momento da elaboração da Constituição pelo então PPD. O referendo é um instituto não previsto na Constituição e por isso inconstitucional, como se deduz claramente do seu artigo 3.º e tem sido reconhecido pela maioria da doutrina responsável, além de ser também esse o entendimento já claramente expresso sobre o assunto pelo Presidente da República. Se o Governo a braços com tantos problemas de irrecusável urgência e a oito meses das novas eleições para uma Assembleia — essa sim com podres constituintes — se vai meter a fazer aprovar uma lei quadro de referendo com a escassa maioria de que dispõe e conhecendo a posição que a esse respeito têm não só os partidos da oposição como o Presidente da República, que outra coisa procura para além de uma prova de força de tipo institucional.

Aplausos do PS.

Sinceramente não acredito que seja acompanhado nesse caminho tão controvrsio pela maioria dos portugueses de bom senso.

Também não parece razoável que a Lei Eleitoral possa ser objecto de sucessivas alterações ao belo-prazer das maiorias conjunturais que existam no Parlamento.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como se sabe a Lei Eleitoral foi aprovada recentemente. A intenção de a alterar imediatamente após um acto eleitoral, que deu uma escassa maioria à coligação governamental, não pode deixar de sugerir a suspeita, mesmo nas pessoas da mais candida boa fé, de que o Governo procuraria perpetuar-se no poder à custa de tais artifícios.

Aplausos do PS.

A legitimidade de uma maioria constituinte e de um Governo daí decorrente seria mais do que discutível. Aliás, se os círculos eleitorais distritais, velhos de cento e cinquenta anos, geram algumas distorções, designadamente devidas ao reduzido número de Deputados que alguns deles elegem, seria muito grave — como salientou já a Comissão Constitucional — se tais distorções viessem a ser aumentadas através da generalização de um tal defeito, além do mais inconstitucional por frustrar inteiramente o princípio da proporcionalidade tal como está definido no n.º 2 do artigo 52.º da Constituição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a organização e a dimensão dos círculos eleitorais dos emigrantes não poderão deixar de ter em conta que em tão melindrosa matéria há que compatibilizar o propósito de fazer participar politicamente os emigrantes com o princípio da igualdade e da liberdade no desenvolvimento das campanhas eleitorais e até com o princípio da própria independência nacional. Por isso, países de emigração como a Itália ou como a vizinha Espanha têm sido tão circunspectos e prudentes em tal matéria.

Por tal razão me não dispenso de fazer uma advertência de simples bom senso. A tentação de alterar a Lei Eleitoral por razões conjunturais e com o óbvio propósito de perpetuar a actual maioria no poder através de um processo artifício deve ser afastada, porque é em si própria perigossíssima e viria abrir na nossa prática política um precedente que em nada prestigaria as instituições democráticas.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Também algumas outras intenções legislativas tendentes a subverter o nosso sistema económico — tal como decorre da Constituição e de leis importantes votadas pelo PS e pelo PSD — merecem ao Partido Socialista as mais expressas reservas. Alguns dos arautos da nova maioria pretendem fazer-nos acreditar que a iniciativa privada é a receita mágica que vai resolver, como por encanto — sem plano nem travão —, os problemas mais engustiantes da sociedade portuguesa.

Preconizar, pois, o regresso ao liberalismo económico puro, convictos de que daí jorrará riqueza como água de inesgotável fonte. Não foi isso o que nos anunciou o ideólogo mais em moda da nova maioria ao mesmo tempo que aconselhava o Governo a criar «comissários políticos»...

Risos.

...com o fim de destruirem a burocracia do Banco de Portugal e das grandes empresas públicas?

Acredito que outros responsáveis da AD, que acaso ainda não tenham esquecido o programa social-democrata do seu partido de origem, sejam menos entusiastas em relação a tais «receitas», que fizeram o seu tempo e que até alguma direita europeia hoje afasta. Mas irá a coligação no poder, enquanto tal, travar o ímpeto restauracionista de certos dos seus ideólogos ou, o que é ainda mais sério, de alguns agentes confessos da reconstituição dos antigos grupos económicos dominantes?

Porque é disso, Srs. Deputados, que evidentemente se trata.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A lógica subjacente à actual maioria — e que surge aqui e ali em certos afloramentos do Programa de Governo — vai igualmente nesse sentido. A expressão «iniciativa privada» — que em si nada tem de condenável para um socialista que a aceita e defende — esconde o propósito da reconstituição dos antigos grupos monopolistas dominantes e levará a atingir o princípio constitucional da subordinação necessária do poder económico ao poder político.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta a questão fundamental, que aliás nada tem a ver, como demonstrou o Deputado João Cravinho, com a defesa da iniciativa privada pequena, média ou grande, na indústria, no comércio ou na agricultura, «enquanto estruturas do progresso colectivo» e desde que não invada os «sectores básicos da economia», como consagra a constituição vigente no seu artigo 85º.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A tentação de pôr em causa, ainda que indirectamente, a Constituição colocaria o actual Governo numa situação de tremenda responsabilidade nacional. Espero por isso — e para bem da estabilidade política democrática que todos dizemos respeitar — que lhe saiba resistir, apesar de pressões em sentido contrário ao que aqui inevitavelmente irá a ser sujeito pela parte de certas clientelas eleitorais. A hipótese contrária exporia o País a um confronto generalizado entre o Governo e partidos de oposição e com as forças do mundo de trabalho, que representam a sua base social de apoio natural, bem como, inevitavelmente, com os outros Órgãos de Soberania que têm por competência específica a defesa do sistema constitucional vigente. Seria a criação de um clima de instabilidade política e social que certamente não poderia augurar nada de bom para o futuro da

democracia portuguesa nem para a solução tempestiva dos problemas que afligem o povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, lembrando uma frase minha, que em democracia é tão importante ser Governo como ser oposição. Assim penso, com efeito. Desde que as regras democráticas não sejam postas em causa. Com essa condição, a alternância no poder é o que há de mais normal e até, em certo sentido, pode ser salutar.

O Governo, saído de uma consulta eleitoral democrática tem toda a legitimidade para governar desde que o faça no respeito pela Constituição ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... tem aliás condições à partida para governar com eficácia, como salientou oportunamente o Sr. Presidente da República.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Como, aliás, nenhum outro Governo antes dele teve, como é geralmente reconhecido e ontem aqui demonstrou uma vez mais o Deputado Vítor Constâncio. Desejariamos sinceramente que governasse bem, com competência, com moderação, com justiça e com rigor, porque acima dos interesses partidários sempre pusemos os interesses nacionais...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ..., mas não lhe concedemos o benefício da dúvida pelas razões expendidas. Contém em si demasiadas contradições, ambiguidades e obscuras zonas de influência para que isso possa acontecer. E há depois alguns sintomas alarmantes, já como certos saneamentos políticos que se anunciam e o caso ainda não completamente esclarecido do Primeiro-Ministro cessante, engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo ...

Aplausos do PS e risos da maioria parlamentar.

O Sr. Theodoro da Silva (PSD): — Vejam o PS!

O Sr. Herculano Pires (PS): — Reaccionários!

Uma voz do CDS: — Cuidado com o namoro!

O Orador: — ..., a quem não foi autorizado o regresso à sua embaixada junto da Unesco.

Se essa medida escondesse um propósito de demissão — tratar-se-ia de um acto escandaloso em democracia, que o PS em caso nenhum deixaria passar sem veemente protesto.

Como partido de oposição estaremos vigilantes e não faremos obstrução sistemática mas manter-nos-emos firmes no nosso lugar, na defesa dos direitos dos trabalhadores, das garantias consagradas na Constituição e do 25 de Abril.

Aplausos do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Macedo.

O Sr. Carlos Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros:

É com a maior honra que hoje falo desta tribuna, tribuna da liberdade, tribuna de um povo, tribuna do meu país.

Pela primeira vez, depois do 25 de Abril, estamos perante um Governo que verá aprovado nesta Assembleia previamente submetida como tal ao veredito popular o seu Programa através de uma maioria parlamentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pela primeira vez, nos últimos cinco anos, tem Portugal um Governo apoiado por uma maioria clara e coesa, que lhe garante segurança, eficácia e capacidade de resposta, para iniciar uma nova etapa do processo democrático.

Assumirá o Governo, de um modo igualmente singular, o mandato desta Câmara por intermédio de um compromisso positivo e não como antes sempre aconteceu por simples anuência, ou pior, por simples complacência.

A moção de confiança que esta Câmara irá votar surge assim com um duplo significado.

Por um lado, é a resposta firme e inequívoca da vontade activa da maioria. Por outro, é a expressão de um vínculo que simboliza a responsabilidade com que o Governo se propõe trabalhar e a maioria se compromete a apoia-lo ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... num quadro de maior exigência e fiscalização. Também a oposição, embora o tenha rejeitado, deverá compreender que o povo português estará muito mais atento aos processos que ela utiliza para o criticar e o combater, pois que ele resulta directamente da vontade expressa nas eleições de 2 de Dezembro.

Encontra-se portanto o Governo com uma dupla responsabilidade — governar com eficiência, com isenção, sem fraquezas, quer em relação à maioria que o apoia quer em relação à oposição que o rejeita.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A mudança que prometemos consiste na realização do sentido do voto popular e não na ambiguidade de comportamento face aos adversários políticos.

Haverá certamente diálogo democrático. Não haverá porém compromissos que bloqueiem as instituições, confundam o eleitorado e corrompam a democracia.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — O Governo é, sem dúvida, o mais democrático desde o 25 de Abril.

Aplausos da maioria parlamentar e protestos do PS.

E porquê? Porque o Partido Socialista não dispunha de uma maioria que o sustentasse e, por isso, precisava de estabelecer alianças, mais ou menos confessadas e visíveis ora à sua esquerda, ora à sua direita, sem nunca ter um mandato claro do País para cumprir um Programa.

Protestos do PS.

E porque, ao contrário dos Governos presidenciais, o VI Governo recebe um mandato sólido, homogéneo e suficiente da sede democraticamente privilegiada — o Parlamento.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Se se pode encontrar diferenças no contrato que liga o Governo às várias forças políticas da maioria ...

O Sr. Rodolfo Crespo (PS): — Muito bem!...

O Orador: — ... a verdade é que ele tem garantida a sua estabilidade aqui e no eleitorado.

Disto resulta que ele se considera com a legitimidade democrática para tomar opções de fundo; dentro do quadro da Constituição, faculdade de que careciam os seus predecessores e de que não abdicará.

É neste sentido que falamos de assunção do poder.

Que ninguém espere, do Governo ou da maioria, uma mera administração do *statu quo*. Nós fomos eleitos para mudar Portugal (é conveniente lembrá-lo) e trairíamos o povo português que nos elegeu se não fizéssemos tudo para o mudar na direcção em que nos foi óbvia e claramente indicada.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É preciso que os milhões de portugueses que em nós votaram e a oposição estejam cientes de que não tememos, nem devemos.

Será no entanto necessário perceber o que significa para nós mudar.

Significa que não respeitamos em bloco a obra de todos os Governos que nos precederam e todas as decisões dos anteriores Parlamentos.

A Aliança Democrática reconhece que alguma coisa foi feita no sentido da construção de um regime pluralista, justo e europeu.

É nestas áreas que se trata fundamentalmente de dar continuidade à defesa do interesse nacional.

Mas a Aliança Democrática sabe também que, em muitos sectores e em relação a muitas opções políticas, a vontade do País não foi cumprida e até foi contrariada.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E aí a maioria e o Governo não tentam fazer concessões.

Tencionam, muito pelo contrário, alinhar as políticas sectoriais pelos grandes objectivos de democracia política, de igualdade social e de um maior liberalismo económico que a larga maioria do país escolheu uniforme e persistentemente em todas as eleições desde o 25 de Abril a 2 de Dezembro. Ao fazê-lo, achamos que não fazemos mais do que identificarmo-nos às aspirações e à vontade maioritária da Nação.

Que esta pode ter tido várias expressões eleitorais e políticas nestes últimos cinco anos, disso temos plena consciência, mas o seu significado e sentido não são contenciosos. O que nos leva, sem ceder sobre os princípios, a distinguir duas espécies de oposição: aquela que partilha connosco o desejo de integração no mundo cultural e civilizacional a que pertencemos

— a Europa democrática — e com a qual as nossas discordâncias são sobretudo discordâncias de método, prioridades e processos e aquela oposição que não pretende a nossa integração na Europa (embora o esconda sob vários sofismas) e que não reconhece e tenta iludir a vontade do País, que diversas vezes e claramente sobre o assunto se pronunciou.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Esta oposição para quem a liberdade não é um valor, para quem a iniciativa do indivíduo e dos grupos sociais é menosprezável, que não respeita a vida privada e o cidadão, e que quer subordinar os interesses da Nação a interesses internacionais, não pode esperar de nós senão a resistência firme e a total oposição.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com ela não há compromisso, não há transigência possível.

Não basta lutar contra uma ditadura como garantia que não se pretende instalar outra ditadura.

Aplausos da maioria parlamentar.

Foi para clarificar a vida democrática portuguesa, tendo por base os grandes interesses nacionais, que a Aliança Democrática se formou.

Juntámo-nos em redor de um objectivo fundamental. Quaisquer que sejam as discordâncias e os objectivos últimos que possam ter as diversas componentes da Aliança Democrática, todas concordam que o destino de Portugal é a Europa democrática e que o principal trabalho político da nossa geração é o de tornar o sistema institucional, económico e social português compatível e idêntico ao dela.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É isto que nos une, é isto que nunca deixará de nos unir. É isto também o que nos separa das oposições que umas vezes contrariaram este objectivo fundamental e outras muitas vezes sobre ele hesitaram, cederam ou aceitaram adiar.

A Europa significa liberdade, mas significa também e primordialmente justiça.

Justiça que quer dizer, antes de mais, uma vida digna para cada cidadão, igualdade de oportunidades, condições materiais que permitam a todos, qualquer que seja a sua origem social, ter acesso à educação, ao emprego, à habitação, às melhores condições de protecção previdencial e de saúde, e aos mais altos cargos de responsabilidade civil e do Estado.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Cinco anos após o 25 de Abril, e apesar da retórica igualitária, do que hoje são as oposições, muito pouco se fez nesta direcção. As antigas injustiças e as antigas desigualdades permanecem.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E isto é uma situação que a Aliança Democrática e muito particularmente o PSD julgam e proclamam intolerável.

Aplausos da maioria parlamentar.

É uma mera hipocrisia falar de liberdade, falar de esperança, falar de Nação, quando para uma parte substancial dessa Nação a liberdade é coarctada pela miséria material e cultural.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A esperança se limita à sobrevivência e a Nação é alguma coisa de que não se faz plenamente parte.

Porque este é o nosso diagnóstico e a nossa preocupação, defendemos a supremacia da sociedade civil sobre o Estado. Conhecemos bem a prática dos regimes em que se sacrificou a liberdade em nome de uma falsa igualdade. Acabaram a justificar as piores desigualdades com palavras de esquerda, a benefício de uma burguesia de Estado, em tantos casos mais corrupta, mais insensível e mais brutal do que a burguesia que pretendiam substituir.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Para nós o que conta não é a retórica, a adesão verbal a ideologias com que alguns se esforçam por justificar as suas posições de privilégio, mas o que de facto se faz para que não haja crianças que nunca podem ser iguais a outras crianças, para que não haja homens e mulheres cuja vida não tem horizontes e cujo destino é o desespero e a carência.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O País aprendeu a desprezar as palavras e nisto como no resto nós estamos com o País e somos os seus intérpretes.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como Deputado e militante do PSD quero afirmar perante esta Assembleia que a maioria e o Governo, sabendo que tudo se não faz num dia, lutarão até ao limite dos seus poderes, responsabilidades e atribuições para que todos os portugueses possam ser de facto e realmente membros de uma velha e gloriosa Nação, chamada Portugal, que merece o respeito do Mundo e o nosso humilde serviço.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Primeiro-Ministro (Francisco Sá Carneiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com grave solenidade, trouxe hoje aqui a Oposição a ameaça, que com este Governo paira, na sua opinião, sobre o País, de cataclismos que poriam em causa a democracia, a Constituição e a convivência institucional dos vários Órgãos de Soberania. Estaria o País acarranhado com tais ameaças feitas num tom de quem, da profundidade do abismo clama a poderes superiores a este Parlamento, que deveriam intervir para impedir aquilo que se aponta como querer ser a subversão, não direi já de

todo o Ocidente democrático, mas da democracia portuguesa e do seu futuro ...

Não pode o Governo, na sua simplicidade, acompanhar este tom solene e acabrunhador. É que não se sente, de facto, acabrunhado nem tão-pouco solene, e não trabalhará na profundidade dos abismos nem se considerará, a ele próprio, o sumo remédio, como parecem querer considerar-se as oposições para os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em democracia, tudo deve ser simples e relativo e nada deve ser encarado sem o sentido da proporção e sem um mínimo de sentido de humor. Mas nada pode ser encarado e sobretudo resolvido sem o sentido da realidade. E é por isso que o Primeiro-Ministro deste Governo não pode acompanhar esse tom solene e grandiloquente da Oposição e se limitará, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a falar singelamente deste debate e de alguns problemas concretos e reais que afligem os Portugueses.

Como desde o princípio dissemos, falaremos pouco de ideologia, falaremos mesmo pouco de Abril — não vamos encher a boca com Abril nem com a democracia, mas vamos, sim, trabalhar modestamente para os realizar...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., para fazer aquilo que os Governos que nos antecederam não fizeram.

Aplausos da maioria parlamentar.

E depois, sim, aí estaremos para responder perante aqueles a quem é legítimo julgar Abril, a quem é legítimo julgar a democracia, a quem é legítimo julgar da justiça social, do progresso, da competência, da eficácia e da seriedade. E esses são só os Portugueses através do seu voto nas próximas eleições.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — De uma eleição viemos, para outra caminhamos, e entre as duas responderemos perante os Portugueses e perante os seus representantes legais.

Este debate revestiu-se de algumas notas, direi até inéditas, o que não admira, porque inédito é nesta Câmara apresentar-se um governo com uma maioria parlamentar.

Ao longo do debate, as oposições atacaram e criticaram o Governo por não esclarecer, por não explicar, por deixar no vago, por o seu Programa não contemplar e por o seu Programa não ser suficientemente claro. Ou seja, as oposições disseram, desde logo, que não davam ao Governo o benefício da dúvida, que de resto ninguém lhes pediu, mas queriam que o Govrno lhes desse o benefício das dúvidas, o que é estranho, porque logo no primeiro dia tanto a bancada socialista como a bancada comunista ficaram esclarecidas.

Disseram, então, que apresentariam moções de rejeição ao Programa do Governo, o que a bancada socialista fez nesse mesmo dia, dizendo, e passo a citar alguns passos, «que o Programa do Governo não corresponde às necessidades e aspirações do povo por-

tuguês, designadamente à das classes trabalhadoras», e que, «a coberto de uma aparente moderação de forma, contém medidas que em desfavor das classes trabalhadoras e em benefício da reconstituição dos grandes grupos económicos apontam para uma verdadeira subversão do sistema sócio-económico e do quadro institucional», etc.

Tudo isto disse o Partido Socialista logo no primeiro dia, para depois pretender que o Governo o esclarecesse a fim de, presumivelmente, saber como havia de justificar um voto que já estava antecipadamente dado.

Risos da maioria parlamentar.

O mesmo se aplica à moção de rejeição mais tarde apresentada pelo Partido Comunista, mas que também foi logo anunciada no primeiro dia.

O Governo respondeu através dos seus membros às perguntas que lhe foram feitas sobre as várias intervenções. Mas é evidente que, tendo a oposição demonstrado estar logo esclarecida no primeiro dia, o Governo não ia sobrecarregá-la com esclarecimentos supérfluos cujo pedido afinal — é essa a realidade — só encobriam ataques, insinuações e processos de intenção. E o Governo não ia responder a isso porque disse, logo no primeiro dia, quando aqui apresentei o nosso Programa, que não ia responder a ataques nem a qualificações que sobre este Governo fizessem nem nos famos deixar arrastar para o debate político-partidário. Isso fizemos e faremos sempre enquanto estivermos no Governo.

É certo que houve um partido que não se manifestou logo de início quanto à rejeição nem apresentou moção e que fez algumas perguntas. A essas procurei responder no sector da comunicação social. Não poderei, infelizmente, satisfazer, como era meu desejo, todos os esclarecimentos que me foram solicitados pelos Deputados da bancada da maioria. Mas antes de irmos aos aspectos concretos, clarificarei alguns pontos que afloraram neste debate.

Procuraram as Oposições limitar os poderes deste Governo com o fundamento de que é curto o prazo do seu mandato, de que é escassa a sua maioria e de que esta não corresponde à maioria dos votos dos eleitores. Entendo que esta posição não se coaduna com a prática e o conceito da democracia representativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E se se tal poderia encarar como natural em relação àqueles que desse conceito e prática se afastam, ou que dele divergem, mais difícil será entendê-la em relação a outra bancada. De facto, se a maioria de Deputados desta Casa não é uma maioria nacional, então não estamos em democracia representativa.

Aplausos da maioria parlamentar.

Procurar dizer que uma coisa é a maioria parlamentar e outra coisa é a maioria nacional é atentar contra os próprios poderes e contra a representatividade deste Parlamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí que, em obediência a estes conceitos e em fidelidade aos princípios que outros nos acusam de pôr em causa mas que, afinal, são por eles contestados, nos sintamos apoiados pela maioria nacional que existe neste Parlamento da Aliança Democrática ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e plenamente legitimados.

Aplausos da maioria parlamentar.

E plenamente legitimados para proceder a todas as reformas, mudanças e medidas que, em nosso entender, são necessárias para bem de Portugal e dos Portugueses e para cumprimento do nosso programa eleitoral e do nosso Programa de Governo, porque só nesse cumprimento seremos fiéis ao mandato que recebemos dos eleitores. E serão eles, eleitores, e não as oposições, a julgar daqui a meses se nos desempenhámos bem desse mandato.

É apoiados por vós, pois, Srs. Deputados da maioria e que formam uma *maioria nacional*, com tudo o que isso implica de responsabilidade e de poder, que este Governo se sente forte de decisão, se sente forte de seriedade de trabalho e se sente, apesar de tudo, frágil perante a enormidade dos problemas que tem de defrontar. E não se sente, de modo algum, nem se sentirá no futuro, coagido por interpretações tremendistas que aqui foram feitas das suas intenções ou das suas promessas.

Ainda hoje aqui ouvimos, há pouco, uma nova figura política, limitativa dos poderes do Governo, «*as intenções inconstitucionais*»...

Risos da maioria parlamentar.

... Como se não bastasse a referência constante e repetitiva, que se quer tornar absoluta, à Constituição como medida total e única e como impedidiva de qualquer mudança, agora, numa perspectiva constitucional *inquisitorial*, até a oposição quer julgar da constitucionalidade das *intenções* do VI Governo.

Risos da maioria parlamentar.

Há que ter, efectivamente, nestas coisas sempre o sentido da proporção e, porque não, o sentido do ridículo.

A S.^a Maria Amélia de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas, afinal, o que quer a oposição, por detrás deste respeito da Constituição? A sua preocupação maior não é o respeito da Constituição. Neste caso, ao falar em respeito da Constituição, o que ela quer é que o Governo e a maioria respeitem os *desejos da oposição*.

Aplausos da maioria parlamentar.

Ora, os desejos da oposição, mesmo sob estas roupagens constitucionais e com estas profundidades oratórias, não constituirão, para a maioria e para o seu Governo, obstáculo à nossa capacidade de realização e ao desempenho da responsabilidade que sobre nós impende. Desiludam-se disso as oposições!

Um outro aspecto foi focado, acusando-nos da tentativa de subversão ao propor uma lei-quadro do referendo, a alteração da Lei Eleitoral e a revisão da Lei dos Partidos Políticos. De facto, também aqui se quer criar uma inibição, não a nós, com certeza, mas perante os Portugueses e o eleitorado, tentando assustá-los, para que se crie neles um ambiente desfavorável ao nosso Governo.

Srs. Deputados da oposição: se têm tanta confiança nas instituições, por que não as deixam funcionar? Que mal há em apresentar na Assembleia da República uma lei do referendo, não tentando fazer uma lei do referendo por cima ou contra o Parlamento, mas apresentando aqui e discutindo democraticamente, resolvendo a maioria? Pode ser intenção inconstitucional — mas a oposição sustentaria que neste caso o seria?

Deixem então funcionar as instituições! Porque se esse procedimento for inconstitucional lá estarão os órgãos encarregados da fiscalização da constitucionalidade para se pronunciarem. Ou os Srs. Deputados da oposição não acreditam na capacidade dos órgãos encarregados da fiscalização da Constituição? Quem os põe em dúvida, afinal: vós ou nós?

Aplausos da maioria parlamentar.

Nem a ameaça de um confronto institucional pode limitar os poderes do Parlamento ou da maioria — e não falemos da posição do Sr. Presidente da República, já aqui invocada. Quantos conflitos não foram desencadeados, sem ser por nós, com base em interpretações divergentes entre o Partido Socialista e o Sr. Presidente da República sobre artigos da Constituição? E nessa altura ninguém o acusou de procurar demolir o sistema democrático por avançar numa divergência de opinião com o Sr. Presidente da República. A divergência é legítima e não deve ser impeditiva, nem para nós o será, como aqui já foi claramente expresso, sem prejuízo do respeito pela competência e funcionamento dos demais Órgãos de Soberania.

Diz a oposição que tão-pouco se poderia alterar a Lei Eleitoral, esquecendo que há relativamente pouco tempo ela própria a alterou. Mas o que foi lícito nessa altura aos votos socialistas e comunistas conjugados já não seria lícito aos votos dos Deputados da Aliança Democrática!...

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Não é isso!

O Orador: — Dois pesos, duas medidas, e sempre a invocação do conceito da democracia... Mas, Srs. Deputados da oposição, então nós, que nessa altura ficámos aqui vencidos e acatámos essa decisão, não podemos agora, que temos a maioria, alterar, por nossa vez, essa e outras leis? Querem os Srs. Deputados da oposição fazer corresponder o vosso conceito e prática da democracia ao imobilismo das leis por vós feitas e cuja alteração negam à maioria?

É isto democracia europeia? Quem, na Europa, jamais se lembrou de pôr em causa os poderes de alteração das leis e do sistema económico de maiorias parlamentares? Quem, nos países europeus, já se lembrou de perguntar se o Governo ou a maioria, por

exemplo, na Grã-Bretanha, tinha 30% ou 51% dos votos, desde que dispunha da maioria dos lugares?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E assim por diante. Em França ou na Alemanha, quem procurou limitar os poderes da maioria, lizando-lhe que, apesar de terem a maioria dos lugares, a não tinham dos votos? É ponto que deixo à reflexão dos Srs. Deputados, tão prontos a invocar estas perspectivas terrificantes da democracia em perigo com que querem esmagar este Governo.

Não nos detenhamos muito mais nestes pontos, já que aquilo que o País espera de nós — como talvez esperasse das oposições... — é que falemos dos seus problemas concretos. Com a consciência de que não é a falar que os resolve, o Governo foi trabalhando sem perder tempo quer na sua constituição, quer na elaboração e constituição do seu Programa, quer, até, neste debate, cuja duração procurou, através da maioria, reduzir. Falaremos adiante das pequenas coisas que, apesar deste debate, nestes dias fizemos.

Não queremos encetar um debate ideológico, mas não deixarei de salientar que as oposições se queixaram da maioria por esta ter falado pelo Governo, ter intervindo, se ter oposto às suas intervenções. Estranho conceito este, que permitiria às oposições dizer mal, injuriando-a por vezes, da Aliança Democrática, que permitiria às oposições dizer que a Aliança Democrática não cumpriu o seu programa, que se afasta dele, que fez isto e fez aquilo e depois querer que fosse o Governo a responder e que as bancadas da maioria se mantivessem caladas e indiferentes! Quer isto dizer que as oposições trouxeram o debate para a bancada da maioria e queriam que fosse o Governo sempre a responder! Passo adiante.

Falou-se aqui bastante de comunicação social e fizeram-se ontem várias perguntas concretas a este respeito. Exemplificando o preconceito com que as oposições avançaram contra o Governo, tentando logo de início demoli-lo, direi que, ao contrário do que ontem aqui se afirmou, o Governo não fez nenhuma nomeação, não fez nenhum afastamento, não fez — nem o podia ter feito — nenhum saneamento. Refiro-me ao caso da Empresa Notícias e Capital. Mas, que fez o Governo? Resolveu uma situação de recurso contencioso que encontrou no último dia do prazo, com um parecer, de 12 de Dezembro passado, do auditor jurídico. Recebeu esta situação do anterior Governo e decidiu-a, perfilhando o ponto de vista do parecer do auditor jurídico, que dizia que o acto recorrido tinha sido ilegal. Para isto, Srs. Deputados, não é necessário ouvir os trabalhadores da empresa nem ouvir o Conselho de Informação. É um puro caso de recurso. Revogado o acto recorrido, restabelecida a legalidade. Dois administradores pediram a demissão. Foi aceite. Eis aquilo que já é imputado ao Governo como grave acto de saneamento e de perseguição política. Com este caso fica bem ilustrado o estilo da oposição e a diferença de processos que o Governo pratica!

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — Quis também a oposição saber como é que o Governo iria resolver o caso de *O Século*, o que é que ia fazer não sei em quantos aspectos... Sobre isso direi apenas que é, de facto, um caso preocupante e que o problema está entregue a este Parlamento mediante um pedido de ratificação do decreto-lei do Governo anterior, que extinguiu a empresa. É esta Câmara que deverá pronunciar-se para depois o Governo, dentro daquilo que aqui for estabelecido, poder tomar as providências necessárias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo não vai, como é óbvio, responder a todas as questões, mas dirá que, como é seu dever, cumprirá os compromissos resultantes da aplicação da lei, nesta como nas demais matérias. Será fiel aos princípios que no seu Programa refere a propósito da comunicação social, da isenção, do pluralismo, da independência em relação ao Governo. Prevêem-se alterações às Leis da Rádio e da Televisão, que aqui serão debatidas. Nessa altura terão os Srs. Deputados ocasião de conhecer os pontos de vista da maioria e de sobre eles se pronunciarem. Não querem com certeza que neste momento os exponha.

O Governo lutará contra todas as formas de pressão que sejam exercidas sobre jornalistas ou sobre meios de comunicação social. Tem como evidente que o direito ao sigilo profissional é condição essencial para o exercício de uma liberdade de informação responsável, que tem de se impor ao respeito dos órgãos de soberania, nunca vergando sob a intimidação ou sob as ameaças do poder.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Isto significa para o Governo que o papel da comunicação social é o de uma força independente que tem de se aferir por critérios de verdade e de serviço julgados em liberdade pelos profissionais da imprensa. Não tentará o Governo afastar-se disto invocando conceitos ou chavões como aqueles que aqui foram lançados pela oposição contra o Governo. Entende o Governo que a profissão de jornalista deve ser valorizada, entende o Governo que a reconquista da liberdade deu aos jornalistas o poder de se exprimirem plenamente e exercerem com dignidade a sua função, e reconhece que no aspecto de valorização profissional e condições de trabalho muito há ainda que fazer e muito limitado são os nossos recursos.

O Governo, como afirma no seu Programa, está disposto a apoiar financeiramente a imprensa através de esquemas simples e eficazes, tendo em conta as suas especificidades, designadamente as dificuldades enfrentadas pela imprensa regional e a sua importância como elo de ligação entre Portugal e as comunidades portuguesas de emigrantes no estrangeiro.

Vozes da maioria parlamentar: — Muito bem!

O Orador: — O Governo respeitará, também aqui, a Constituição, que no seu artigo 38.º, n.º 5, dispõe que «nenhum regime administrativo ou fiscal, nem política de crédito ou comércio externo, pode afectar

diretamente ou indiretamente a liberdade de imprensa, devendo a lei assegurar os meios necessários à salvaguarda da independência da imprensa perante os poderes político e económico». Disposição no passado bastante esquecida, como comprovam alguns casos — alguns bem recentes e quase aqui presentes —, mas disposições que o Governo, mais uma vez o digo, não deixará de ter presente e de observar escrupulosamente.

Mas, dito isto — e parece que, pelos vistos, necessitava de ser reafirmado —, não ignora o Governo, nem quer que os Portugueses ignorem, os tremendos problemas financeiros que afligem a imprensa estatizada.

Um dos tais factos simples que dispensam estilos grandiloquentes é a apresentação de alguns números: cinco empresas — Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa, Agência Noticiosa Portuguesa, Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital, Empresa Pública dos Jornais Século e Popular — têm um prejuízo diário de 3276 contos, ou seja, um prejuízo médio mensal de 98 666 contos. Estas empresas têm prejuízos acumulados até 31 de Dezembro de 1979 de 4 437 000 contos. Isto diz das dificuldades do sector, isto diz, também — facto que os Portugueses têm de saber —, quanto custam e como os servem as empresas do sector público, sejam ou não de informação. Veremos mais um pouco esse ponto quando passarmos à menção do sector público/sector privado. Não podemos, pois, num caminho de realismo e verdade que sempre será o deste Governo, limitarmo-nos, quando falamos em imprensa, às proclamações solemnis, à enunciação de intenção generosas; temos de ater-nos às realidades da situação. é esse o nosso dever perante os nossos concidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um dos temas que aqui mais ocupou a atenção da Câmara foi a situação internacional. Partindo de uma atitude do Governo de condenação clara e pronta da invasão do Afeganistão por tropas da União Soviética, desencadeou-se aqui um debate esclarecedor da posição de vários partidos. Um debate que em si mesmo provou que, apenas iniciada a acção do Governo, deixámos, em matéria de política internacional, de viver na nebulosa da incerteza, de viver num clima que a nós próprios, Portugueses, nos fazia duvidar do nosso sentido da presença no Mundo, da nossa inserção e do nosso caminho.

Aplausos da maioria parlamentar.

Foi bom que a atitude do Governo suscitasse este debate, porque ele logo provou que atitudes singelas, mas claras, podem contribuir rapidamente para que, em matéria internacional como em política geral, Portugal deixe de ser qualquer coisa de intermédio, deixe de ser realmente, para não parafrasear o poeta — que o político não deve trazer sem razão aos seus discursos —, não apenas o caminho para o tédio, mas o tédio gerado na descrença de nós próprios, da nossa substância como povo e do nosso caminho como nacionalidade.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito tosco!

O Orador: — É preocupante a situação internacional, ninguém o nega. E preocupação maior seria subestimar a gravidade da actual situação. Não será, todavia, com este Governo que o País colaborará na instauração de uma situação semelhante à que vigorou antes da 2.ª Guerra Mundial, em que cada um procurava «meter a cabeça na areia» para não ver os perigos que à sua volta se geravam, o que contribuiu, com a falta de consciência generalizada na Europa, para a hecatombe que se seguiu e que todos sentiam aproximar, mas nenhum queria enfrentar com coragem e determinação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não pactuaremos com um clima de ignorância das realidades que são o imperialismo, expansionismo e hegemonismo da União Soviética, provados na invasão do Afeganistão.

Aplausos da maioria parlamentar.

Não o faremos, nem que nos acenem com as vantagens do petróleo ou das trocas comerciais. Não o faremos, nem que nos acenem com a eminência de uns jogos olímpicos. Também os tivemos em Berlim, em 1936; não esqueçamos o que depois se seguiu.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Vital Moreira (POP): — Que baixeza!

O Orador: — A situação é tanto mais grave quanto o poder hoje depender cada vez mais de menos pessoas. Os regimes autoritários e ditatoriais que existem no Mundo não permitem uma clarificação da política internacional. Explico-me: em democracia, os países da comunidade internacional sabem quais são os poderes, quem os detém, quais as suas responsabilidades; a transparência é uma regra da democracia.

Mas, quando os regimes expansionistas e imperialistas se ocultam perante a fachada de um poder autoritário, das manobras de palácio, da irresponsabilidade perante os seus próprios cidadãos, a situação internacional agrava-se, complica-se, e aquilo que é grave pode, de um momento para o outro, tornar-se dramático, pela falta de responsabilidade daqueles que detêm o Poder nos países e potências expansionistas e imperialistas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tenhamos, pois, consciência, porque o Governo não recuará perante nenhuma medida concreta que marque bem a dessolidarização de Portugal face à agressão da União Soviética. O Governo reverá toda a política existente com a União Soviética, de modo que seja claro que, mantendo embora o princípio das relações com todos os países, não tratará como seus aliados preferenciais ou como seus amigos potências que têm este comportamento internacional.

Aplausos da maioria parlamentar.

Haverá, pois um reexame de todas as relações existentes com a União Soviética, tem como com os

outros países do Pacto de Varsóvia, como aqui anunciou o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Governo tomou, pois, a sua atitude neste caso, como tomará no futuro, por si sem influência de outros países, sem se inserir numa política alheia.

Agiu por si, sob sua responsabilidade, em especial sob a responsabilidade do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo estudará e aceitará, se assim o entender, as decisões das organizações internacionais que, em conjunto, deliberam posições de distanciamento ou de condenação em relação a este grave acontecimento, tais como a NATO, o Conselho da Europa e a Comunidade Económica Europeia, apesar de dela não sermos ainda membro. Mas iterá a sua posição própria neste como em todos os assuntos internacionais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É esse o entendimento que o Governo tem dos poderes constitucionais que reconhecidamente sobre ele impendem, não se sentindo, muito claramente, obrigado a ter aqui, como em política interna, o apoio da Oposição.

Se se gerar, quanto às medidas tomadas pelo Governo, como seria de esperar talvez de determinados sectores, um consenso, tanto melhor; se a oposição delas discordar e veemente as criticar, não será por isso que o Governo recuará. Que fique isto bem claro, porque assim se procederá sempre de futuro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pontos menores foram aqui levantados e que eu não tencionava referir. Mas um deles foi aqui trazido num discurso de encerramento e, por isso, a essa bancada tenho de dizer que o Governo, ao tomar essa atitude em relação a um embaixador político, age dentro dos seus poderes. Aliás, para rapidamente vermos a diferença de critérios e posições, o Governo nunca diria que a Sr.^a Embaixadora tinha de ir para a «sua» embaixada de Paris. É que não é dela, é de Portugal.

Aplausos da maioria parlamentar.

Além disso, quem determina quem deve preencher esses lugares é o Presidente da República, sob proposta do Governo. E, enquanto os embaixadores estão nomeados, estão dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do respectivo titular.

É que, de facto, o Governo não considera as embaixadas dos embaixadores e não tenciona seguir a política seguida por outros Governos, que foi a de as entregar a amigos políticos.

Aplausos da maioria parlamentar.

Talvez por isso, e insensivelmente, se vão julgando e sendo tratados como seus donos. De facto, não foram desses amigos políticos, nomeados em certo tempo, os quatro embaixadores que, não sendo de carreira, com toda a obediência a princípios éticos

por que se norteiam, imediatamente colocaram os seus lugares à disposição do Governo.

Dos nove embaixadores políticos existentes, após a posse do Governo, quatro puseram os seus lugares à disposição do Governo, outros quatro nada disseram e um disse logo que se recusava terminantemente a fazê-lo.

Risos da maioria parlamentar.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Que tristeza...

O Orador: — A este propósito, e em ligação com a situação económica, foi aqui ventilado o problema do petróleo. Ora, o Governo não modificará as suas posições, não as fará inflectir por problemas destes, embora conheça a sua gravidade, mas também não sobrestima a força de certas posições políticas que tomou sobre o abastecimento do petróleo, que foram aqui sobreestimadas. Nós não as sobreestimamos e, foi por isso que, há dias, a delegação portuguesa que se encontrava em Moscovo pôde assinar com a União Soviética um contrato de fornecimento de petróleo para o ano corrente de cerca de 450 000 t, tal como a União Soviética havia já anunciado em 28 de Dezembro.

Mas o problema do petróleo põe-se com muito maior gravidade em dois aspectos: em primeiro lugar, porque não está neste momento ainda garantido o abastecimento total das nossas necessidades, verificando-se para o ano corrente um *deficit* de cerca de 3 100 000 t, sendo as nossas necessidades totais para o ano corrente estimadas em 9 100 000 t; em segundo lugar, porque o problema do petróleo, mesmo, creio eu, para os mais incorrigíveis optimistas, é um problema muito sério que o País e o Governo têm de enfrentar.

Em 1979, em 1 de Janeiro, o preço do barril de petróleo era de 13,3 dólares; em 31 de Dezembro do ano passado, era de 24 dólares por barril; o preço médio de aquisição do nosso petróleo, em 1979, foi de 15,5 dólares e o preço médio previsto para este ano é de 35 dólares por barril.

E, se estas necessidades de abastecimento que apontei não forem totalmente satisfeitas no mercado a prazo, teremos de recorrer ao mercado livre, pagando o barril por mais de 40 dólares. Ou seja, enquanto o preço total de aquisição do petróleo foi, em 1979, de 60,8 milhões de contos, será para este ano, de 120 a 140 milhões de contos.

Para se ter uma ordem de grandeza do que isto significa na nossa balança de pagamentos, direi que o aumento espectacular das reservas dos emigrantes, isto para esclarecimento daqueles que dizem da exceléncia da nossa situação económica e das inigualáveis oportunidades deste Governo, c aumento, dizia, foi, no ano passado, de 1,2 para 2,4 milhões de dólares, ou seja, de 55 milhões de contos, para mais de 110 milhões de contos, total que não chega para cobrir o custo total do petróleo. Realidades económicas estas que foram aqui subestimadas, dados que foram diluídos para se apresentarem conclusões que sobrecarregam a responsabilidade deste Governo.

O Ministro das Finanças e do Plano já disse o suficiente para desmistificar estas análises intencionalmente cor-de-rosa que procuram agravar a responsabilidade deste Governo.

A situação económica portuguesa é muito grave e muito difícil. O Governo quer que os Portugueses dela tenham consciência, para poderem julgar da necessidade de opções e da responsabilidade do Governo.

Da necessidade de opções, porque é indispensável que se acabe com o mito de que tudo é possível em Portugal, de que é possível conciliar o funcionamento de um sector público deficitário ou de um sector de imprensa com os prejuízos que eu enumerei; para a construção das escolas, dos hospitais e das estradas; que é possível conciliar o constante aumento dos salários nominais com a protecção dos mais desfavorecidos, dos mais esquecidos, daqueles que, por não terem capacidade reivindicativa, ficam à margem dos benefícios que muitas vezes são dados àqueles privilegiados que podem protestar, que podem contestar.

Não quero com isto ferir os ouvidos sensíveis das bancadas da oposição e insinuar que, ao referir isto, o Governo está a contestar o direito à greve ou à manifestação; mas quero apontar para as necessidades reais daqueles que ficam, por impossibilidade de aos outros se juntarem, à margem do processo reivindicativo e cuja vida vai sendo esmagada ao ritmo dos discursos ideológicos que têm sido até agora impostos ao País e, pelos vistos, muitos gostariam que continuassem a ser o lema da governação!

Aplausos da maioria parlamentar.

Este debate sobre a situação económica foi transformado pela oposição num debate também ideológico entre o sector público e o sector privado, procurando-se fazer aqui o processo das intenções do Governo. Acerca disso, direi apenas que, como todos os portugueses, o Governo quer, acima de tudo, que as empresas funcionem e que não constituam os seus prejuízos um encargo para os cidadãos. Cabe-lhes dizer uma palavra sobre o funcionamento das empresas estatais; cabe-lhes, através das eleições, dizer também o caminho que querem que a economia siga. E disseram-no ao escolherem a Aliança Democrática e o seu programa, programa claro que apontava para determinado caminho que o eleitorado perfilhou e que o Governo seguir na forma que traduziu no seu Programa, aqui em discussão.

Porém, para encerrar este aspecto sobre programas, não deixarei de apontar que também não tem muita lógica dizer-se constantemente que o Governo, e o seu Programa, se afastou do programa eleitoral da Aliança Democrática, para depois criticar o Governo por ter incluído no seu Programa coisas que estavam no programa da Aliança Democrática, tal como a revisão das Leis Eleitorais, a revisão da Lei dos Partidos Políticos, o referendo, etc.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Na perspectiva que o Governo seguirá de furtar a resolução dos problemas nacionais ao debate ideológico, favorecerá, como disse, a iniciativa privada, fará o indispensável para racionalizar o sector público. Fá-lo-á em nome do progresso económico, e nunca da restauração dos privilégios. Fá-lo-á porque é indispensável criar novos postos de trabalho e porque, ao contrário das oposições, tem a consciência, como têm os Portugueses, de que a crise existente

há vários anos não se pode resolver com as mesmas receitas que contribuíram para a restauração da crise e para a sua perpetuação.

Aplausos da maioria parlamentar.

Alguns números ainda sobre a situação da agricultura, tema aqui amplamente discutido. Dos valores do crédito, em 31 de Dezembro, destaco os seguintes: crédito total atribuído 8 868 948 contos, apenas à zona da Reforma Agrária, porque ao resto do País foi de 3 815 908 contos ...

Vozes da maioria parlamentar: — Ah!!!

O Orador: — ... créditos vencidos e em mora na zona da Reforma Agrária, 4 milhões de contos no resto do País 300 mil contos...

Vozes da maioria parlamentar: — Ah!!!

O Orador: — ... a expectativa de cobrança dos créditos vencidos e em mora é de 10 % para a zona de intervenção e de 50 % para o resto do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não poderei, contra minha vontade, responder a todas as interrogações que foram aqui formuladas ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Já chega!

O Orador: — ... pelos Deputados das bancadas da maioria. Mas direi que o Governo considerará o sector da justiça e os vários problemas que aqui, ontem, em relação a ele foram apresentados, aí, como em tudo, com a consciência de que o Governo não pode, de um momento para o outro, resolver as graves carências e as sérias questões existentes no sector; mas que depois de ter tomado as medidas as anunciará.

Tão-pouco, é evidente, como deriva do seu Programa, da sua linha de actuação e da sua filosofia, o Governo exercerá firmeza para a repressão dos trabalhadores. Respondendo a uma pergunta aqui ontem formulada, o Governo não se coibirá de dar todo o seu apoio às forças de segurança e de lhes dar, na medida dos seus meios, todas as possibilidades de acção, já que reconhece o trabalho meritório que elas têm prestado e a necessidade de que esse trabalho continue com meios mais adequados à missão que é essencial para a segurança interna do nosso país.

Tal como no primeiro dia na apresentação do Programa do Governo, esclarecerei, não tem qualquer cabimento — mais um fantasma que por aí se tentou criar ... — a referência a um serviço de informações de que o Governo não fala no seu Programa e que, na minha opinião, só se poderá criar mediante lei aqui discutida. Isto sem prejuízo de o Governo estar perfeitamente consciente da necessidade da protecção da nossa segurança interna e das nossas fronteiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conclui-se o debate ... segue-se a votação. O Governo foi já entretanto, governando; governará daqui em diante, assim o esperamos, com maior autoridade e com maior responsabilidade.

Não falo hoje da moção de confiança que amanhã será discutida e no âmbito da qual poderão ser enquan-

drados outros problemas. É evidente que não se concretizarão as profecias negras que os representantes da oposição quiseram atirar para cima da maioria, o alarmismo com que quiseram esmagar, logo de início, este Governo ou limitar a sua possibilidade de acção.

Governaremos com a consciência de que, fazê-lo, é decidir, é optar, é resolver, desgostando mas prevenindo e, acima de tudo, tendo como única regra, não o bem dos nossos partidos não o bem das forças que compõem a Aliança Democrática, mas, singelamente e provando-o na prática dos actos concretos, o bem dos Portugueses ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... que estão ansiosas por que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da Nação. Assim continuaremos a fazer se a maioria nos der a sua confiança, se as oposições não fizerem vingar as suas moções de rejeição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saio desta tribuna, antes da votação, com a consciência de que neste debate as coisas ficaram mais claras, que ele não foi inútil, que os Portugueses ficaram melhor habilitados a exigir e julgar desde já, e a fazê-lo em novas eleições daqui a alguns meses.

Vamos, pois, ao trabalho!

Aplausos, de pé, da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ficou encerrado o debate do Programa do Governo.

Como já tive ocasião de anunciar, encontram-se na Mesa duas moções de rejeição que cumpre votar. No consenso estabelecido na reunião dos representantes dos grupos parlamentares, em que se definiu os tempos deste debate, estava inicialmente previsto um intervalo apenas de 30 minutos entre o encerramento do debate e a votação das moções de rejeição. Mas na reunião dos mesmos representantes dos grupos parlamentares, que se realizou no último intervalo, ficou assente um alargamento desse intervalo, que passa para 1 hora e 30 minutos, pelo que suspendo a sessão, retomando a Assembleia os seus trabalhos às 22 horas.

Está suspensa a reunião.

Eram 20 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aguardei estes minutos para reabrir a sessão a pedido da Radiotelevisão que, por necessidade de tempo e por pretender fazer a transmissão em directo da votação a que vamos proceder, solicitou da Mesa que ela se procedesse exactamente às 22 horas e 30 minutos. Foi essa a razão de por mais estes minutos ter sido retardado o reinício da sessão que, contra a minha vontade, também não começou às 22 horas pela necessidade de contactar ainda os grupos parlamentares sobre o critério a estabelecer para as transmissões televisivas de amanhã da sessão de hoje.

Vamos, portanto, retomar os nossos trabalhos.

Está reaberta a reunião.

Eram 22 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito, entre tanto, para informar a Câmara de que entrou na Mesa um pedido de ratificação, o n.º 300/I, relativo ao Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de Dezembro, que aprova o Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, apresentado pelo Sr. Deputado Rui Pena.

Pausa.

Srs. Deputados, como a Mesa já teve ocasião de comunicar foram apresentadas duas moções de rejeição: uma subscrita pelo Partido Socialista, outra pelo Partido Comunista Português.

Como sabem, nos termos do Regimento, a votação far-se-á por ordem da entrada dessas moções na Mesa.

Deve, portanto, ser votada em primeiro lugar a moção subscrita pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, pelo que tem a palavra o Sr. Secretário Alberto Antunes, para proceder à sua leitura.

O Sr. Secretário (Alberto Antunes):

Moção de rejeição

1 Considerando que o Programa do Governo não corresponde às necessidades e aspirações do povo português, designadamente das classes trabalhadoras;

2 Considerando que, a coberto de uma aparente moderação da forma, contém medidas que, em desfavor das classes trabalhadoras e em benefício da reconstituição dos grandes grupos económicos, apontam para uma verdadeira subversão do sistema sócio-económico e do quadro institucional consagrados na Constituição e em Leis democraticamente aprovadas na Assembleia da República;

3 Considerando que não apresenta garantias de solução eficaz para os problemas do emprego, do custo de vida, da habitação, da saúde e da segurança social, antes poderá agravá-los ao procurar satisfazer interesses ligados ao grande capital privado;

O Grande Parlamentar Socialista, consciente de que cumpre o seu dever como partido de Oposição, intérprete dos interesses populares e fiel ao 25 de Abril, apresenta a seguinte

Moção de rejeição

Seguem-se as assinaturas.

O Sr. Presidente: — Vamos proceder à votação.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos a favor, do PS (72 votos), do PCP (44), do MDP (3), da UDP (1) e votos contra, do PSD (75), do CDS (43), do PPM (5) e dos Deputados independentes (5).

A votação foi aplaudida pela maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai proceder agora à leitura da moção de rejeição apresentada pelo Partido Comunista Português.

O Sr. Secretário (Alberto Antunes):

Moção

1.º Considerando que o Programa do Governo não se conforma com o artigo 191.º da Constituição e visa criar uma situação de facto inconstitucional, preparando a realização de eleições em condições antidemocráticas, a revisão inconstitucional da Constituição e a subversão e destruição do regime democrático;

2.º Considerando que o Programa comporta um plano de liquidação inconstitucional das grandes transformações democráticas alcançadas depois do 25 de Abril, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, e de restauração aberta do poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo e dos latifundiários;

3.º Considerando que o Programa do Governo, embora repleto de promessas demagógicas conduziria, se levado à prática, ao agravamento e intensificação da exploração e opressão dos trabalhadores, ao aumento do desemprego, à alta do custo de vida, à baixa dos salários reais, à agudização da crise económica, ao aumento das dificuldades dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e outras camadas médias, à intensificação das discriminações contra as mulheres e jovens e à degradação das condições de vida da maioria do povo português, designadamente das camadas mais desfavorecidas, reformados, pensionistas, deficientes, etc;

4.º Considerando que o Programa aponta para uma prática política nevançista e nepressiva, de agudização das tensões, choques e conflitos políticos, económicos, sociais e entre Órgãos de Soberania e a limitação dos direitos e liberdades dos trabalhadores e do povo em geral, nomeadamente a liberdade de organização de partidos políticos, a liberdade sindical e a liberdade de expressão de pensamento;

5.º Considerando que o Programa conduz ao aumento da nossa dependência externa e preconiza uma política de submissão alinhamento de Portugal com as posições mais agressivas e belicistas do imperialismo, lesiva dos interesses do País e da independência nacional:

Ao abrigo e para os efeitos do disposto nos artigos 195.º e 198.º da Constituição da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresenta a seguinte

Moção de rejeição

A Assembleia da República rejeita o Programa do Governo.

Seguem-se as assinaturas.

O Sr. Presidente: — Vamos proceder à sua votação.

Submetida à votação, foi rejeitada com votos a favor, do PCP (44 votos), do MDP (3) e da UDP (1).

votos contra do PSD (75), do CDS (43), do PPM (8) e dos Deputados independentes (5) e a abstenção do PS (72).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, segundo o resultado destas duas votações, não foram aceites as duas moções de rejeição que entraram na Mesa.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vão seguir-se, com o tempo estabelecido na reunião dos representantes dos grupos parlamentares, as declarações de voto de cada um dos partidos, que, também por consenso, se estabeleceu seriam feitas por ordem crescente da representação parlamentar de cada um.

O Sr. Medeiros Ferreira (Indep.): — Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Medeiros Ferreira (Indep.): — Sr. Presidente, à luz do Regimento, os Deputados independentes não podem produzir uma declaração de voto por escrito.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé, informo que acaba de dar entrada na Mesa uma moção de confiança que o Governo deseja submeter à discussão e votação da Câmara.

Para uma declaração de voto, tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A UDP está impedida por uma injusta, e a nosso ver inconstitucional, decisão regimental de apresentar moções de rejeição. Mantemos a exigência de que este grave atentado à democracia seja alterado, para que a UDP, como organização representativa de cada vez mais vastos sectores populares, detenha os direitos que lhe pertencem e de que não abdica.

Estando impedida de exercer esse direito constitucional, a UDP votou nas duas moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo PC.

Votámos estas duas moções, não porque estejamos inteiramente de acordo com as mesmas e, sobretudo, com a prática das organizações proponentes, mas porque não é o conteúdo das moções nem a prática dos partidos que as propõem o que está em causa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está em causa é mostrar a nossa clara oposição a este Governo, denunciá-lo perante as massas populares...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — ... e criar condições para que os trabalhadores o derrubem através da sua luta.

A UDP opõe-se abertamente a este Governo e por isso votou contra o seu Programa. Mas entendemos que o importante é a prática de oposição firme e frontal à actuação concreta que o Governo da AD vai encetar contra os interesses das massas populares.

Este Governo vai, na realidade, lançar uma feroz ofensiva contra os interesses dos trabalhadores.

A Reforma Agrária, as liberdades, as nacionalizações, os direitos sindicais, as poucas regalias dos camponeses, as ocupações de casas vagas, no fundo, as conquistas fundamentais de Abril, vão estar no alvo preferencial do Governo AD.

Esta ofensiva significa o efectivo ataque à Constituição. Esvaziar a Constituição da República dos seus aspectos progressistas fundamentais é um primeiro passo para a revisão inconstitucional. Esvaziando na prática a Constituição das conquistas de Abril aí consagradas, mais fácil é depois à direita conseguir a sua revisão formal. E não se pense que é secundário este objectivo de revisão formal da lei fundamental da República.

Uma Constituição conservadora é um instrumento jurídico de que a AD necessita como arma importante para levar à prática os seus objectivos de integração europeia, maior subordinação à NATO, entrega do sector nacionalizado aos monopolistas nacionais e estrangeiros, no fundo, para uma maior exploração das massas populares e ruína do património nacional.

No entanto, estes intentos da AD terão de se defrontar com as justas aspirações das massas populares. A UDP não tem dúvida de que os trabalhadores impedirão a concretização destes tenebrosos designios da direita reaccionária.

Para tentar abafar os clamores e silenciar as lutas, para tentar alienar e atemorizar os trabalhadores o Governo pretende centralizar e controlar com mãos de ferro os órgãos de comunicação social. O Primeiro-Ministro não delega em ninguém esta estratégica tarefa.

Para culminar a feitura do edifício reaccionário da grande burguesia, o Governo AD anuncia também uma série de iniciativas no sentido de rever legislação aprovada: Lei dos Partidos, Lei Eleitoral, Lei Sindical, delimitação do sector público e privado, Serviço Nacional de Saúde, entre outras, e que não são mais do que uma contra-revolução legislativa.

É evidente que a AD apresenta estes objectivos com uma fraseologia demagógica onde as palavras democracia e equilíbrio assumem grande relevo.

Palavras ...

Se mais exemplos não tivéssemos, aí temos a fala do Deputado Lucas Pires. Um discurso novo na roupa-gem mas... bafiento, velho de 50 anos, no conteúdo e nos objectivos.

Na verdade, esse Deputado expressou o apoio e as exigências da extrema direita a este Governo. Apoio e exigências que este Governo vai aceitar e vai cumprir.

Não é pelo facto de se vestir com roupagens menos negras que o Deputado Lucas Pires deixa de ser representante consciente dos saudosos do passado. Sejamos claros: o seu discurso é um discurso de conteúdo fascizante, mas até também um discurso desesperado. Ele reflecte o pânico que se apoderou da burguesia perante as lutas dos povos do Irão, Nicarágua, S. Salvador, Zimbabwe, do Sara Ocidental, de Timor Leste, Eritreia, entre outros.

O que põe em pânico a grande burguesia é a lembrança do 25 de Abril, processo que, para desespero da caduca burguesia nacional e internacional, vai ser de novo retomado pelas massas populares e levado até às suas últimas consequências.

Perante este quadro não há que hesitar.

E a UDP mais uma vez trilhará o caminho da luta firme e dura com as massas populares, com todos os democratas e antifascistas, com as forças de esquerda numa barreira única contra o Governo da destruição das conquistas de Abril.

É necessário que se crie uma forte unidade popular que, com base na luta contra o Governo de direita, na defesa da Reforma Agrária, da Constituição e das liberdades, nas fábricas, nos campos, nos bairros e nas escolas, dê força e coerência à dinâmica popular.

É esta unidade na luta que preparará e garantirá condições para que a direita não leve à prática a sua política antipopular.

É seguindo o caminho da unidade e da luta que a unidade popular encontrará a alternativa revolucionária para as eleições de Outubro, no sentido de derrotar a direita e impedir que o reformismo leve trabalhadores, como agora de certa maneira sucedeu, para os braços da AD.

É este o caminho que a UDP seguirá. Não será o caminho da expectativa, da cedência ou do radicalismo verbal sem conteúdo real nas lutas.

Não somos uma força apenas de oposição. Somos, sobretudo, uma força de alternativa. A alternativa de uma política nova, a política que os trabalhadores exigem, a política pela qual os povos do mundo lutam, muitos deles de armas na mão, para acabar com tudo o que é velho e caduco.

Para acabar com tudo, afinal, que este Governo representa.

Por isso, votámos contra este Programa e contra este Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Catarino.

O Sr. Luís Catarino (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: O voto do MDP/CDE de rejeição do Programa do Governo que acabou de discutir-se foi a resultante lógica do confronto entre duas propostas políticas, tratado, inicialmente, numa postura de expectativa crítica e, resolvido, afinal, num conflito político irreductível.

Da vacuidade da proposta governamental, da indefinição dos seus objectivos e da falta de indicação de métodos, não foi possível arrancar o Governo, mau grado os esforços dos partidos da oposição, na sua permanente tentativa de conseguir surpreender todo o significado do seu Programa.

Não foi isso possível apesar da última intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, ainda que as omissões se situassem, as mais delas, nas áreas vitais da organização económica, social e cultural do Estado.

Não foi isso possível mesmo confrontado o Governo, com a desconfiança da oposição, sobre os seus propósitos de violar a Constituição e de subverter o regime democrático.

Mas a contumácia do Governo escondia uma atitude mental de reserva que ele, em alguns pontos do seu Programa, e a maioria parlamentar, na generalidade das suas intervenções, acabaram por integrar no sentido de uma proposta política de subversão constitucional e de ataque aos fundamentos do Estado demo-

crático, frontalmente conflituante com a proposta política do meu partido.

De tudo, o voto de rejeição do MDP/CDE.

O meu partido tem uma visão clara da política necessária ao progresso do povo português e à consolidação das instituições e do Estado democrático. Essa política é a do respeito pela Constituição e a legalidade democrática, a defesa dos direitos e liberdades individuais, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas da população; essa política é a da expansão da economia e da libertação ao enfeudamento do FMI, da salvaguarda da independência nacional em todos os seus vários aspectos, do reforço da política do diálogo e do repúdio de todos os métodos autoritários e repressivos do Poder; essa política é a de efectiva descentralização da Administração Pública, o combate à corrupção, à incompetência, ao burocratismo e ao clientelismo político; essa política é, enfim, a da generalização de uma cultura livre e socialmente empenhada no sentido do alargamento da consciência democrática e progressista; implica, como dizia, um Programa de respeito pela Constituição e o aprofundamento e defesa do regime democrático.

Não é este o Programa do Governo. Ele é o guião de um projecto de regresso, de um projecto de inverter o curso da história recente da sociedade portuguesa, um projecto de ataque à própria democracia. O Programa do Governo propõe-se, pura e simplesmente, derrogar para já, no plano de facto, as principais linhas constitucionais definidoras da sociedade do 25 de Abril.

Inculcando a falsa ideia de que isso é exigido pela próxima adesão de Portugal à CEE, que considera «a prioridade das prioridades», pela necessidade de adaptar as nossas estruturas sociais e económicas à próxima integração, o que se propõe o Governo é reconverter a economia nacional e usar o Poder para abrir alargadamente os caminhos à iniciativa privada dos grandes grupos capitalistas, pondo-as em confronto com o sector nacionalizado no propósito da sua destruição.

Sobre isto, é exemplar a posição do Governo quanto ao seu projecto de entregar a banca e os seguros ao sector privado e inquietantemente arrogante na adopção do princípio expresso de que, no sector dos transportes, «o Estado só continuará a assumir a gestão das actividades que, inequivocamente, não devam c. não possam ser cometidas à iniciativa privada». Será a nossa posição sobre este ponto filha perversa de alguma interpretação «inquisitorial» da Constituição?

Cento que o Governo avança a ideia de que tudo isto será feito para dinamizar a economia privada, insinuando até que a pequena e média empresa, elemento decisivo na nossa economia, e os trabalhadores, por motivo do reforço do investimento e do aligeiramento dos impostos sobre o rendimento do trabalho, é que serão os grandes beneficiários de tal política.

Errado seria até o processo, pois, no estado actual da nossa economia, mais seria adequado o potenciamento do sector público, devidamente planificado, para dinamizar a iniciativa do sector privado e gerar emprego, do que o seu enfraquecimento ou mesmo a sua destruição.

Mas torna-se claro, tanto por algumas das ideias expressas no Programa como pelo debate, que os des-

tinatários dessa política são os grandes grupos nacionais e estrangeiros.

Igualmente noutros domínios definidores do tipo de sociedade consagrada na Constituição, como a Reforma Agrária, o Programa e os propósitos expressos do Governo são claros no sentido de inverter todas as alterações introduzidas no sector, reprivatizando a gestão da terra em favor dos antigos exploradores.

Também o regime jurídico do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, talvez o mais significativo projecto social do Estado democrático, irá ser alterado e, decerto, derrogado, pela futura acção do Governo.

E os seus anunciados propósitos de promover a aprovação de uma lei-quadro do referendo e de alterar a Lei Eleitoral, violando preceitos constitucionais expressos sobre as formas de expressão política dos cidadãos, são a prova do menos respeito do Governo pela legalidade democrática.

Se a tudo isto se juntarem as nossas preocupações sobre o perfil autoritário e intolerante do Governo nas suas insinuações de desmerecimento do diálogo com os partidos políticos — uma visão do que pode ser a degradação da nossa vida cívica —, vamos encontrando bons motivos para a nossa oposição! ...

O projecto do Governo não é, claramente, o projecto político do nosso partido. Nem esperávamos nunca que o fosse. Apenas exigiríamos que ele, no mínimo, assegurasse os direitos e as liberdades individuais, a defesa das instituições democráticas, a protecção dos interesses dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas. Enfim, a independência nacional.

Mas o Governo, renovada expressão política de velhos interesses, não podia fazê-lo. Inexoravelmente está preso de outras vontades. Por isso votámos a favor das moções de rejeição apresentadas porque as suas fundamentações, com as quais concordamos, dispensaram a apresentação de moção própria.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Partido Popular Monárquico votou contra as duas moções de rejeição que foram apresentadas contra o Programa do Governo pelas seguintes razões fundamentais: o PPM é um dos partidos que celebraram uma coligação eleitoral com o PSD e o CDS, com vista a apresentarem-se aos eleitores, nas eleições intercalares em ordem à consecução de uma maioria parlamentar estável e coerente que garantisse o termo da crise política em que o País vivia, apoiando um Governo da sua confiança. O compromisso assim gostosa e voluntariamente assumido, tendo em vista o serviço de Portugal, foi-o pública e previamente, de tal modo que o voto dos Portugueses o levou necessariamente em conta.

E como os Portugueses pela sua livre vontade depositaram a sua confiança na proposta da Aliança Democrática, o voto, do PPM, contrário às moções de rejeição do Governo, começa por ser o respeito pela vontade popular.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Não se trata apenas de cumprimento de um compromisso válido e formal. O PPM verificou também que, quer pela sua constituição, quer pelo Programa que apresentou à Assembleia da República, o Governo merece a nossa confiança e tem jus ao nosso apoio. Não só no nosso ponto de vista respeita os princípios definidos pelo programa eleitoral e pelo consenso dos partidos que constituem a Aliança Democrática e o Movimento dos Reformadores, como, por outro lado, é uma séria esperança de que a mudança se inicie na comunidade portuguesa dentro do estrito respeito pelas regras democráticas, no quadro da Constituição, e tendo em vista a consideração de um autêntico desenvolvimento nacional de melhoria da qualidade e condições de vida dos Portugueses.

Votámos ainda deste modo porque de forma alguma concordamos, antes repudiamos, o teor e os considerandos de qualquer das moções de rejeição.

Desejamos, por isso, ao Governo que assim é investido em completa legitimidade, sem ónus ou encargos, sem dúvidas ou hesitações, as maiores felicidades para o bem de Portugal.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vasconcelos.

O Sr. Pedro Vasconcelos (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: O CDS, Partido de uma aliança forte, coesa e democrática, votou, naturalmente, contra as moções de rejeição apresentadas pelos Partidos Socialista e Comunista.

A aprovação destas moções significaria um evidente desrespeito pelo voto popular expresso em 2 de Dezembro.

O eleitorado, livre e democraticamente, conferiu a maioria parlamentar absoluta à Aliança Democrática, naturalmente para que a Aliança Democrática desse execução ao seu programa, nomeadamente ao Programa do Governo.

O eleitorado votou na mudança, mais concretamente, na mudança que a AD propôs.

Depois de cinco anos alucinantes em que as diferentes forças de esquerda se empenharam em destruir o modelo de sociedade então existente para impor em cada uma o seu próprio modelo, Portugal vive hoje sem qualquer modelo definido, ao sabor de situações avulsas que teceram um amontoado de distorções onde não é possível encontrar qualquer coerência.

O eleitorado votou claramente por um modelo de sociedade, um modelo novo, sem qualquer relação com o passado próximo ou o anterior, um modelo europeu, democrático e pluralista, liberto do egoísmo cego do capitalismo e do ódio desumano do colectivismo.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Um modelo em que, sem ambiguidades, se conhece em que área do mundo nos situamos, quem são os nossos pares e como defendemos a nossa identidade e os nossos interesses na comunidade internacional.

Votámos, naturalmente, contra as moções de rejeição para não permitir a continuação dos erros do pas-

sado, tão próximos e tão vivos que mal se comprehende a persistência da extinta maioria de esquerda em propor aos Portugueses o mesmo modelo de sociedade e o mesmo estilo de Governo que levaram à sua queda.

Porventura está esquecida a confissão do Partido Comunista após o 25 de Novembro dos erros que cometeu?

Porventura está esquecida a confissão do Partido Socialista após as últimas eleições dos erros que cometeu?

Os erros não tiveram emenda e a esquerda não tem agora nada de melhor para oferecer aos Portugueses.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Votámos contra as moções de rejeição para garantir a mudança que os Portugueses desejam, para pôr fim ao 11 de Março, para revogar as leis que a maioria de esquerda fez aprovar contra o sentir e os interesses dos Portugueses.

Depois destes cinco anos, os Portugueses estão ansiosos por ver a casa arrumada, compreender o sentido das coisas, viver em paz e sossego, ter confiança no seu futuro e no de Portugal.

São coisas simples e que traduzem todo o sentido de mudança que a Aliança Democrática hoje para eles representa.

Mas sabemos como é difícil, no presente quadro institucional, conseguir coisas tão simples como estas.

Ao votarmos contra as moções participámos com os demais partidos e forças da Aliança Democrática na ultrapassagem do primeiro obstáculo que a oposição levantou à mudança e à concretização do voto popular. Foi apenas o primeiro. A esquerda se encarragará dos seguintes, mas assumirá, por isso mesmo, a responsabilidade histórica de ser contra a sua vontade e a sua prática política que os Portugueses alcançarão a prosperidade e o bem que a Aliança Democrática lhes proporcionará.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Os obstáculos serão ultrapassados.

A Lei Eleitoral, a lei quadro do referendo, a lei da nacionalidade, a lei antimonopólios e todas as demás que constam do Programa da AD serão aqui por nós aprovadas.

E sempre se respeitarão os limites constitucionais, se bem que tal desagrade à oposição que permanentemente agita o espantalho da subversão ou do atentado ao regime.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, as afirmações que V. Ex.^a produziu nesta sessão e a moderação que as caracterizou são penhor que o Governo, em estreita colaboração com a maioria parlamentar, cumprirão, passo por passo, o Programa do Governo.

Conquistará, assim, a Aliança Democrática a confiança e a adesão da esmagadora maioria dos Portugueses que nas urnas em 1980 votará largamente, então sim, uma verdadeira moção de rejeição do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dias Lourenço.

O Sr. Dias Lourenço (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Votámos pela rejeição do Programa do Governo porque não se conforma com o artigo 191.º da Constituição, porque visa criar uma situação de facto inconstitucional, porque aponta a revisão inconstitucional da Constituição; votámos a moção de rejeição do Programa porque nele se desenvolve todo um plano de liquidação das grandes transformações democráticas alcançadas depois do 25 de Abril e de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários associados ao imperialismo; votámos a rejeição do Programa porque no meio das suas promessas demagógicas se inscreve toda uma acção conducente ao agravamento da situação das classes trabalhadoras, das condições de vida do povo, da crise económica, das dificuldades dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e de outras camadas e sectores da população, nomeadamente das mulheres, da juventude, dos reformados, pensionistas e deficientes; votámos a rejeição do Programa porque ele aponta ao revanchismo e à repressão, à agudização das tensões e conflitos políticos, económicos e sociais e entre os Órgãos de Sobreraria, porque ele atenta contra direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados; votámos a rejeição do Programa porque ele agrava a nossa dependência externa e preconiza a nossa submissão e alinhamento com os planos estratégicos, agressivos e belicistas do imperialismo e comporta nessa base um grave risco para a nossa independência nacional.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa que rejeitamos exprime e precisa todo um projecto sistemático de ruptura institucional de há muito definido pelos componentes da coligação governamental e, por isso ele colide com o artigo 191.º da Constituição; Colide com a Constituição o anúncio de uma «lei quadro do referendo» e de uma lei eleitoral antidemocrática; colide com a Constituição o anúncio de nova revisão dos limites entre o sector privado e o sector público e nacionalizado e os projectos de desenvolvimento prioritário do primeiro sobre o segundo; colide com a Constituição o estrangulamento prático das empresas nacionalizadas implícito no Programa, a reprivatização da banca e dos seguros, assim como a entrega das empresas participadas mas rentáveis ao grande patronato; particularmente no sector estratégico da banca e dos seguros, as disposições do Programa colocariam de novo nas mãos dos grandes potentados do capital, que no passado alimentaram o regime fascista, as alavancas fundamentais de controlo da nossa economia nacional.

Colide com a Constituição o verdadeiro projecto de destruição da Reforma Agrária, cujos resultados são objecto de manipulação, como a que há pouco ouvimos da boca do Sr. Primeiro-Ministro de extinção das unidades colectivas de produção e do sector cooperativo da agricultura decorrentes do primado da empresa agrícola individual sobre a colectiva e cooperativa e no projecto de entrega das melhores

terras expropriadas e nacionalizadas aos antigos latifundiários implícito no Programa e explícito nas intervenções do Governo e dos Deputados da maioria parlamentar; colidem com a Constituição os projectos programáticos anti-operários de revisão do regime vigente das associações sindicais e das leis do trabalho; colidem ainda com a Constituição os objectivos encapotados de revisão inconstitucional da nossa lei fundamental que afloram no Programa e nas intervenções do Governo e dos que o apoiam neste Parlamento.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Na sua expressão, mesmo tratando-se de um documento definidor das linhas gerais da política do Governo, o Programa é um autêntico plano de ataque e destruição das grandes transformações produzidas no processo da Revolução de Abril e do próprio regime democrático.

Todo o programa económico e social do Governo está impregnado de um carácter de classe hostil aos trabalhadores e às classes e camadas médias da população.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — O desprezo pela situação dos sectores sociais mais desfavorecidos é notório em todo o disposto.

O Governo afirma no seu Programa que fará guerra à pobreza mas é lícito deduzir das claras medidas de intensificação da exploração dos trabalhadores que antes se trata de uma autêntica guerra contra os pobres.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — A recusa à redução legal da jornada de trabalho, a liberalização dos despedimentos, o agravamento das condições dos trabalhadores sujeitos aos contratos a prazo, as alusões ao aumento da produtividade apoiado, previsivelmente — porque é apenas relacionado com as condições da prestação do trabalho — na intensificação dos ritmos de produção e no sobretrabalho, a prática sanção da Lei do Arrendamento Rural dos senhorios ricos, da autoria, aliás, do PSD, ao abrigo da qual se estão fazendo despedimentos em massa judiciais de agricultores-rendeiros das terras que arduamente puseram em produção; tudo isso é definidor de uma política essencialmente virada para a defesa dos interesses dos ricos e dos grandes exploradores, contra os trabalhadores da cidade e do campo, contra os pequenos e médios agricultores, comerciantes, artesãos e industriais.

O Programa silencia a questão da actualização das pensões de reforma, o necessário reforço e alargamento do abono de família aos trabalhadores rurais e da assistência médica aos seus familiares.

Por outro lado, nenhuma genérica sistematização do Programa pode justificar a ausência de quaisquer referências à imperiosa revisão da Lei das Rendas de Casa.

Os propósitos de anular a Lei do Serviço Nacional de Saúde para impor uma outra que já mereceu a ampla reprovação popular e dos profissionais da

saúde é outro grave atentado social implícito no Programa.

No plano económico, mesmo tendo em conta a curta duração do Governo, nenhuma resposta é dada aos problemas mais agudos da economia nacional. Todo o disposto no Programa está virado para as exigências leoninas da integração de Portugal na CEE e no círculo infernal da crise capitalista.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Enal...

O Orador: — Da mesma forma se orienta a nossa política externa. O Programa silencia a necessária diversificação das nossas relações exteriores, afunila-as no bloco ocidental, submete-as aos objectivos estratégicos e políticos do imperialismo e da OTAN, cria pelo seu silêncio uma barreira entre Portugal e os países do Terceiro Mundo, em particular dos que se libertaram do colonialismo português.

É uma política que põe em grave risco a nossa independência nacional e a nossa integridade territorial, dada a falsa justificação humanitária que o Sr. Primeiro-Ministro deu neste debate acerca do projecto de utilização militar pelos Estados Unidos da base dos Açores contra o povo do Irão.

Finalmente, o Programa, de que não podem desligar-se algumas significativas intervenções de Deputados que apoiam a coligação governamental, aponta para o agravamento dos conflitos e tensões sociais e políticas.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — O mandato intercalar concedido a este Governo não legitima as medidas de fundo e os propósitos controversos e de ruptura constitucional que o Governo se propõe levar à prática nos curtos meses do seu consulado.

A rejeição do Programa do Governo não conseguiu a aprovação deste Parlamento onde, apoiado por uma maioria de mandatos obtida com a minoria dos votos, consegue impor a sua vontade sobre questões para que não foi legitimamente mandatado.

Votámos comprehensivelmente a nossa moção de rejeição. Demos o nosso voto positivo à moção do PS, embora esta não contemplasse a totalidade da crítica que fazemos ao Programa do Governo. Fizemo-lo com o objectivo de afirmar, numa proposta de particular significado prático, uma posição comum ou conjugada dos partidos da oposição face ao Governo. Lamentavelmente o PS não procedeu da mesma forma quanto a este Programa que infringe a Constituição na sua forma e no seu conteúdo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem um minuto para terminar a sua declaração de voto.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — E é demais ...

O Orador: — O Partido Comunista Português lutará por todos os meios que a Constituição e as instituições democráticas outorgam ao nosso povo, não desprezará a mínima possibilidade que a legalidade democrática lhe confere para combater este Governo e o seu Programa.

O Programa que o Governo elaborou e a sua maio-

ria tangencial nesta Assembleia aprovou será firmemente reprovado na luta diária dos trabalhadores portugueses e do nosso povo em geral pelos seus direitos, liberdades e garantias e pela defesa da imprecável herança libertadora e patriótica do 25 de Abril.

A mudança que o Governo se propõe fazer é a mudança do regime, a mudança do 25 de Abril.

Os propósitos da reacção serão derrotados.

Os ideais da democracia sairão vencedores. A vitória caberá uma vez mais e sempre ao 25 de Abril.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Nunes.

O Sr. José Luis Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Apresentou o Partido Socialista uma moção de rejeição do Programa do Governo, nos termos e para os efeitos do artigo 195.º da Constituição da República.

Tal moção exprime a assunção completa das suas responsabilidades como partido democrata, que o 25 de Abril encontrou na clandestinidade, após quase cem anos de luta pela instauração em Portugal de uma sociedade socialista, cinquenta dos quais sob o fascismo.

Na verdade a Constituição da República Portuguesa, ao exigir a apresentação à Assembleia da República do Programa do Governo, procurou não só investir o mesmo Governo perante os representantes legítimos do povo português, mas também e sobretudo colocar os Deputados perante os seus deveres.

Temos para nós que os mandatários do povo que somos vão buscar a legitimidade do seu mandato não a uma qualquer eleição, abstractamente considerada, mas à escolha feita pelos portugueses de acordo com o processo constitucional e na base dos poderes e dos direitos que definem os contornos da figura de Deputado à Assembleia da República.

Daqui que o nosso principal dever perante um programa de governo seja o de verificar se e em que medida esse programa contraria ou respeita a Constituição da República Portuguesa.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — A liberdade, a independência, o pluralismo e a consequente alternância no Poder são regras básicas da Constituição da República Portuguesa. Dentro dela tudo é possível... Na sua margem tudo é duvidoso... Contra ela tudo é ilegal...

Para alguns a Constituição da República Portuguesa, que corporizou e estruturou o impulso generoso da revolução do 25 de Abril, é uma página da nossa história a virar ou a eliminar.

Para outros, para os trabalhadores, para os sedentos de pão e de cultura, para os humildes, a Constituição da República Portuguesa constitui um modelo de sociedade que importa realizar.

O Programa do Governo, que há pouco rejeitámos, aponta «para uma verdadeira subversão do sistema socio-económico e do quadro institucional, consagrado na Constituição...»

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — ... e em leis democraticamente aprovadas na Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, não só pretende lançar mão de formas inconstitucionais de expressão da vontade popular — promete apresentar uma lei-quadro do referendo —, mas também se propõe, em contrário do disposto nos artigos 286.^º e 291.^º da Constituição da República Portuguesa, utilizar o referendo inconstitucional para rever, ilegalmente, a Constituição...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Em 2 de Abril de 1976, declarava o PPD, pela voz do seu Deputado Barbosa de Melo: «Em 25 de Abril o povo inteiro, à medida das suas luzes e através dos seus resultados eleitorais, disse até onde queria garantir a cada partido ou formação ideológica a sua influência na elaboração da nova Constituição da República. Se outros tivessem sido os resultados, decerto outra seria a Constituição. Quem formou a roda foi o povo e aí é que os partidos tiveram de dançar.

Mas acresce que a Constituição, descontado um ou outro ponto, também é obra nossa, incorporando as raízes características do pensamento político que norteia o Partido Popular Democrático.»

Na mesma data, o CDS, votando embora «contra o articulado global da Constituição», afirmava: «O nosso voto de discordância deseja, outrossim, representar um acto de respeito e permitir uma afirmação de esperança. Respeito pela maioria que, afinal, definiu os mais importantes contornos da Constituição. Respeito pelos adversários políticos que, no direito subjectivo que lhes assistia, e na força dos votos que receberam, defenderam com vigor, energia e inteligência os seus pontos de vista. Mas é também afirmação de esperança.»

Os compromissos, assim solenemente assumidos, são hoje recusados friamente, secamente, sem qualquer justificação política ou moral.

É nesta sede que radicarão, talvez, as anunciadas modificações da Lei Eleitoral.

Com contornos indefinidos e impreciosos fica, para já, a intenção do Governo de modificar as leis na base das quais foi eleita a maioria desta Câmara.

A lei vigente permitiu a formação de uma maioria diversa e a alternância no Poder. É duvidoso, pelo menos, que a nova lei contribua para a expressão de maiorias diferenciadas ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No que respeita ao sistema «sócio-económico», oriundo da Revolução de Abril, peca o texto em análise por uma política caracterizada por graves acções e omissões.

De entre aquelas avultam as anunciadas revisões das Leis de Separação do Sector Público e Privado e da Reforma Agrária.

De entre estas são de realçar a falta de quaisquer projectos concretos que se aproximem ao menos do esquema constitucional e, sobretudo, a falta de vontade de lhe dar aplicação, por mais sumária que seja, e de, ideologicamente, o implementar.

Do discurso do Sr. Primeiro-Ministro consta uma pequeníssima frase que encerra a filosofia política do Governo. Para este «aquilo que não é proibido, é implicitamente permitido».

Em consequência e no que respeita ao diploma constitucional o Governo atenderá, primordialmente, ao que lá não está escrito, com prejuízo do que ficou efectivamente exarado ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — De resto é o Programa do Governo pródigo em omissões e silêncios cujo farisaísmo só encontra igual numa estranha e intencional injustiça ...

Ao lê-lo parece que tudo foi mau ou negativo no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 ...

Não compreender que a revolta dos trabalhadores, oprimidos política e economicamente, foi a consequência directa de um poder político despótico e abusador ao serviço de um pequeno grupo de especuladores e de politiqueiros é, claramente, não querer compreender as causas da sua revolta, confundindo-as com os efeitos, o que nada augura de bom para o anunciado exercício da autoridade democrática ...

O Sr. João Polido (CDS): — Olhe que não!...

O Orador: — Quem não ouviu a revolta de ontem e não compreendeu a revolta do nosso passado próximo tenderá a confundir os legítimos anseios do povo português, expressos nas diversas formas, constitucionalmente permitidas, com secretos intuições de subversão ou de ataque organizado às instituições ...

Ao constatarmos a exibição, tantas vezes fátua e autoconvencida, de um certo primarismo ideológico, compreendemos quão verdadeira é a asserção de que uma política repressiva radica sempre e em última análise numa total incompreensão da história ...

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Ena!...

O Orador: — É também por essa incompreensão da nossa história, passada e próxima, que pedimos a esta Câmara que reprovasse o Programa do Governo.

É com a simplicidade e a verdade de um Fernão Vasques e não, no protocolo do Paço, com o conde de Andeiro que se percebe a raiz histórica de Portugal ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É com Damião de Góis e não com os dignos inquisidores que se apreende o modo de ser português ...

É com António Sérgio e com Jaime Cortesão e não com os censores do nosso passado próximo que se comprehende e ama Portugal ...

Do exposto resulta termos apresentado e votado uma moção de rejeição, porque não concedemos ao Governo o benefício da dúvida.

O Governo foi claro não só no seu Programa, mas também e sobretudo na intenção ideológica que o anima e acciona.

Fomos, igualmente, claros!

Recusamos o Governo recusando o seu Programa e assumimo-nos, claramente, como oposição!

Ao Governo exigirá o seu eleitorado que governe, cumprindo o Programa na base do qual foi eleita a maioria governamental.

A oposição exigirá o povo português que controle os actos do Governo na base da defesa, inquebrantável, do interesse nacional.

Do exposto resulta, igualmente, o nosso voto de abstenção no que se refere à moção proposta pelo PCP.

Na verdade, a oposição que pretendemos conduzir funda-se num projecto próprio que é diferente daquele que o PCP pretende aplicar.

No Governo, como na oposição, actuamos de acordo com a nossa própria identidade que, livremente, assumimos e que, orgulhosamente, reivindicamos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Encerrados no «Bunker da história», não quiseram os partidos da maioria compreender os caminhos abertos pelo 25 de Abril, para que, de há muito, apontavam os sinais dos tempos ...

Para nós, que de há muito compreendemos ser o socialismo nunca um dado adquirido, mas um projecto de sociedade por que se luta e por que vale a pena lutar a abertura do caminho é, afinal e sempre, um apelo à caminhada ...

Aplausos do PS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O PSD votou, como era de esperar, contra as moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo PCP, moções que estes partidos, menos comprehensivelmente, apresentaram ou anunciaram antes mesmo de ter lugar o debate sobre o Programa do Governo apresentado nesta Assembleia.

Debate que, ao contrário do que foi afirmado pelos partidos da oposição, o Governo e os grupos parlamentares e Deputados independentes que o apoiam procuraram que contribuisse para o esclarecimento completo das políticas global e sectoriais, já de si claramente definidas no Programa do Governo e com menção específica e até pormenorizada das mais importantes medidas a tomar para a sua execução.

Não terá passado despercebido, por exemplo, o facto de o PSD não ter feito senão duas curtas intervenções no primeiro dia de debate, sobre temas por si previamente escolhidos, utilizando deste modo quase todo o seu tempo em intervenções, inseridas num puro e genuíno estilo parlamentar que esta Câmara lucraria em ver progressivamente restaurado, que constituíram a resposta pronta, directa e imediata desta bancada às posições que os partidos da oposição foram assumindo ao longo do debate.

Como não terá passado despercebido o cuidado posto pelo Governo, em especial pelo Primeiro-Ministro na sua intervenção de encerramento do debate em responder com toda a clareza e frontalidade às perguntas e críticas formuladas ao seu Programa deixando de lado, como prometera, os ataques, as

insinuações e os processos de intenção que excederam, por vezes, os limites do tolerável em democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Bem pode dizer-se assim que o Governo e a sua maioria parlamentar, através deste debate, já introduziram na vida política portuguesa claros e inequívocos sinais de mudança...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., encarando de frente e sem rodeios os problemas e questões que lhes cumpre resolver e recusando-se a gastar o seu tempo em debates ideológicos estéreis que não servem os verdadeiros e reais interesses dos Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O debate serviu, assim, para mostrar a todos aqueles que o puderam acompanhar, neste hemicírculo ou através dos jornais, da rádio e da televisão, que o Programa do Governo assume com inteira fidelidade a política definida no programa eleitoral de Governo e que o eleitorado apoiou inequivocadamente nas eleições de 2 de Dezembro passado.

Serviu, nomeadamente, para demonstrar que este é o Governo com maior legitimidade democrática constituído após o 25 de Abril...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ..., porque apoiado por uma maioria parlamentar clara e coesa e que como tal se submeteu previamente ao eleitorado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Caem deste modo pela base todos os argumentos invocados pela oposição tendentes a qualificar este Governo como de transição, provisório e sem poderes para tomar as medidas de fundo de que tanto carece a sociedade portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como se as eleições intercalares, que deram origem a esta Assembleia, não se justificassem precisamente porque não era possível continuar a recorrer a soluções provisórias, a adiar problemas e soluções que, a não serem encaradas de frente e resolvidas com a necessária rapidez, poderiam pôr em risco interesses vitais dos Portugueses, quando não a própria sobrevivência da democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Serviu nomeadamente para demonstrar que a acção do Governo e da maioria parlamentar não deve conhecer outros limites que não sejam os estabelecidos na Constituição, tendo plena legitimidade para alterar leis ou decisões anteriores, sendo certo que a garantia da constitucionalidade não foi confiada aos partidos da oposição mas sim a órgãos que a própria Constituição prevê e nos precisos termos por ela determinados.

Serviu em especial para demonstrar que a maioria parlamentar tem plena legitimidade para aprovar uma lei-quadro do referendo como para aprovar ou alterar quaisquer leis, nos termos da Constituição, designadamente a Lei Eleitoral, a Lei de Bases da Reforma Agrária ou a do Serviço Nacional de Saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O debate do Programa do Governo serviu ainda para demonstrar sem qualquer margem para dúvidas a total falta de fundamento dos considerandos que antecedem as moções de rejeição, recheados de afirmações irresponsáveis e gratuitas, quando não de torpes insinuações e processos de intenção.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Não apoiado!

O Orador: — E não deixa de ser lamentável que o Partido Socialista, embora em menor grau, se permitisse fazer afirmações que não estranhemos num partido como o PCP, mas que não se coadunam com a sua prática, com o seu programa, nem com o importante contributo que deu, e esperamos que continuará a dar, para a defesa, consolidação e progresso da democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria que ficasse bem claro que o PSD, na linha da sua actuação continuará a ser um defensor intransigente das instituições democráticas e a lutar pela satisfação das necessidades e aspirações do povo português, designada e especialmente pela protecção dos interesses dos trabalhadores, dos grandes centros urbanos ou das zonas rurais, dos pequenos e médios agricultores ou empresários, pela garantia de condições de vida aceitáveis para os reformados no quadro de uma política como a traçada no Programa do Governo, essencialmente voltada para a solução eficaz dos problemas de emprego, do custo de vida, da habitação, da saúde e segurança social.

A Sr.ª Maria Amélia de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O PSD manter-se-á fiel, em suma, aos princípios fundamentais do seu programa de partido que aponta claramente para medidas que promovam e realizem a igualdade de todos os cidadãos, não só no campo político mas também no campo económico, social e cultural.

O Sr. António Maria Pereira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É por estas razões e nesta linha que o PSD apoia o Governo da Aliança Democrática, rejeitando firmemente as moções de rejeição dos partidos da oposição que deram, de uma forma ou de outra, um contributo decisivo para que se verificasse em Portugal a situação com que hoje nos debatemos,

com problemas graves que ao novo Governo compete resolver e que estamos seguros resolvê-lo, se não na sua totalidade pelo menos na parte que for compatível com o curto espaço de tempo que encontra à sua frente.

Aplausos da maioria parlamentar.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Ver-se-á, ver-se-á ...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na reunião dos representantes dos grupos parlamentares em que se estabeleceu consenso sobre os tempos da discussão e votação da moção de confiança na sessão de amanhã surgiu um problema de puro processo que suponho se pode resolver em escassos minutos.

Assim, em vez de estar a pedir aos representantes dos grupos parlamentares o esforço de estarem amanhã mais cedo na Assembleia, peço-lhes a gentileza de passarem agora pelo meu gabinete, onde me parece que em curtos minutos exporei o problema que me foi suscitado e sobre o qual, suponho, se estabelecerá muito rapidamente consenso.

Entretanto, relembrar que os trabalhos de amanhã se iniciam às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 23 horas e 45 minutos.

Declaração de voto enviada para a Mesa em nome dos Deputados reformadores

Os cinco Deputados reformadores votaram contra a moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista por variadas razões que a seguir se enumeram e sintetizam:

Em primeiro lugar, embora os Deputados reformadores não façam parte integrante da Aliança Democrática, comprometeram-se com o Partido Social-Democrata a viabilizar a formação e manutenção de um governo maioritário saído da AD;

Em segundo lugar, os Deputados reformadores, conforme declaração inicial feita quando da apresentação do Programa do VI Governo Constitucional, estão esperando na obra deste Governo no sentido de preparar a própria evolução do regime democrático, através da apresentação de propostas de lei sobre o instituto do referendo e sobre alterações às leis eleitorais, e ainda vê-lo governar numa via reformadora. Embora não estejam representados no Governo, os reformadores confiam que assim seja;

Em terceiro lugar, a moção de rejeição do PS é, em si mesma, estéril e inconsequente em termos políticos. De facto, e contrariamente aos Deputados reformadores que já definiram uma política de alianças tendente à formação de uma federação democrática reformadora, conforme consta do Manifesto Reformador, o Partido Socialista capricha em manter uma posição isolada e não faz acompanhar a sua moção de rejeição de qualquer proposta de alternativa maioritária.

Por todas estas razões, os Deputados reformadores votaram contra a negativista moção de rejeição apresentada pelo PS.

José Medeiros Ferreira.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Arménio dos Santos.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Fernando José da Costa.
 José Ângelo Ferreira Correia..
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
 Manuel Luís Fernandes Malaquias.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Carlos A. da Costa Sousa.
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.
 Edmundo Pedro.
 Fernando Luís de Almeida T. Marinho.
 Francisco de A. Salgado Zenha
 Gualter Vitorino Nunes Basílio
 Herculano Rodrigues Pires.
 João Cardona Gomes Oravinho.
 João Joaquim Gomes.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Júlio Augusto M. de Montalvão Machado.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Francisco da Costa.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 António Marques Pedrosa.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.

Centro Democrático Social (CDS)

Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Martins Canaverde.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Lopes V. O. Dias.
 José Augusto Gama.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Luís Filipe Pais Beiroco.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Movimento Democrático Português

José Manuel Marques do C. M. Tengarrinha.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Jaime José Matos da Gama.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos.*

PREÇO DESTE NÚMERO 50\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA